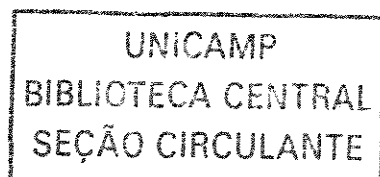


Suzana Leite Cortez

Referenciação e Construção do Ponto de Vista

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL



Suzana Leite Cortez

Referenciação e Construção do Ponto de Vista

Trabalho apresentado ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística

Orientadora: Profa. Dra. Ingedore G. V. Koch

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2003

INIDADE	30
1ª CHAMADA	UNICAMP
	C818r
EX	
OMBO BC/	53862
ROC.	124/03
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	20/05/03
Nº CPD	

CM00184076-0

118 D 290953

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

C818r Cortez, Suzana Leite
Referenciação e construção do ponto de vista / Suzana Leite
Cortez. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador: Ingedore Villaça Koch
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Referência (Lingüística). 2. Anáfora (Lingüística). 3. Ponto
de vista (Literatura). 4. Crônicas brasileiras. 5. Retórica. I. Koch,
Ingedore Villaça. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ingedore Villaça Koch
(Orientadora)

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi

Profa. Dra. Anna Christina Bentes
(Suplente)

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Suzana Leite Cortez

Aprovada pela Comissão Julgadora em
16 / 04 / 2003 .

Ingedore Villaça Koch

200317334

A Artur e Sonia,
por dedicarem a mim boa parte de suas vidas.

Agradecimentos

A *Inge*, pela orientação, carinho, incentivo e convivência humanamente e academicamente enriquecedora.

A *Marcuschi*, primeiro incentivador responsável pelo surgimento dessa pesquisa desde a época da graduação, e com quem aprendi que a linguagem pode ser objeto de reflexão.

Aos Professores *Luiz Antônio Marcuschi* e *Jonas de Araújo Romualdo* pelas preciosas sugestões na qualificação e também pela presença nesta banca.

A Profa. Dra. *Anna Christina Bentes*, por aceitar fazer parte desta banca.

A Meus Pais, *Sonia* e *Artur*, que sempre foram meus maiores incentivadores, e as minhas irmãs, *Paula* e *Flávia*, a meu irmão *Dema*, a *Marina*, *João* e *Pedro*, que numa torcida sempre fiel me apoiaram cada um do seu jeito.

A minhas irmãs de coração, *Sandrinha* e *Maria Lu*, pelo convívio muito especial, no qual partilhamos, somamos, crescemos, aprendemos, rimos e choramos.

A *Reison*, pelo carinho, apoio e presença constante mesmo na distância.

Aos amigos de convivência campineira: *Tony*, *Carmi*, *Lucas*, *Adriana*, *Livia Suassuna*, *Chico*, *Lúcia*, *Graziela*, *Kassandra*, *Edvânia*, *Juliene*, *Ruber*, *Hebe*, *Olavo*, *Clarinha*, *João* e *Elizete*.

As Professoras *Judith Hoffnagel*, *Dóris Arruda*, *Kazue Barros* e *Piedade Sá*.

Aos amigos recifenses: *Robertinha*, *Tany*, *Ynah*, *Wilfer*, *Ahmed*, *Ana Lúcia*, *Márcia Mendonça*, *Dilma Luciano*, *Livia Gomes de Sá*, *D. Cristina* e *D. Francisca*.

Aos amigos do sapateado: *Fernanda*, *Jezebel*, *Camilinha* e *Samuel*.

A *Ângela Nolf*, por não me fazer abandonar a dança.

A *Beth*, por me socorrer com muito carinho das preocupações acadêmicas.

A *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, pelo financiamento desta pesquisa.

Resumo

Esta pesquisa investiga a construção do ponto de vista por meio das expressões nominais no discurso de ficção. A argumentação é aqui tratada pela encenação de um jogo de vozes, do qual a referenciação é um indício. O modo de apresentação do referente pelas expressões nominais, uma das estratégias de referenciação, é testemunho de um centro de perspectiva, a partir do qual se orienta a construção de sentido. A preocupação, portanto, não é apenas com a introdução, articulação e desenvolvimento dos objetos-de-discurso para coesão e condução tópica, conforme os estudos de referenciação; mas também com o modo de apresentação do referente, que é indicador de uma instância narrativa, de um ponto de vista que, na combinação com outros pontos de vista, orienta a interpretação e possibilita a encenação de uma crítica.

Palavras- Chave: Referenciação, Argumentação, Expressões nominais, Ponto de vista e Crônica

Abstract

In this dissertation we investigate the point of view construction especially through the use of nominal groups in fictionist discourse. The argumentation is viewed as a dramatization of different voices, indicated (among other things) by *referentiation* process. The mode of referent presentation by nominal groups attests a specific perspective, which guides meaning construction. Our most important concern, therefore, is not only about the role referents introduction, articulation and development have in cohesion and topic progression, as it have been focused on *referentiation* studies, but also with the referent presentation mode, which indicates a narrative point of view, that, in articulations with other different points of view, guides interpretation and makes possible the dramatization of criticism.

Keywords: *Referentiation*, Argumentation, Nominal groups, Point of view, Brazilian short stories.

Sumário

Introdução	15
 Capítulo I	
<i>Para além de uma “cartografia perfeita” entre palavra e mundo</i>	19
1.1 Referenciação e objetos-de-discurso	23
1.2 Expressões nominais	29
1.3 Referenciação e argumentação	35
 Capítulo II	
<i>Abrindo trilhas sem interditar estradas</i>	39
2.1 Argumentação como atividade construtiva e persuasiva	44
2.2 A inserção do leitor no processo argumentativo	52
2.3 Argumentação e narração	55
 Capítulo III	
<i>Da paleta verbal polifônica para o efeito ponto de vista</i>	57
3.1 A concepção do ponto de vista	61
3.2 As formas do PDV	66
3.2.1 O PDV representado	67
3.2.2 O PDV narrado	69
3.2.3 O PDV afirmado	70
3.3 A combinação dos PDV	72
3.4 O jogo dos PDV para o processamento da argumentação pelas expressões nominais	75
 Capítulo IV	
<i>A construção do ponto de vista pelas expressões nominais</i>	85
 Considerações finais	99
 Referências bibliográficas	103
 Anexos	

Introdução

O entendimento da referência por uma concepção não representacional, reintroduz uma pluralidade de atores situados que discretizam e dão sentido à língua e ao mundo. Deste modo, tratar da referência numa perspectiva interacionista e discursiva pressupõe uma concepção de língua que não se esgota no código, nem implica uma correspondência direta com o mundo, como se a língua refletisse a realidade. Longe de ser um “instrumento de comunicação”, a ser fixamente manipulado, conforme a lógica e exatidão de uma partitura única e verdadeira do bem dizer, a língua é, essencialmente, ação pública realizada e negociada discursivamente no âmbito das relações sociais, que se constituem pelo partilhamento, refutação, desqualificação e modificação de sentidos, experiências e conhecimentos de várias ordens, para que se possa opinar, interferir, rejeitar, chamar atenção e persuadir, entre outras ações, neste mundo verbal polifônico.

Considerando que essas ações não são relativas a um sujeito solitário, isto significa dizer que o outro influencia e interfere no que está sendo dito ou planejado para ser dito e que o sentido e a referência são co-construídos. Nessa negociação, o produtor do texto seleciona, interpreta e articula os referentes, apresentando ao leitor, “atualizador de significações” (Bonoli, 2000), os objetos-de-discurso de que fala. O encadeamento referencial configura a orientação interpretativa do texto, que contribui para a formação de cadeias coesivas e para o andamento do tópico.

Por essa dinâmica textual é possível reconhecer uma atividade argumentativa, que tem como motivador um projeto de dizer voltado à persuasão e à produção de efeitos de sentido e que evidenciam a instância origem da perspectiva ou ponto de vista.

Sendo as expressões nominais, estratégia de referenciação com forte teor argumentativo, segundo Koch (1999), então é possível contemplá-las nessa relação entre referenciação e argumentação. Os trabalhos de Koch (1999, 2001 e 2002), Francis (1986, 1994) e Conte (1996), com os quais dialogamos no que se refere à conceituação das expressões nominais, mostram que nossa pesquisa não é pioneira quanto à focalização argumentativa dessas expressões. Entretanto, observamos que nessas pesquisas predominam os textos comumente reconhecidos como argumentativos, tais como artigos de opinião, notícias, textos publicitários etc. Essa constatação instigou nossa pretensão em analisar a orientação argumentativa das expressões nominais em *textos não prototipicamente reconhecidos como argumentativos*, levando à frente a idéia de que a

argumentação é estruturante de todo e qualquer discurso. Julgávamos, então, que a seleção e articulação das expressões nominais no texto ficcional deveriam apresentar alguma particularidade no que diz respeito à construção do ponto de vista.

Contudo, nossa grande incerteza era quanto aos gêneros ficcionais que seriam analisados, pois dois problemas se apresentavam: a extensão e a autoria. Os textos extensos, tal como o romance, não despertavam nossa atenção, porque se correria o risco de colocar em foco determinado autor, fazendo com que a pesquisa se dedicasse ao estudo deste. Isso contribuiu para aguçar nosso interesse em narrativas curtas, que tratassem de temas do cotidiano, seja em tom humorístico, seja em tom emotivo, porque supúnhamos que nesses textos as expressões nominais seriam recurso de grande plasticidade para a construção do ponto de vista. Foi a partir daí que surgiu o interesse em investigar a crônica literária, um "gênero bem brasileiro", que segundo Antônio Cândido, é peça leve, produto *sui generis* do jornalismo, através do qual se pode dizer as coisas mais sérias e empenhadas por meio de uma conversa aparentemente fiada. E que, segundo ele, foi largando o compromisso de informar e comentar, para ficar sobretudo com o de divertir, sem contudo deixar de entrar fundo no significado dos atos humanos, levando longe a crítica social.

Assim, ficou definido nosso objetivo: *analisar a construção do ponto de vista no texto ficcional, especificamente na crônica literária, tendo como instrumento de análise as expressões nominais*. Tendo em vista esse objetivo, nosso trabalho adota como referencial teórico: i) estudos sobre referenciação, para os quais citamos os trabalhos de Marcuschi e Koch, Mondada e Dubois, Apothélos e Reichler-Béguelin; ii) discussões em torno da referência, nas quais se inserem não apenas os autores que estudam a referenciação, mas também Bonoli, Gollut e Zufferey; iii) estudos sobre a argumentação, representados por Portine, Nonnon, Perelman e Tyteca e iv) estudos sobre polifonia, para os quais citamos Bakhtin e Rabatel.

Com o intuito de organizar esse referencial, para que o trabalho adquirisse uma seqüência temática coerente, estruturamos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, há uma discussão das questões que envolvem referência e referenciação, o que nos permite situar e definir o instrumento de nossa análise. No segundo capítulo, esboçamos o quadro teórico sobre argumentação, a partir do qual é possível vislumbrar uma aproximação com a referenciação. Já no terceiro capítulo, situamos a polifonia e a teoria do ponto de vista, que é uma forma de tratar a constituição das instâncias e perspectivas na narrativa. Por fim, o quarto capítulo é dedicado à

contemplação de aspectos particulares da construção do ponto de vista pelas expressões nominais, através de um número reduzido de crônicas.

A maneira como conduzimos a análise indica que nossa pesquisa é qualitativa, portanto não atenta a percentuais de determinadas ocorrências, tampouco a um corpus extensivo. Frisamos que nosso corpus é constituído por 12 crônicas de autores diferentes. Estas crônicas têm um caráter ficcional, o que se evidencia por um enredo e pela criação de personagens e fatos. Isto significa dizer que não fazem parte de nosso corpus aquelas crônicas que se assemelham com o artigo de opinião, nas quais há exposição de argumentos e contra argumentos sobre determinado assunto. Dentre as crônicas que compõem nossa pesquisa, 9 estão distribuídas ao longo dos três primeiros capítulos, funcionando como ilustração para nossos pressupostos teóricos, enquanto que as demais se encontram no quarto capítulo.

Por último, gostaríamos de salientar que este trabalho não é sobre crônicas, e por isso não temos como pretensão estudar o gênero, ainda que seja inevitável, ao longo do trabalho, fazer algumas considerações a seu respeito.

Para além de uma “cartografia perfeita” entre palavra e mundo

Considerando que um dos problemas colocados pelo discurso de ficção diz respeito à possibilidade de a linguagem referir a mundos inexistentes e imaginários que, muito além da lógica e exatidão do bem dizer, não estão em correspondência direta com o mundo real, entendemos que uma concepção de referência como representação, no âmbito de teorias vericondicionais, não nos permite pôr em cena sujeitos atores, que colaboram para a construção da referência, do sentido e da própria formulação textual. Só uma concepção diversa da literatura tradicional abre espaço para tratar da referência como um processo realizado no discurso e dos referentes como objetos-de-discurso, que, apresentados, construídos e desenvolvidos discursivamente, contribuem para a orientação argumentativa do texto e a articulação de um “projeto de sentido”.

No quadro da tradição epistemológica, a referência é entendida, segundo Bonoli, numa relação direta e de natureza representacional entre língua e mundo; e o conhecimento, como um conjunto de representações concretas do mundo real. Ao fazer algumas críticas a essa abordagem, Bonoli defende que, neste quadro, a ficção só pode ser considerada como o “emprego da linguagem sem referência e sem interesse para o conhecimento”.

Contrário a essa perspectiva e interessado numa *reavaliação do valor referencial* e do papel cognitivo da ficção, Bonoli propõe uma reflexão de ordem epistemológica sobre esse discurso, a partir de uma teoria da leitura. Ao conceber a leitura como uma atividade essencialmente construtiva, essa teoria põe em foco o trabalho de construção do sentido, sempre sujeito a particularidades e atualizações, a depender da interação que o leitor, “atualizador de significações”, estabelece com seus próprios conhecimentos e as informações que o texto apresenta. Nesse sentido, o tratamento que Bonoli dá ao discurso de ficção é perpassado pela instância atualizadora de sua significação, isto é, pelo leitor:

“A ficcionalidade não é uma propriedade do texto em si, mas uma qualidade que lhe é atribuída pela interpretação do leitor. Para ser mais preciso, o caráter

ficcional de um texto está em função da relação existente entre o mundo do texto e a versão ortodoxa do mundo do leitor". (p.494)

Se, para Bonoli, o mundo ficcional é resultado de uma atividade cultural complexa que exige, por um lado, a criação de um texto pelo autor e, por outro, a recepção por um leitor, então seu conceito de ficção é um conceito dinâmico, pois é a instância "receptora" do texto, inserida numa dimensão cultural, que define a ficcionalidade. Por essa razão, o mundo ficcional não preexiste a essa complexa atividade cultural e sempre estará acompanhando-a, de acordo com as mudanças nos conhecimentos e crenças de uma cultura.

Para Bonoli, tratar do funcionamento referencial no texto de ficção é interrogar-se sobre a relação entre texto ficcional e mundo real. Sobre o mundo real o autor expõe:

"Nós não possuímos o mundo real: nosso acesso ao mundo real passa sempre pela mediação de uma atividade simbólica que constrói, configura uma versão do mundo. Isso decorre diretamente da impossibilidade de uma percepção pura que nos permita conhecer o mundo real tal qual ele é. Toda percepção é já interpretação, organização, seleção e participa também da construção de um modelo simbólico que pode adquirir o estatuto de mundo." (p. 493)

Essa aproximação de uma versão do mundo real com o mundo ficcional, justifica, segundo Bonoli, a recorrência a uma concepção construtivista para tratar da referência no discurso de ficção, assim como permite explicar a passagem de informação não só do mundo real ao ficcional, mas igualmente deste para aquele. Para o autor, a passagem de informação do mundo real ao ficcional é indispensável para explicar a construção do mundo da ficção, que depende do conhecimento de mundo real que o leitor possui. Enquanto que a passagem de informação do ficcional ao real indica que certas informações do mundo da ficção podem participar da construção de uma versão do real.

Se, para Bonoli, a passagem de informação do mundo real ao ficcional é indispensável para explicar a construção do mundo da ficção, então para Gollut e Zufferey (2000), a construção da referência é um modo de visualizar essa relação entre o texto (mundo narrado) e o mundo da experiência. Daí a importância da referência no agenciamento de informações entre esses mundos e na construção do mundo narrado,

possibilitando a inserção do leitor na construção e interpretação desse mundo estético (p.11).

Investigando a construção do universo romanesco de Balzac, através dos *incipits*¹, Gollut e Zufferey postulam que a organização da superfície da frase influi sobre a *referência*, já que a ordem e a constituição dos sintagmas vão contribuir para a emissão de informações e administração de saberes. Segundo Gollut e Zufferey, a importação de conhecimentos pré-estabelecidos subjaz largamente à construção discursiva do objeto, tanto na produção, quanto na recepção, vez que o universo construído toma emprestado, tanto quanto possível, saberes já disponíveis. Nesse sentido, a descrição do funcionamento referencial passa por um intercâmbio entre o "construído" (objeto elaborado no discurso) e o "pré-construído" (produção discursiva anterior ou corpo de conhecimentos estáveis que vão interferir na construção de novos objetos).²

Podemos dizer que a concepção de ficção³ apresentada por Bonoli é atravessada por uma teoria de leitura, que concebe a relação entre texto e mundo numa ótica construtiva, bastante dedicada à interação entre texto e leitor. Por essa perspectiva, é possível falar de uma "referência instrucional e construtiva", na medida em que a relação entre texto e mundo real passa por um certo número de instruções fornecidas ao leitor, as quais lhe permitem construir o mundo ficcional:

"Todo texto postula no seu projeto de sentido um leitor que, através de sua interpretação, o recontextualiza, restabelecendo o laço palavra-mundo temporariamente interrompido pela escrita". (p. 496)

¹ Frases Iniciais ou "incipits", conforme os autores, são toda porção do discurso constituída pela primeira frase (da letra maiúscula ao ponto). Gollut e Zufferey concebem os *incipits* como um modo de perceber a construção do mundo representado e a "cooperação interpretativa". Analisando os *incipits*, eles levam em conta o modo de apresentação referencial do sujeito, isto é, sua introdução e modificação, visíveis a partir de marcas lingüísticas, tais como, nomes próprios, sintagmas nominais demonstrativos, pronomes demonstrativos, pronomes pessoais anafóricos, dêiticos, verbos existenciais e descrições definidas. Por uma concepção construtivista da referência, os autores tratam esses mecanismos lingüísticos como operações referenciais encarregadas da elaboração dos objetos de discurso.

² Com base nessa distinção, os autores consideram a *existência* e a *identidade* como parâmetros de definição das marcas lingüísticas para a apresentação do objeto. A *existência posta* e a *identidade não estável* correspondem à introdução de um referente na "memória discursiva" (ou estoque de conhecimentos partilhados), enquanto que a *existência pressuposta* e a *identidade estável* correspondem à recuperação ou retomada de um referente já conhecido. Esses parâmetros evidenciam o enfoque cognitivo dado por Gollut e Zufferey no estudo da construção do universo romanesco, vez que há uma preocupação com a acessibilidade deste mundo pelo leitor.

³ Considerando que nossa pesquisa se dedica ao estudo da *referenciação*, entendemos que a reflexão de Bonoli sobre o mundo ficcional acresce a nossa compreensão de ficção e do funcionamento referencial. Entretanto, isto não significa dizer que estamos interessados num estudo aprofundado sobre a ficção e sua relação com o mundo real, nem no papel cognitivo que ela desempenha.

Tal concepção de referência se recusa a compreender a relação texto-mundo por uma adequação do texto a um objeto preexistente à leitura, porque Bonoli considera que as palavras, ao invés de referirem a algo exterior, *apresentam os objetos* de que falam. E estes objetos também são construídos em função da interpretação do leitor, o que obriga a renunciar à dimensão representacional da referência, considerando-a não como propriedade das unidades lingüísticas, porque as palavras não referem sozinhas, mas como *negociação* no momento da leitura. Essa concepção de referência permite considerar a ficção como muito mais do que uma descrição do real, mas como construção de realidades, ou como um modo de definir novas formas de ver e compreender o mundo real⁴.

Para Gollut e Zufferey, sendo a referência um dos aspectos da construção desse mundo estético, ela está encarregada, entre outras funções, de elaborar e transmitir conteúdos sociológicos e ideológicos. Também por uma noção construtivista da referência, estes autores a definem como uma atividade discursiva, o que equivale à elaboração dinâmica de uma representação, pela qual um objeto é dado a conhecer. Como atividade, a referência, põe em jogo um processo de "cooperação", de tal modo que a representação⁵ é necessariamente tributária de uma situação de interlocução. (p.16).

Se entendêssemos que as considerações de Bonoli sobre a necessidade de uma reformulação do tratamento da referência no discurso de ficção fossem aplicáveis apenas a este discurso, desconsiderando que toda produção discursiva assinala um modo de intervir no real, de compreender o mundo e de tomar posição na vida social, correríamos o risco de sustentar a dualidade subjetividade e objetividade, afirmando que uma nova concepção de referência é ainda mais urgente para a análise da referência na crônica de ficção. Não sustentando essa posição, e em comum acordo com Bonoli sobre a noção de referência, entendemos que *a idéia de considerar a ficção como construção de realidades* também pode ser extensiva a toda discursivização e textualização do mundo pela linguagem, o que implica também considerar os discursos não ficcionais. Se pensarmos nos gêneros artigo de opinião ou editorial, por exemplo, podemos dizer que ali também há (re)construção de realidades e não mera descrição do real ou elaboração de informação.

⁴ Por uma perspectiva totalmente distinta, Searle (2000), a quem Bonoli explicitamente se opõe no modo de conceber a referência, rotula de "perspectivismo" essa compreensão do mundo real, que defende não ser possível um conhecimento puro da realidade. Para Searle as palavras estão em correspondência direta com a realidade, e essa relação pode ser verdadeira ou falsa a depender do estado das coisas no mundo.

⁵ A representação para Gollut e Zufferey consiste em produzir a imagem do universo em causa, o que implica a escolha de alguns objetos e atribuição de propriedades, tornando acessível ao leitor.

A construção de realidades simplesmente não seria um modo de distinguir a crônica de ficção desses gêneros não ficcionais, mas a construção de realidades pela encenação de um ponto de vista que mobiliza narrador e personagens atuantes num determinado enredo. De acordo com Koch (2002:79):

“a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas acima de tudo pela forma como sóciocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural”.

Contrariamente a uma perspectiva que entende a língua como espelho, reflexo ou “cartografia perfeita”⁶ do real em adequação total ao mundo, sustentamos uma concepção de *língua como interação* ou “como trabalho cognitivo e *atividade social que supõe negociação*” (Koch e Marcuschi, 1998), a qual dá condições de perceber a relação língua e mundo fora de uma ontologia atomista. Esta relação não pode ser vista como uma fórmula pronta a ser univocamente recebida e reproduzida nas práticas lingüísticas, como se o mundo estivesse precisamente definido e demarcado. Se o mundo fosse autônomo, já discretizado em objetos ou entidades, segundo Mondada e Dubois (1995), ele existiria independentemente de todo sujeito que o refere e as designações teriam que se ajustar adequadamente a esse mundo. Reforçando tal idéia, Koch e Marcuschi, consideram que a realidade empírica, mais do que uma experiência especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade. Segundo esses autores, *a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo*.

1.1 Referenciação e objetos-de-discurso

Do mesmo modo, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), por não considerarem uma relação rígida entre língua e mundo, que exclui o sujeito falante do processo de designação, rejeitam toda concepção realista da significação. Para estes autores, não faz mais sentido falar em referentes mundanos ou num estado do mundo, se se entende que os sujeitos estão no centro da atividade de designação, manipulando o desenvolvimento

⁶ Metáfora utilizada por Mondada e Dubois (1995) para criticar a relação de espelhamento entre língua e mundo

no discurso daquilo que os autores denominam de objetos-de-discurso, ao invés de reproduzirem a relação palavra e mundo:

“nós assumimos plenamente o postulado de que os ditos objetos-de-discurso não preexistem “naturalmente” à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos, fundamentalmente culturais, dessa atividade.” (p.229)

Em favor de *uma concepção construtivista da referência*, Apothéloz e Reichler-Béguelin recusam um tratamento puramente lógico das operações de designação, porque não admitem que os objetos sejam regidos pelo princípio de condições necessárias e suficientes. Alimentados pela atividade lingüística, os objetos-de-discurso, adquirem, segundo eles, o estatuto de *construtos culturais* e por conseqüência comportam um parâmetro antropológico. A referência, de acordo com estes autores, é antes de tudo um problema que concerne às operações de categorização e identificação dos referentes efetuadas pelos sujeitos falantes, à medida que se desenvolve o discurso, e por isso essas operações dependem muito mais do *ponto de vista de um enunciador* e do contexto de interação, do que de uma apreensão estritamente cognitiva da realidade.

Os objetos-de-discurso, sendo construídos e desenvolvidos discursivamente, não devem ser entendidos como objetos de mundo, como se estivessem já discretizados, prontos para receber uma etiqueta lexical incontestável e válida para todos os sujeitos. Porém, isso não significa dizer que estejamos negando a realidade extra-mente, como se os objetos-de-discurso se desenvolvessem num plano desconectado da realidade. Ao contrário, o que não queremos postular é que a referência seja vista no interior da língua, como propriedade intrínseca das palavras, como se os referentes operassem unicamente em “estado de dicionário”. Para Apothéloz e Reichler-Béguelin, os objetos-de-discurso integram não apenas o sentido extencional dos termos, que entendemos como o sentido socialmente estabilizado, seja no vocabulário oral não oficializado, seja no dicionário propriamente dito; como solicitam, na produção e interpretação, nosso conhecimento e nossa experiência das propriedades do mundo real. Com base nisso, podemos dizer que a referência não é propriedade nem da língua, nem do mundo, desenvolvendo-se como uma atividade contextualmente encenada por sujeitos sociais que interativamente colaboram para a produção de sentido, ao mobilizar conhecimentos de várias ordens.

Para Mondada e Dubois (1995) e Mondada (2001), embora a questão da referência tenha sido historicamente concebida como um problema de representação do mundo em termos de verdade e correspondência, essa questão deve ser deslocada para um tratamento que privilegie a relação intersubjetiva e social, na qual versões do mundo são publicamente elaboradas e avaliadas pelos sujeitos enunciadoreis. Segundo as autoras, não se trata mais de interrogar sobre como o mundo é representado de forma adequada, mas de como as atividades humanas, lingüísticas e cognitivas estruturam e dão sentido ao mundo. Por essa razão, as autoras passam a utilizar o termo **referenciação** para tratar da referência como um processo realizado no discurso, resultante não de uma ontologia dada, mas de práticas simbólicas complexas, que, numa dimensão intersubjetiva, são responsáveis por produzir a ilusão de um mundo objetivo. De acordo com elas, estas práticas não estão associadas a um sujeito cognitivo abstrato e ideal, solitário face ao mundo, mas à construção de objetos cognitivos⁷ e discursivos na intersubjetividade de negociações e modificações de concepções públicas e individuais do mundo.

É através dessa idéia de objetos construídos discursivamente que o debate sobre a *categorização*, tema corrente nas discussões acerca da referência ou da relação língua – mundo, pode ser deslocado para a interação social. Mondada (1994), fala em “processos contextuais de construção de categorias”, que devem ser entendidas como fenômenos discursivos, sempre construídas numa dimensão discursivo-interacional: “a escolha e formulação de um objeto implica processos de categorização, ligados não somente a denominação do objeto, mas especialmente a sua configuração no discurso”. Por essa forma de compreender as categorias, o léxico não pode ser visto como um conjunto de etiquetas disponíveis, mas como um material constantemente retrabalhado no discurso. Segundo essa abordagem, as categorias não podem ser tratadas como estruturas invariantes, fixadas a priori e capazes de “realisticamente” ou objetivamente agruparem o mundo, nem como protótipos ou formas universalizantes, mas como criação, transformação (daí seu caráter flexível e dinâmico), ou ainda, versões sociais do mundo ou posições enunciativas, que intervêm na estruturação do discurso e construção de sua coerência. Assim é possível, como faz Mondada (1994): questionar-se sobre o modo como as categorias emergem das práticas sociais para organizar e ordenar o mundo

⁷ Salientamos que nossa pesquisa não se dedica a uma abordagem cognitiva do processo de referenciação, visto que, através de um enfoque discursivo, que privilegia a polifonia, estamos interessados na contribuição das expressões nominais para o processo argumentativo na crônica de ficção.

social e observar a maneira pela qual os sujeitos as tratam e as estabelecem no curso de ações particulares.

Deslocar a questão da referência da convencionalidade lingüística para a interação, descartando a idéia de que uma cartografia perfeita entre palavra e mundo (como atesta a noção de categoria adotada) seria condição suficiente para abordar a referência, não implica, segundo Marcuschi (2001), reduzir a significação às práticas interativas, porque seria ingênuo postular que tudo seria novo e estaria sendo dito pela primeira vez:

“Quando digo que a interação é a base para os processos referenciais, proponho que se veja a interação como ponto de convergências para a construção de referentes ou de sentidos, mas não a fonte do sentido. É claro que existem bastidores interessantes nessa “arena” interativa, tal como a história, a cultura, a sociedade, as crenças e assim por diante, que se sobrepõem aos indivíduos em carne e osso.” (Marcuschi, 2001:43)

A idéia de considerar a interação como um meio de construção dos referentes e de sentidos, sem excluir, o projeto de dizer de quem produz o texto, leva-nos, como já dissemos, a *compreender a referência de modo diverso à literatura tradicional*. Desse modo, se passamos a falar de *referenciação*, porque admitimos que a referência é um processo realizado no discurso, então essa postura teórica possibilita um olhar atento para a progressão dos referentes no texto, como fazem Marcuschi e Koch em muitas das suas publicações. É nessa progressão referencial, que diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada dos referentes, que os referentes se encadeiam para o desenvolvimento do tópico e construção da coesão e da coerência. O que estes autores admitem é a dinamicidade dos objetos-de-discurso na progressão textual, pois, como mostra Koch (2002), uma vez introduzidos, eles podem ser modificados, desativados, reativados, recategorizados, contribuindo para (re)construir o sentido no curso da progressão textual. Por esse motivo, os autores consideram que: i) a coerência não é uma mera propriedade do texto, nem um princípio de boa formação textual, mas um princípio de interpretação, porque está sujeita ao modo como os interlocutores mobilizam os recursos textuais (aliados ao contexto sóciocognitivo) para elaboração do sentido; ii) a progressão textual não se dá numa continuidade linear, como se o texto fosse processado numa soma progressiva de partes, mas, segundo Koch

(2002), numa oscilação entre dois movimentos: um para frente e outro para trás, que em parte são representados pela anáfora e catáfora.

“Em sentido estrito, pode-se dizer que a progressão textual se dá com base no *já-dito*, no que *será dito* e no que é *sugerido*, que se co-determinam progressivamente. Essa *co-determinação progressiva* estabelece as condições de textualização que, em consequência, vão se alterando progressivamente. [...]. A progressão textual renova as condições da textualização e a consequente produção de sentido. Portanto, o texto é um universo de relações seqüenciadas, mas não lineares.” (Koch, 2002: 85)

O encadeamento dos referentes para o processamento textual, como mostram os trabalhos de Marcuschi e Koch, é feito por diferentes estratégias de referenciação, nominais e pronominais, que variam de acordo com a relação estabelecida entre o que é referido e o referente⁸. Essa relação pode se dar tanto de forma prospectiva, pela catáfora, quanto retrospectiva, pela anáfora. Entre essas estratégias destacamos as **expressões nominais** que operam uma seleção entre as diversas propriedades do referente e que são importantes para *viabilizar o projeto de sentido do produtor do texto*. Em outras palavras, essa estratégia desempenha papel *importante para a construção do ponto de vista*, testemunhando, através da seleção lexical, uma instância discursiva, ou centro de perspectiva, a partir do qual os fatos são apreendidos e os objetos-de-discurso designados.

CRÔNICA⁹ (1): *Criado Mudo*

“Tudo começou quando resolvi mudar do décimo para o quarto andar, aqui mesmo neste edifício da alameda Franca. Um carrinho de supermercado seria suficiente. Queria fazer lá embaixo um lar, já que isso aqui virou um vício. E, como todo vício, tesão.

Lá no quarto andar, tem quatro apartamentos.

Eu não conhecia ainda os vizinhos quando o fato se deu. Passei o dia levando coisas lá para baixo. Há dois dias faço isso ajudado pela Cristina.

*Uma das últimas viagens e lá ia eu – com a Cris ao lado – descendo pelo elevador. Carregávamos o criado-mudo. O criado-mudo tem **uma gavetinha***

⁸ Estas relações podem ser de sinonímia, hiponímia, hiperonímia, metonímia, dentre tantas outras.

⁹ A referência desta e das demais crônicas citadas neste trabalho encontram-se em anexo, assim como o texto integral de todas elas.

Quando a porta se abriu, tinham duas famílias esperando. Meus vizinhos. Pai, mãe, crianças e até uma avó. Foi quando eu estendi o braço para me apresentar como o novo vizinho que tudo aconteceu. E foi muito rápido. Muito.

*Quando eu tirei a mão do movelzinho para cumprimentar aqueles que agora são meus vizinhos, **a gavetinha** deslizou. Eu ainda tentei uma gingada com o corpo para ver se evitava a catástrofe, mas não adiantou. **A filha da puta** estava indo para o chão, lisa como o quiabo.*

*Estava indo para o chão com tudo dentro. E não existe nada mais indiscreto do que **uma gavetinha de criado-mudo de um homem que mora sozinho**. Ou mesmo que não more. Ali você vai jogando coisinhas, papéis. Coisas, enfim. Coisas que só têm um destino na vida: **a gavetinha do criado-mudo**.*

*Entre **a danada** escapar do móvel e esparramar tudo pelo chão não devem ter sido nem dois segundos. Mas estes dois segundos foram sofridos. Neste pedacinho de tempo, tentei, em vão, me lembrar do que era que tinha lá dentro e, conseqüentemente, toda a vizinhança ia ver. Além da Cristina.*

*Não deu outra. **A gaveta** caiu de quina e tudo voou de cabeça pra cima, tudo querendo se mostrar. Ar livre. Há quanto tempo aquilo tudo não via a luz do dia, já que ficavam debaixo do abajur lilás?[...].”*

A operação de Recategorização faz com que termos não sinônimos, como, por exemplo, “gaveta” e “filha da puta”, estabeleçam relação de correferencialidade, mostrando a flexibilidade e heterogeneidade semântica dos objetos-de-discurso no processo de referenciação. Isto significa dizer que o produtor do texto tem ao seu dispor uma série de alternativas para designar referentes, inclusive os mesmos referentes, escolhendo palavras que a princípio possam ser impossíveis de relacionar, porque não cossignificam (Koch e Marcuschi, 1998). A recategorização lexical de um objeto, como mostram Apothéloz e Reichler-Béguelin, opera duplamente: não apenas refere (aponta), como também predica atributos (modifica) sobre um determinado objeto e por isso a expressão referencial pode ser usada para ajustar o saber disponível sobre o objeto-de-discurso. Assim, a gaveta descrita na crônica (1) não é *uma gaveta* qualquer, ou *uma gavetinha* no sentido mais carinhoso do termo, mas *uma gaveta de criado-mudo de um homem que mora sozinho*, que em razão das circunstâncias narradas é contextualmente situada, configurada, apreendida e apresentada como *uma filha da puta*, *uma danada*. A escolha de uma expressão contextualmente adequada pode passar por diversos graus de reformulação daquele significado socialmente reconhecido e estabilizado (não estático), pois pode haver uma “recategorização radical” (Mondada e Dubois) do referente, que faz com que termos não sinônimos partilhem de uma significação.

Em razão disso, podemos falar de uma concepção enriquecida e ampliada de anáfora¹⁰, porque não a situamos unicamente na relação estabelecida pelo pronome ou pela repetição do nome. Isto significa dizer que a relação anafórica nem sempre implica correferência e cossignificação, e por isso o antecedente pontualmente lexicalizado não é uma exigência *sine qua nom* da ocorrência anafórica, já que a expressão referencial pode apontar não para um item lexical em particular, mas para uma porção ou partes do texto, encapsulando¹¹ e fazendo uma avaliação da informação. É este tipo de ocorrência anafórica, que admite a recategorização (de itens pontuais ou porções do texto) por expressões nominais que interessa ao nosso estudo. Dessa forma, como não pretendemos discutir particularmente a questão da anáfora, não constitui nosso objetivo observar todas as ocorrências de anáforas atípicas, indiretas ou associativas (Cf. Marcuschi, 2000)¹².

1.2 Expressões nominais

Ao estudar a progressão referencial, Koch (2002) situa as *expressões nominais definidas* e as *expressões nominais indefinidas* como as principais estratégias de referenciação, ao lado do uso de pronomes. A maior parte do seu estudo é dedicada à definição e função das expressões nominais definidas, que se distinguem das expressões nominais indefinidas em virtude do determinante: as expressões nominais definidas são constituídas por artigos definidos e pronomes demonstrativos, enquanto que as expressões nominais indefinidas, por artigos indefinidos.

Sendo um dos recursos coesivos mais produtivos da textualidade, as expressões nominais podem funcionar tanto como anáforas, quanto como catáforas (Koch, 2002). Quando funcionam como catáforas, Koch (2002:93) admite que “na maioria dos casos, o referente da expressão nominal é apresentado de maneira vaga, inespecífica, de forma que, apenas depois de “rebatizado” lexicalmente, fica claro em que consiste verdadeiramente este objeto-de-discurso”. Pela crônica (1), *Criado-Mudo*, citada anteriormente, é possível perceber esse rebatismo lexical do objeto-de-discurso operado pela catáfora:

¹⁰ Esta posição é defendida por todos os autores citados neste tópico.

¹¹ Esta questão será exemplificada no próximo tópico deste capítulo.

¹² Neste trabalho, Marcuschi revisa noções estreitas de anáfora e propõe seu entendimento no âmbito de um continuum anafórico, em que se distribuíam anáforas diretas (retomada correferencial por repetição lexical, pronomes, sinonímia) e as anáforas indiretas do tipo: i) semântico, baseadas no léxico; ii) conceitual, baseadas em conhecimentos de mundo e iii) inferencial, baseadas em inferências fundadas no texto.

“Tudo começou quando resolvi mudar do décimo para o quarto andar, aqui mesmo neste edifício da alameda Franca. Um carrinho de supermercado seria suficiente queria fazer lá embaixo um lar, já que isso aqui virou um vício. E, como todo vício, tesão.

Lá no quarto andar, tem quatro apartamentos.

Eu não conhecia ainda os vizinhos quando o fato de seu. Passei o dia levando coisas lá para baixo. Há dois dias faço isso ajudado pela Cristina.

Uma das últimas viagens e lá ia eu – com a Cris ao lado – descendo pelo elevador. Carregávamos o criado-mudo. O criado-mudo tem uma gavetinha

Quando a porta se abriu, tinham duas famílias esperando. Meus vizinhos. Pai, mãe, crianças e até uma avó. Foi quando eu estendi o braço para me apresentar como o novo vizinho que tudo aconteceu. E foi muito rápido. Muito.

*Quando eu tirei a mão do movelzinho para cumprimentar aqueles que agora são meus vizinhos, a gavetinha deslizou. Eu ainda tentei uma gingada com o corpo para ver se evitava a **catástrofe**, mas não adiantou. A filha da puta estava indo para o chão, lisa como o quiabo.[...].”*

Segundo Koch (2002), denominam-se expressões nominais, as formas lingüísticas minimamente constituídas de um determinante, seguido de um nome. Dentre elas, a autora cita as *descrições definidas*. A descrição definida caracteriza-se pelo fato de o locutor operar uma seleção dentre as diversas propriedades do referente, que, em dada situação discursiva, interessa destacar e que são relevantes para viabilizar o projeto de dizer do produtor do texto. É nessa seleção de propriedades que as expressões nominais definidas e indefinidas admitem não apenas *determinantes*, mas também *modificadores*, que podem ser adjetivos e orações adjetivas, escolhidos de acordo com a orientação argumentativa que se pretende dar ao texto. As formas definidas, de acordo com Koch, já foram bastante discutidas no estudo da referenciação, em virtude da frequência com que operam a retomada anafórica. Todavia, essa função coesiva não se limita às formas definidas. Ainda que seja mais comum às formas indefinidas introduzir um referente, elas também podem operar retomadas anafóricas.

Seguindo o esquema de Koch (2002), as expressões nominais podem assumir a seguinte configuração:

Det. + Nome

Det. + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)

Essa configuração, assim como o próprio termo descrição definida, utilizado por Koch, pode dar margem a uma associação dessas expressões nominais com as

descrições definidas tal como postulada pela semântica formal. Contudo, salientamos que a noção de descrição definida, utilizada por Koch, não se aproxima do campo da semântica formal, que leva em conta critérios vericonditionais. O mesmo acontece com a noção de descrição definida adotada por Gollut e Zufferey, embora admitam critérios semânticos, que dizem respeito à estrutura da expressão nominal: determinante mais nome, seguido ou não de modificadores.

Essa não aproximação com a semântica formal, no modo de conceber as descrições definidas, justifica-se pela noção de objetos-de-discurso aqui adotada. Como expusemos anteriormente, tal conceituação baseia-se numa definição discursiva das categorias. A dinamicidade, o caráter não imanente, bem como a flexibilidade das categorias vão refletir diretamente na construção dos objetos-de-discurso e, conseqüentemente, na forma de conceber as expressões nominais no curso da progressão textual.

Sobre a apresentação do referente pela descrição definida no início do romance, Gollut e Zufferey afirmam que o leitor ainda não conhece as coisas ou personagens que vão figurar neste mundo particular. Como pouco se sabe sobre o universo que está sendo apresentado e o referente, por sua vez, está sendo apenas introduzido, a descrição definida não pode operar por retomada anafórica, de tal modo que é por seus próprios meios que ela deve assegurar a apresentação de seu objeto, ou seja, não por retomada de um referente pontualizado no texto, mas por uma organização lexical que beneficie o leitor na interpretação desse referente a partir do mundo da experiência. Além disso, como o componente nominal não é suficiente para permitir a identificação do que refere a descrição definida, o determinante sinaliza que a interpretação da entidade deve ser feita em relação a uma etapa anterior da comunicação, fundindo o início do discurso num aparente contínuo textual.

Ainda que não constitua nossa real preocupação, achamos importante ressaltar que existem estudos que tratam do determinante nessas expressões. Alguns destes estudos focalizam fatores que influenciam a escolha do artigo definido e do pronome demonstrativo, como atestado por De Mulder (1990) e Apothéloz e Chanet (1997), enquanto Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999) evidenciam o efeito e função do demonstrativo nestas expressões. Já Berrendoner (1995) trata dos adjetivos, orações adjetivas e complementos adnominais nessas expressões, denominadas de descrições nominais. Todas essas pesquisas, a nosso ver, são importantes, à medida que contribuem para ressaltar os fatores de escolha desses determinantes e os efeitos de

sentido viabilizados pelo componente interno da expressão no discurso. Porém, novamente insistimos em frisar que tal preocupação não requer nossa dedicação nesta pesquisa.

Se, conforme dito acima, a forma das *expressões nominais* não constitui ponto central na nossa investigação, é porque estamos preocupados com fatores discursivos, relacionados ao encadeamento referencial dessas expressões, os quais contribuem para a orientação argumentativa do texto. Dentre esses fatores, ressaltamos o *encapsulamento anafórico*, analisado por Francis (1994) e Conte (1996), e a *associação*, analisada por Kock (2002).

Ao tratar das *expressões nominais*¹³, Francis (1994)¹⁴ as analisa como um recurso coesivo *extremamente comum nos discursos de natureza argumentativa*, vez que, através do encapsulamento anafórico, elas rotulam, predicam, avaliam e orientam a interpretação de uma porção antecedente do discurso ou uma quantidade variável de informações precedentes. Esses grupos nominais analisados por Francis (1986) são, ao lado das descrições definidas, mais um tipo de expressão nominal. Eles são definidos como todo nome que pode ser usado metadiscursivamente¹⁵, atendendo a dois critérios funcionais: i) deve operar como pró-forma anafórica e ii) dever ser apresentado como um elemento já conhecido em uma nova estrutura.

Para Francis (1986), esses grupos nominais, como “sinais interativos”, desempenham um papel importante na negociação entre autor e leitor, pois em função do caráter altamente informativo, essas expressões contribuem para prover o leitor de um quadro conceitual relevante para o entendimento do projeto de dizer do produtor (“writer’s plan”), que tem algo a provar. De acordo com Francis (1986), os grupos nominais, ao rotular (“labelling”) uma porção do discurso, integram e relacionam esta porção com o argumento que está sendo desenvolvido, de modo que configure a orientação argumentativa pretendida pelo produtor.

Em outras palavras, pela função argumentativa, essas expressões ajudam a promover o ponto de vista do autor, já que podem ser usadas para indicar e reforçar suas crenças e opiniões. E pela função coesiva, elas não apenas auxiliam a identificar a

¹³ Expressões nominais ou “anaphoric nouns” (A-nouns), conforme Francis (1986)

¹⁴ Francis (1994) chama de rótulos as formas metalingüísticas ou metadiscursivas que operam o encapsulamento de uma porção do discurso. Para ela, a rotulação (*labelling*) dá-se por formas, que podem ser: i) *nomes ilocucionários*, como ordem, promessa, crítica, afirmação, advertência, frase etc; ii) *nomes de atividades linguageiras*: debate, explicação, exemplo, relato, descrição etc; iii) *nomes de processos mentais*: opinião, análise, constatação, convicção etc.

¹⁵ Nota-se que o aspecto metadiscursivo particulariza esse tipo de expressão nominal.

opinião expressa, como também contribuem através do encapsulamento, segundo Koch (2002: 94), para rotular uma parte do co-texto que as precede e para estabelecer um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subseqüentes. Essa introdução de um novo referente e a possibilidade de uma continuidade referencial e temática é função não apenas do *encapsulamento*, mas também da *associação*. A associação caracteriza-se pelo fato de não existir no co-texto um antecedente ou um referente pontual, mas um elemento de relação, inferível a partir de elementos explícitos no co-texto e que é decisivo para a interpretação. Pela associação, é como se o referente estivesse difuso, portanto já conhecido, e o grupo nominal se encarrega de condensá-lo, dando-lhe novo formato.

Por semelhantes preocupações teóricas, Conte concebe essas *expressões* como paráfrases resumidoras de uma porção precedente do texto, o que também é feito pelo encapsulamento anafórico. Para Conte, o encapsulamento é "um recurso coesivo e um poderoso meio de manipulação do leitor", porque opera "uma avaliação dos fatos e eventos descritos", como podemos observar na crônica abaixo.

CRÔNICA (2): *Alhos por bugalhos*

"Dona Izabel, pernambucana, é empregada doméstica, tem 38 anos, um marido e quatro filhos. Trabalhava num edifício chamado New Orleans e ganhava um salário mínimo por mês, o que já é um roubo de quem paga isso para uma senhora ficar na sua casa o dia inteiro, lavando cueca suja, passando calcinhas rendadas e cozinhando comidas que ela nunca vai comer.

Foi quando resolveu levar para a sua casa uma cebola, uma cabeça de alho, um tablete de caldo de carne e uma lata de ervilhas, sem pedir permissão aos patrões, ambos publicitários, aqueles que vivem vendendo alhos por bugalhos.

*la saindo calmamente quando foi interceptada pelo patrão e pelo zeloso zelador que estavam de tocaia na garagem à espera d **a criminosa**. Tente imaginar os dois na garagem escondidos d **a própria empregada**, falando baixinho, planejando **o ataque**. Sendo que, para **tanto empenho**, o patrão voltou mais cedo do serviço. Maquiavel puro. Anticrime premeditado. Não bastasse **a covarde tocaia**, chamaram uma viatura da polícia. Não sei se teve algema. Mas foram para a delegacia. O delegado levou **a coisa** a sério, prendeu **a elementa** e justificou com **uma frase muito bonita**:*

*- Ela vai responder por furto, sim. **O flagrante** está perfeito e o que ela praticou não é um crime famélico (sic). Este só se caracteriza quando a pessoa é miserável e não tem emprego.*

Portanto, para a autoridade de plantão, quem tem emprego de um salário mínimo não é miserável nem famélico; é brasileiro como todo mundo. Já para a cela. Lá, dona Izabel dividiu sua noite com traficantes, ladras e estelionatárias. Boa coisa não deve ter aprendido. No dia seguinte, o juiz

corregedor lhe deu liberdade provisória. Voltou para casa e vai responder ao processo em liberdade. Como se essa mulher algum dia vai conseguir paz e liberdade.

Eu perguntaria aos seus patrões se eles nunca roubaram quatro reais. Por exemplo: quando eles compraram um apartamento, ele e o vendedor declararam o preço pago, ou mais baixo, por conta do imposto de renda? Fiquem tranquilos. Todos nós fazemos isso. É normal... Só aí já haveria um roubo de alguns milhares de quatro reais dos cofres públicos e do nosso bolso.

[...]

Não conheço o casal e posso estar fazendo mau juízo dos dois. Mas acontece que todos nós cometemos esses pequenos pecados do furto de nós mesmos e da nação. [...]"

Nessa crônica, todas as expressões nominais em azul apontam para a dona Izabel, configurando uma cadeia anafórica. As expressões nominais que participam desse encadeamento constituem descrições definidas: em todas elas há um determinante mais o nome, e em certos casos há também modificadores. Estas expressões selecionam propriedades do referente que interessam destacar para construção dos argumentos, em defesa da empregada, produzindo certa ironia na interpretação do suposto furto. A operação de recategorização evidencia essa seleção das propriedades do referente, propriedades estas que se evidenciam tanto pelo sentido extencional do léxico – mulher, empregada (neste caso o deslocamento semântico está circunscrito às propriedades do léxico), quanto pela recategorização de ordem contextual, pois a empregada é vista, na opinião dos patrões e do delegado, como *uma criminosa*, *uma elementa*, daí certo efeito pejorativo em virtude de um maior deslocamento semântico, que extrapola o sentido de “empregada doméstica”, ressemantizando o objeto-de-discurso.

Já os itens destacados de vermelho indicam expressões nominais que retomam uma porção antecedente do discurso, e não um elemento pontualizado, como acontece com a referência à dona Izabel. Essas expressões produzem um efeito irônico e reforçam o ponto de vista do autor sobre esses pequenos furtos do dia-a-dia, incluindo uma apreciação depreciativa da atitude do delegado, dos patrões e do zelador, como mostram as expressões: “tanto empenho”, “o flagrante”, “o ataque”, “a covarde tocaia” e “a coisa”.

Há nesta crônica, uma expressão que podemos chamar de metadiscursiva, mas em posição catafórica e acompanhada de determinante indefinido e modificador. Essa ocorrência é para nós uma evidência de que a distinção das expressões em expressões nominais *definidas*, *indefinidas* e *metadiscursivas* é apenas uma questão de tipologia, porque entendemos que suas características podem se entrecruzar, por exemplo: uma

descrição definida pode *encapsular uma porção do discurso* (função das expressões metadiscursivas) e uma expressão metadiscursiva pode *referir cataforicamente* (função das formas definidas) e uma expressão nominal indefinida pode retomar um referente, não apenas introduzi-lo, ou ainda atribuir propriedades em posição predicativa contendo verbo de ligação, como mostra a expressão “um roubo”¹⁶.

De acordo com Koch (2002), o estudo da referência textual não deve se ocupar apenas com as restrições sobre o emprego da anáfora, pois há que se levar em conta as funções cognitivas, semânticas, pragmáticas e interativas das diversas formas de expressões referencias, que precisam ser vistas como multifuncionais. Isso significa dizer que, se a função das expressões nominais não é apenas referir, entendemos que elas contribuem para a **construção do ponto de vista**, orientando argumentativamente o texto.

Todos os autores citados neste tópico contribuem de forma direta ou indireta para nossa investigação, e também contribuem para mostrar diversas designações, às vezes sinônimas, que o fenômeno tem sofrido, tais como, *grupos nominais* (Francis), *sintagmas nominais* (Conte), *frases nominais* (Apothéloz e Reichler-Béguelin), *nominalizações* (Moirand; Apothéloz e Chagnet) e *descrições nominais* (Berrendoner).

Em resumo, podemos dizer que a *expressão nominal* é uma das estratégias mais importantes da referenciação, identificada nas seguintes formas nominais: *descrições definidas*, *expressões nominais indefinidas* e *expressões metadiscursivas*; e que se destacam na progressão referencial pela função coesiva e argumentativa, seja como anáfora, seja como catáfora.

1.3 Referenciação e argumentação

Considerar que os objetos-de-discurso não estabelecem uma relação de correspondência com a realidade e que a referência não seria apenas uma questão de convencionalidade lingüística possibilita tratar o léxico como um conjunto de recursos para o processo de referenciação, e não como um conjunto de etiquetas sempre prontas, fixas e estanques. Por essa razão, Apothéloz e Reichler-Béguelin entendem que seu emprego está submetido a um conjunto de dispositivos extremamente maleáveis e contextualmente trabalhados no e pelo discurso, sendo esta seleção uma operação

¹⁶ Como veremos mais adiante, as expressões nominais predicativas, que se conectam e referem ao sujeito (referente) pelo verbo de ligação ocorrem com frequência na argumentação. Além disso, elas podem servir de informação suporte para uma retomada em outro momento do texto.

necessariamente contextualizada. Para Mondada e Dubois, a instabilidade das formas de referência, ou dos próprios objetos-de-discurso, pela recategorização, depende muito mais da *multiplicidade de pontos de vista* que os sujeitos exercem sobre o mundo, do que de um contrato imposto pela materialidade do mundo. Aquilo que é dito estável sobre um objeto pode ser descategorizado, recategorizado sob efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista.

“Uma categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, que *concorre com outras sugeridas*¹⁷, produzindo sentido pelo contraste que estabelece com as anteriores. O discurso marca explicitamente a não correspondência entre palavras e coisas, e a referenciação emerge dessa distância, da demonstração de inadequação de categorias lexicais disponíveis – a melhor adequação é construída no seio de sua transformação discursiva.” (Mondada e Dubois, 1995: 286)

Se a forma de lidar com o léxico no processo de referenciação implica numa atividade seletiva que tem como motivador um projeto de sentido, revelador de um ponto de vista, então é possível relacionar referenciação e argumentação.

Assim, o processamento da argumentação, orientado por uma vontade de dizer e fazer sentido, pode ser arquitetado pelo encadeamento referencial¹⁸. A construção, o desenvolvimento e o modo de apresentação dos referentes evidenciam um trabalho sobre o conteúdo do discurso, *inserindo o sujeito produtor do texto nessa prática discursiva*. Ainda que a inserção do sujeito no processo de referenciação não seja uma preocupação de Apothéloz e Reichler-Béguelin, os autores apontam para tal questão, ao afirmarem que as designações não podem ser feitas independentemente da instância que as toma sob sua responsabilidade (que assume posição).

Nessa medida, entendemos que relacionar referenciação e argumentação é preocupar-se com a instância¹⁹ que toma responsabilidade sobre o modo de apresentação do objeto-de-discurso, e que testemunha vozes diferentes com as quais dialoga para o processamento da argumentação. Assim, nossa preocupação não é

¹⁷ Grifo nosso

¹⁸ Quando dizemos que a argumentação *pode ser* processada pelo encadeamento referencial é porque estamos cientes de que as expressões nominais não são o único meio de construção do ponto de vista.

¹⁹ Chamamos de instância, porque não estamos considerando o ponto de vista de um sujeito real, isto é, não estamos preocupados com o ponto de vista do autor em si, mas com as diferentes vozes ou perspectivas narrativas que na crônica são mobilizadas para encenação de uma crítica, de um ponto de vista.

apenas com a introdução, articulação e desenvolvimento do objeto-de-discurso para coesão e condução tópica, mas também com o modo de apresentação do objeto pelas expressões nominais, que é indicador de uma instância narratorial, de um centro de perspectiva, de um ponto de vista orientador da interpretação, a partir do qual se constroem os argumentos. Tal modo de apresentação, ainda que considere essencialmente as expressões nominais em posição anafórica e catafórica, não exclui as predicções como formas subsidiais para construção e interpretação dos referentes.

Conforme veremos no capítulo seguinte, essa aproximação entre referenciação e argumentação toma por base uma concepção de argumentação não como um tipo textual, ao lado da descrição e da narração, mas como atividade construtiva e persuasiva, inerente às mais diversas práticas discursivas.

II

Abrindo trilhas sem interditar estradas

A idéia de conceber a argumentação como uma atividade ou um modo perfeitamente corrente de interação humana assinala de imediato que o entendimento da argumentação não está circunscrito ao modelo tradicional do que se conhece como dissertação ou texto dissertativo, bem como aos gêneros prototipicamente tidos como argumentativos (editorial, artigo de opinião, resenha crítica, carta do leitor etc). Ao concebermos a argumentação como atividade, entendemos que o seu processamento não diz respeito apenas à manipulação de formas lingüísticas (já discretizadas ou pressupostas) por um modo já consagrado ou reconhecido de argumentar. Ao contrário, nossa perspectiva faz salientar o trabalho de sujeitos atores sobre o conteúdo do discurso, que, num contexto específico, selecionam recursos lingüísticos para construção de pontos de vista, configurados nos gêneros textuais mais diversos.

O estudo dos gêneros abre caminho para o entendimento do processamento textual, considerando a maneira pela qual os falantes mobilizam as formas lingüísticas e as organizam de modo a caracterizar um gênero em determinadas circunstâncias sócio-interativas. Ao compreender essa mobilização e organização dos recursos lingüísticos, admite-se a imbricação dos tipos textuais (descrição, narração, dissertação, injunção e diálogo) na realização de um gênero, o que implica dizer que os gêneros são heterogêneos em sua constituição tipológica. Nesse sentido, não é possível encontrar um gênero apenas narrativo ou apenas descritivo²⁰ e por isso a idéia de que um gênero só realiza um tipo textual não se sustenta, a partir do momento que se concebe a imbricação ou a diluição de fronteiras lingüisticamente confusas ou de difícil separação entre esses tipos.

Tal afirmação consiste em um *primeiro* ponto de partida para reconhecer a argumentação não apenas nos gêneros prototipicamente tidos como argumentativos, nos quais o tipo dissertativo predomina, mas em *todo e qualquer discurso*, no qual o produtor do texto tenta de alguma forma interferir sobre os julgamentos, opiniões e preferências de seu interlocutor por *diversos modos nas diferentes situações interativas*.

²⁰ O fato de não admitirmos a monotipia não significa dizer que um tipo não possa predominar num determinado gênero textual.

Essa amplificação, entretanto, não implica um esvaziamento no estudo da argumentação, pela crença numa mal-entendida generalização ou homogeneização de seu processamento (já que *tudo é argumentação*), porque não consideramos que o processamento da argumentação se dê uniformemente nas diversas situações de uso da língua. Em outras palavras, julgamos que a argumentação não seja monotípica, não apenas porque existem inúmeros recursos lingüísticos para o seu processamento, mas também porque a própria situação de uso da língua vai influir no processamento. E a depender do tipo de recurso analisado e da forma como se compreende a relação língua, argumentação e interação, estaremos diante de enfoques diferentes no estudo da argumentação.

Essa idéia da argumentação como atividade fundamental no uso da língua, a princípio, pode parecer ampla e ao mesmo tempo pode indicar um retorno aos estudos da semântica argumentativa, representados especialmente por Ducrot e Anscombre. O fato de se admitir relações argumentativas inscritas na própria língua, analisando escalas argumentativas e a pressuposição, é que leva esses autores²¹ a considerarem a argumentação como atividade fundamental no uso da língua, ou uso da linguagem como inerentemente argumentativo. Para Plantin²², através dessa concepção de argumentação na língua, em que a relação argumento e conclusão é propriedade da língua, é possível dizer que basta falar para argumentar. Contestando esta idéia, Plantin²³ defende que só por meio de um “modelo dialogal”, é possível tratar da argumentação como interação e negociação, e por isso não basta falar ou escrever para argumentar, já que é preciso levar em conta o interlocutor neste processo, e por conseqüência as questões que se organizam e se concretizam na confrontação entre os discursos. O modelo dialogal da argumentação considera fundamental a diferença de ponto de vista, a contradição, que

²¹ Dentre os trabalhos desses autores, podemos citar: i) Ducrot (1972). *Dizer e não dizer: Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix. ; ii) Ducrot (1984). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes. e iii) Anscombre e Ducrot (1983). *L'argumentation dans langue*. Bruxelles: Pierre Mardaga. Os trabalhos de Vogt e Guimarães são representativos da difusão da semântica argumentativa no Brasil, com atenção bastante dedicada ao estudo das conjunções ou operadores argumentativos no português.

²² Conforme a comunicação “Rhétorique” apresentada na mesa-redonda “Argumentação e retórica” no // *Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso* realizado na Universidade Federal de Minas Gerais em maio de 2002.

²³ Plantin (1996) situa duas grandes tendências no estudo da argumentação: i) a “tradicional”, consagrada no seio da lógica e da retórica, toma por objeto a “orientação dos enunciados em direção a uma conclusão” e ii) a “modernista”, consagrada na análise da conversação, toma por objeto os problemas ou desacordos da conversação. Plantin se define neste último grupo, que procura aplicar as técnicas da análise da conversação à argumentação. Esta tendência postula que a cristalização de uma questão no confronto entre os discursos é decisiva na ontogênese da argumentação. Para Plantin, a argumentação está ancorada na contradição e por essa razão seu processamento depende desse antagonismo, a partir do qual nasce uma questão, que organiza as interações conflituais concretas.

faz emergir uma questão. De acordo com Platin²⁴, essa questão organiza o campo das intervenções e define um espaço argumentativo, o que implica dizer que a argumentação aparece como uma atividade complexa numa dimensão interacional, ante a uma dimensão estritamente objetiva, cognitiva e lógica.

Embora abracemos esta idéia da argumentação como atividade fundamental, isto não evoca uma revisitação ao campo da semântica argumentativa. Nossa posição é que uma concepção de argumentação inscrita *a priori* na língua não possibilita considerar o “trabalho sobre o conteúdo do discurso” e o modo de apresentação do objeto, indicador de um ponto de vista, construído no desenvolvimento do discurso, e que tem por base um projeto de sentido atualizado pelo leitor. Do mesmo modo, tal concepção não autoriza, como já ressaltamos, prestar atenção à negociação e à interação no processo argumentativo, que é visto por Plantin como um problema complexo para se pensar a heterogeneidade.

Entendemos que uma *noção de argumentação como atividade fundamental* no uso da língua permite abordá-la não apenas pela ênfase nos recursos lingüísticos (incluindo a relação entre proposições, caminho já trilhado), mas também nas relações estabelecidas entre os objetos-de-discurso, pelo modo como o produtor do texto seleciona e organiza estes objetos para a construção do ponto de vista e orientação interpretativa. Essa orientação escapa ao próprio produtor, vez que a argumentação é esboçada num quadro não solitário de orientações interpretativas, que evidenciam o caráter interlocutivo desta atividade. Embora se baseie num cálculo, ou melhor, na escolha de dados para a realização de um projeto de dizer, a argumentação não se dá no vácuo por um trabalho solitário, em que o autor se esforça unicamente para consolidar seus dados, mas na realização de um projeto de sentido que escapa ao cálculo, justamente porque essa realização é interativa. Por essa razão sublinhamos o caráter interlocutivo da argumentação, mas não no sentido de pensar a persuasão como condição necessária para a eficácia dessa atividade. O que tratamos como interlocução na argumentação são as diferentes vozes, com as quais o produtor do texto dialoga, bem como a interferência que o leitor exerce nesse processo.

Contrariamente a uma realização monotípica da argumentação, como se os usos da língua fossem indistintos e inespecíficos, nossa hipótese é que nas diversas situações de uso da língua a argumentação apresenta particularidades no seu processamento a

²⁴ Conforme a comunicação “Ad quietem, ou le refus de participer” também apresentada no *II Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso* realizado na Universidade Federal de Minas Gerais em maio de 2002.

depende da intervenção que o produtor do texto opera na apresentação, manipulação e organização dos objetos de discurso²⁵, uma vez que de acordo com o gênero, o autor terá maior ou menor licença ou legitimação social para viabilizar essa intervenção²⁶. Se compararmos a notícia com o artigo de opinião publicados no jornal impresso, por exemplo, perceberemos que no artigo de opinião certos efeitos de sentido, como a ironia, a até certa agressão no combate de determinadas posições evidenciam uma maior licença na seleção lexical para construção e apresentação dos objetos, do que na notícia, em que a informação é passada sob o mito da neutralidade e por isso há um certo controle na seleção lexical.

Essa operação, que contribui para o modo de apresentação do objeto, evidencia, a nosso ver, uma instância narrativa, e por sua vez um ponto de vista, a partir do qual se orienta a interpretação do texto. E essa orientação poderá ser feita por um jogo de diferentes vozes em uma única voz, que é a do produtor do texto. Com isto, podemos afirmar que a polifonia é um campo privilegiado para a observação da argumentação²⁷ e que na crônica de ficção assume uma configuração particular se comparada ao opinativo propriamente dito.

De maneira geral, podemos dizer que, no artigo de opinião, as vozes não são de responsabilidade do produtor, vez que ele dialoga com dizeres que no momento circulam numa sociedade, e por isso traz posicionamentos não anônimos, quer na forma de discurso direto ou indireto para reforçar ou refutar, pelo modelo tese defendida/tese refutada, quer na retomada de expressões ou itens lexicais de outro discurso. Porém, na crônica de ficção, esses dizeres expostos ao humor e à criatividade (num grau máximo de legitimação) são interpretados e representados pelo autor que, na condição de criador e responsável, constrói personagens e realidades, (re)criando discursos, que revelam (e justificam) seu comportamento e suas atitudes, ao mesmo tempo em que determinam as relações estabelecidas entre os personagens. É nessa criação de instâncias e no jogo de vozes que podemos falar numa *encenação* do ponto de vista ou *dramatização* de uma crítica na narrativa de ficção.

²⁵ O fato de salientarmos os objetos de discurso (referentes) no estudo da argumentação não significa dizer que estes são os únicos recursos lingüísticos que contribuem para o seu processamento. Koch (1996) assinala uma série de recursos lingüísticos para o processamento desta atividade, tais como, conjunções, tempos verbais, advérbios, comparações, exclamações, perguntas, indicadores de modalidade e etc.

²⁶ Em consonância com Koch (1996), entendemos que a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia no sentido mais amplo do termo e por essa razão a neutralidade é apenas um mito, o que implica dizer que a intervenção sempre se fará presente. Do mesmo modo, Perelman e Tyteca (1996) postulam que, mesmos nos discursos em que a expressão aparenta ser neutra, ela já indica uma *seleção* de termos e esboço de argumentação.

²⁷ A questão da polifonia será abordada no próximo capítulo.

Para Portine (1981), a trama complexa formada pela articulação de objetos discursivos, pela atividade do narrador, pelo papel do narratário e o lugar do auditório desenha uma esquematização que dá ao texto uma configuração social representando uma posição socializada. Por essa razão, Portine desloca a reflexão sobre a narrativa de um quadro lógico de representação imediata do real (pré-construído) para uma compreensão que situa o sujeito humano, por quem passa o conhecimento de mundo, nessa configuração social. Então, para este autor o que importa não é saber em que condições uma narrativa é falsa ou verdadeira, mas como esta constrói e instala a representação²⁸, como é produzida na cena textual social e como adquire aquilo que se pode chamar de legitimidade da narração, levando em conta não somente a produção do texto, mas também o auditório.

Assim, é possível, segundo Portine, tratar do “modo de constituição narrativa da representação²⁹”, se se entende que a narração é um conjunto estruturado de determinações que possuem sua coerência e auxiliam na construção e articulação dos objetos discursivos. Para ele, a coerência não está no texto, mas é legível a partir das determinações e articulação dos objetos, e pode se dar em planos inter-relacionados: o da articulação dos objetos no próprio texto, o da relação desses objetos com outros já construídos, seja culturalmente, seja na intertextualidade e o da produção do discurso, como atividade social e socializante por um ou mais sujeitos enunciadorees. De acordo com Portine, a construção da representação, ligada à coerência, contribui para instaurar uma visão de mundo e para pôr em cena a complexidade de pontos de vista sobre o mundo. Desse modo, como nota Portine, não há como separar a atividade argumentativa dessa “trama complexa”, que marca a relação de *n* sujeitos (possivelmente representados por um só), tampouco sustentar a “dicotomia simplista” entre narração e descrição, freqüentemente difundida na escola.

²⁸ Construir uma representação para Portine é constituir os instrumentos que nos permitem elaborar um saber e um saber-fazer a cerca do mundo e comunicar este saber a outro sujeito.

²⁹ Sabemos que a noção de representação é hoje confusa e propicia muitas discussões. Para não tratarmos dessa questão, mesmo porque não temos intenção de trabalhar com esta noção, optamos por traduzir esse termo pelo modo como os interlocutores constroem uma versão do real que abriga conhecimentos, experiências e pontos de vista sobre determinado assunto.

2.1 Argumentação como atividade construtiva e persuasiva

Passemos agora a comentar o tratamento dado à argumentação, considerando a perspectiva de Portine (1983), Nonnon (1996), Perelman (1996) e Perelman e Tyteca (1996), com os quais partilhamos a compreensão desse tema.

Para compreender a argumentação como atividade construtiva, Portine leva em conta uma concepção de leitura semelhante à de Bonoli, para quem o leitor é atualizador de significações. Para Portine, o argumento é visto como *construção do sujeito enunciador* e como *reconstrução por parte do leitor*, já que assinala que os argumentos podem ser reconstruídos de acordo com a convivência sócio-cultural entre enunciador e co-enunciador. Isto implica dizer que há no texto instruções ou pistas interpretativas, ainda que dispersas ou implícitas, que o “reconstrutor” deve seguir, relacionando as suas experiências e conhecimentos, para construção da coerência. Ao ressaltar que “os argumentos formam juntos um sistema e a percepção desse sistema é necessária para a reconstrução da argumentação”, Portine admite que operações discursivas, tais como, modalizações, anáforas e dêiticos são importantes neste processo. Assim, podemos afirmar que existe um “trabalho sobre o conteúdo”, conforme Nonnon, e que este trabalho mobiliza operações discursivas para construção de sentido e da orientação argumentativa. E no caso da referência anafórica, entendemos que a seleção e a articulação dos objetos-de-discurso é parte da constituição desse sistema, do mesmo modo que as predicções. Na crônica abaixo, chamamos atenção para o papel das **expressões nominais** e das predicações³⁰ na *caracterização dos personagens* para a construção dos argumentos.

CRÔNICA (1): O Mulherão

“Mulherão. O Lineu já nem reagia mais quando chamavam a sua nova mulher assim. Às vezes até ajudava.

- Lineu, essa sua mulher é...

- Eu sei. Um mulherão.

- Não, eu ia só dizer que ela é muito...

- Pode dizer. Mulherão. É o que todos dizem.

E o mulherão... Desculpe, a nova mulher do Lineu, era realmente muito bonita. Grande e bonita. Tão grande e tão bonita que logo se instalou o debate: ela não seria grande e bonita demais para o Lineu? Não era uma questão de duvidar da capacidade do Lineu de, assim, administrar **tudo**

³⁰ Todos os itens sublinhados indicam predicções, e aqueles em negrito indicam expressões nominais.

aquilo. Nem se discutia o direito do **Lineu**, apesar do seu tipo franzino, de ter **uma mulher daquelas dimensões**. A questão, no fundo, era de justiça. A Valda - o nome dela era Valda, como as pastilhas, mas a semelhança terminava aí - era mulher demais para um homem só, fosse quem fosse o homem ou que físico tivesse. Monopolizando **uma mulher como aquela** o Lineu a estava, por assim dizer, sonhando. Alguma coisa - por justiça - tinha que sobrar para os outros. Aquilo era até uma metáfora perfeita para concentração de renda no País, não havia como não se revoltar. Onde estava a solidariedade?

Restava saber como **a mulher do Lineu** reagiria a uma proposta distributivista.

Fez-se uma rápida enquete no grupo, no fim da qual foi escolhido o Romualdo para testar a receptividade da Valda. **Romualdo, o Mualdão, era simpático e bem falante**, além de ser casado com a Titina, que já estava acostumada com a sua fama de conquistador, e até fazia pouco dele, dizendo "Esse galo é só de cocoricó", ao que o Mualdão respondia "Vou te mostrar o cocoricó em casa", e todos riam. Todos no grupo eram casados. O último a casar fora o Lineu.

E é preciso dizer que os homens do grupo respeitavam as mulheres do grupo.

Ou, como dizia o Mualdão: "Mulher de amigo, pra mim, é homem feio." Mas também é preciso dizer que nenhuma das mulheres do grupo era um mulherão como a Valda.

Sem as mulheres saberem, é claro, o Romualdo foi escalado para uma missão de reconhecimento. Sua tarefa era descobrir, com jeito, se a Valda era, ao menos, cantável. Uma vez estabelecido isso, pensariam nos passos seguintes.

Era necessário avançar com cuidado. Ninguém queria magoar o Lineu, logo o Lineu. Mas quem mandara ele casar com **um monumento?**[...]."

Nesta crônica, se a personagem feminina fosse referida apenas pelo nome de batismo, talvez ela não seria alvo de tanta atenção logo de imediato. Porém, na situação narrada, o rebatismo Mulherão, imediatamente desperta a curiosidade e contribui para desfazer a vagueza do nome Valda, que nada acrescenta à personagem (a não ser a semelhança apenas com o nome das pastilhas Valda), não a descreve e não colabora para dizer quem ela é nesse contexto. Ao distinguir, nome próprio e nome comum, Gollut e Zufferey expõem que essa vagueza semântica é compensada pelos nomes comuns (neste caso *mulherão*), que, estando categorizados, recategorizam o nome próprio e complementam seu sentido, podendo, inclusive, operar um deslocamento conceitual: de pastilhas para mulherão, por exemplo. Conforme, os autores, essa atribuição contribui

para marcar o ponto de vista sobre o qual se convém considerar o sujeito, fixando a orientação argumentativa³¹ (p.65).

As expressões nominais, tendo como suporte algumas predicções, particularizam a personagem e orientam a interpretação da crônica *O Mulherão*, no sentido de *persuadir* o leitor da razão pela qual a personagem Valda é alvo de tanta atenção. Isto põe o leitor ao lado dos homens do grupo, fazendo-o partilhar das mesmas indagações acerca do casal Lineu e Valda, já que, conforme as evidências discursivas, “uma mulher daquelas dimensões” é mulher demais para um “tipo franzino” como o Lineu, que fora o último a casar, não parecendo assim aquele tipo de homem para acompanhar um “mulherão”. É essa opinião consensual³² que conduz os homens do grupo a uma missão para esclarecer a curiosidade, fazendo-os eleger o mais habilitado para estar com “um monumento”: o Romualdo, ou melhor, o MualDÃO, simpático, falante e com fama de conquistador.

Concordamos, então, com a idéia de Portine de que o texto não é a simples transposição de um fato pela linguagem, mas sua reconstrução, que acaba por torná-lo um “fato discursivo”. Portanto, não há como ser imparcial, objetivo, ou o mais próximo possível do fato, pois não há como deixar de apresentar argumentos em direção a uma determinada orientação interpretativa.

Por essa concepção de argumentação, fica claro que Portine é avesso aos estudos da argumentação que consideram: i) o texto como um dado estável e isolado das instâncias de produção e de reconhecimento; ii) os argumentos como proposições utilizadas na dedução lógico-matemática e iii) a argumentação como raciocínio lógico.

Isto implica dizer que Portine assume o estudo da argumentação, centrado em princípios construtivistas, que leva em conta a produção e o reconhecimento dessa atividade, porque a concebe como prática social, que pode contribuir para reforçar ou reformular posições.

Defendendo que a argumentação é *atividade negociada, favorável à construção de conhecimentos*, Nonnon mostra-se crítica à maneira como o contexto de oposição de teses é geralmente abordado pela retórica. A autora explica que, nesta perspectiva, que tem a eloquência polêmica como forma mais representativa, a ênfase é colocada sobre os

³¹ Os autores postulam que toda produção comunicacional é a expressão de uma visão persuasiva, sendo essa visão correspondente a um grau de intenção informativa manifestada por alguns componentes lingüísticos privilegiados (p.58).

³² Chamamos consensual, não apenas porque há um consenso entre os personagens sobre a Valda, mas também porque neste caso o ponto de vista das instâncias personagem e narrador coincidem. Essa questão das instâncias e perspectivas na narração será tratada no próximo capítulo.

modos de refutação e manutenção dos contra-argumentos, mais do que sobre os efeitos da refutação sobre noções e concepções desenvolvidas por esta atividade. Segundo Nonnon, em virtude da negação do outro, a noção de dialogismo nesta abordagem não leva em conta a interação no sentido de uma atividade produtiva e corrente, na qual as posições podem ser modificadas e enriquecidas pela integração de argumentos.

Para a autora, uma perspectiva que situa a argumentação apenas no âmbito da refutação não permite uma abordagem realmente dialógica dessa atividade, vez que mais do que considerar a refutação, é preciso considerar a interação, que pode levar: à reconsideração de visões estereotipadas sobre determinado assunto, à descoberta de pontos de vista que não estavam *a priori* disponíveis aos interlocutores e, por consequência, à (re)elaboração de conhecimentos.

A abordagem de Nonnon *abre caminho para a observação e estudo da argumentação nas múltiplas situações, onde se transmitem e se partilham conhecimentos e opiniões*, quer nas interações mais cotidianas da vida social ou pessoal, quer nas interações mais institucionalizadas. Além disso, põe em foco a dinâmica da evolução do ponto de vista e o *trabalho sobre o conteúdo e as significações do discurso*, o que, a nosso ver, faz reconhecer um sujeito agente, que constrói, seleciona, esclarece, recategoriza e articula os objetos-de-discurso para exposição de um ponto de vista, sem desconsiderar o leitor neste processo.

Pela idéia de argumentação como “trabalho sobre o conteúdo do discurso”, é possível dizer, conforme Nonnon, que o locutor seleciona, distribui e esclarece, de uma certa forma, alguns referentes, algumas unidades de significação, que ele põe como opostas ou equivalentes no interior de um contexto que constrói por seu próprio discurso. O locutor oferece, então, um tipo de “carta” do campo nocional, no qual desloca fronteiras e propõe um nível de apreensão, extensão e relação dos objetos, que em outros contextos argumentativos não seria possível. Por isso, a *elaboração, modificação e confrontação dos objetos e de suas noções* (flexibilidade semântica) são pela visão de Nonnon o “motor” fundamental da argumentação e são indissociáveis da elaboração e transformação pelas quais o ponto de vista evolui³³.

Desse modo, sustentamos que uma teoria da argumentação que a situa como “atividade construtiva” leva em conta uma “teoria da leitura”, na medida em que se preocupa não apenas com a produção do texto, mas com seu reconhecimento. E é por

³³ Neste sentido, a argumentação se distingue da demonstração, como também defende Perelman (1996) e Perelman e Tyteca (1996).

essa razão, segundo Portine (1983), que essa perspectiva faz salientar ou reconhecer dois sujeitos, produtor/leitor – enunciador/co-enunciador, que operam sobre a linguagem, sobre a argumentação.

Em outras palavras, é preciso haver *intervenção no conteúdo*, tanto do enunciador, como do co-enunciador, colaborador e “atualizador das significações”, para que a argumentação seja entendida como uma construção dinâmica. Para Nonnon, essa dinâmica da argumentação pode ser lida “no trabalho de sentido e no percurso referencial efetuado sobre uma palavra, pouco a pouco colocada à prova de exemplos diferentes, desestabilizada e enriquecida de determinações e de relações”. E é esse trabalho de confrontação e ajustamento, isto é, de negociação, que permite a reformulação (recategorização a nosso ver) das designações e explicações, já que os objetos-de-discurso não são estáveis e apriorísticos.

Observemos na crônica abaixo essa dinâmica dos objetos-de-discurso para o processamento da argumentação. As designações vão sendo construídas na progressão textual, conforme a situação vai sendo apresentada:

CRÔNICA (2): *Inexplicável interesse em torno de um cidadão qualquer*

*“Desde que fui visto no interior do Jardim Botânico, uma dessas manhãs do presente mês de agosto de 1973, venho recebendo **demonstrações especiais de simpatia, da parte de conhecidos e principalmente estranhos***³⁴. Não sei a que atribuir *esta onda de interesse em torno de minha pessoa*³⁵.

[...].

– Não espere condução; aqui estou para servi-lo – disse-me um cavalheiro de quarenta anos, que vi logo ser um executivo, pela mala 007 que portava, juntamente com outros sinais específicos enumerados pelo Jornal do Brasil. Terno de executivo, jeito de executivo, sorriso talvez mais que de executivo: sorriso de amigo. Mas que amigo, se jamais o vira em minha vida?

Explicou-me que, passando por ali, percebera minha intenção de aguardar o coletivo, e como, por felicidade, tinha uma hora disponível, dispunha-me a levar-me para onde eu quisesse, aproveitando a chance de gozar dos encantos de minha palestra.

Quando dei fé de mim, estava dentro do Opala 73 e recebia o cumprimento do chofer, enquanto o meu executivo me atribuía o direito de indicar o itinerário.

Não sou de abusar; pedi que me deixassem três quadras além, sob pretexto de que tinha que visitar um primo ali domiciliado.

³⁴ Expressão nominal catafórica que anuncia o fato a ser narrado.

³⁵ Retomada da expressão anterior, que contribui para esclarecer e reforçar a idéia sobre o fato que está sendo apresentado.

– Não senhor, faço questão de levar o **prezado doutor** o mais longe possível , para desfrutar sua companhia o maior tempo possível. Não me roube este prazer.

Era tão gentil que não pude senão concordar com a cabeça, resignado. Estabeleceu-se o que ele chamou de **troca de idéias e pontos de vista sobre a conjuntura** , em seus contornos lineares e suas projeções transformacionais a curto e médio prazos. **Matéria** em que sou incuravelmente leigo, mas que tive de versar por meio de **pigarros, monossílabos concordantes ou despistantes, e outros sinais de ignorância envergonhada**.

O **executivo** olhou-me fixamente, bebendo **minhas reticências** e procurando extrair de mim a última palavra sobre tudo. Afinal sorriu e aprovou:

– Eu sei, eu percebo. Faz bem fechar-se em copas. No seu lugar eu faria o mesmo. Temos de assumir a consciência de nossas responsabilidades, numa fase em que o silêncio representa a maior e melhor das colaborações. Entendido?

Deixou-me 120 minutos depois, maravilhado com **os meus dotes de visão global, prudência vigilante e amadurecimento da problemática geral e das setoriais**. Arrancou de mim o compromisso de almoçar com ele na próxima semana, para revermos com calma **nossas conceituações básicas**, que tinham muito de comum, embora eu não soubesse qualquer conceituação por mim formada no trajeto, a propósito dos temas de seu interesse. [...].”

A situação narrada oferece subsídios para justificar uma das “demonstrações de simpatia” em torno do narrador-personagem. A articulação das expressões nominais ao longo do texto evidencia o embaraço do narrador diante desse inesperado e “inexplicável interesse” do executivo, ao mesmo tempo em que mostra a relação que vai se estabelecendo entre o narrador e o executivo. Após certas demonstrações de atenção e gentileza, o executivo passa de “um cavalheiro de quarenta anos” para “o meu executivo”, ao passo que o narrador, um cidadão comum, é no entender do executivo, que se mostra muito interessado em sua palestra e companhia, “o prezado doutor”. É a partir da “troca de idéias e pontos de vista” (na visão do executivo) que os dois personagens, as instâncias cidadão comum e executivo são particularizadas, pelo modo como ambos concebem a participação do cidadão na discussão. Assim, os “monossílabos”, “pigarros” e “sinais de ignorância” são percebidos pelo executivo como “dotes de visão global” do narrador, enquanto que o próprio narrador os designa por “minhas reticências”.

Esse exemplo nos possibilita sublinhar a seguinte afirmação de Mondada e Dubois: “a variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores, dos fatos”. Segundo estas autoras, a mesma cena pode ser tematizada

diferentemente e pode ser desenvolvida focalizando diferentes partes ou aspectos. Tal tematização e focalização podem ser analisadas através de recursos lingüísticos³⁶, que servem para tematizar uma entidade, para dar saliência a um aspecto específico ou propriedade do objeto e para atrair a atenção do locutor sobre uma entidade particular.

Por essa ótica, consideramos que os objetos-de-discurso são heterogêneos e testemunham diferentes intervenções ou perspectivas, sendo desenvolvidos no encadeamento prospectivo e retrospectivo, o que contribui para o desenvolvimento dos referentes em foco e para a construção do ponto de vista. Essa afirmação sublinha nosso interesse em investigar a contribuição das expressões nominais para o processo argumentativo, na medida em que o processo de organização dos referentes constitui um modo de construir instâncias e perspectivas.

Ao definir as bases para compreensão da nova retórica, em seu tratado da argumentação, embora Perelman e Tyteca (1996) não rotulem a argumentação como atividade construtiva, entendemos que é possível fazer uma aproximação da discussão destes autores com o que foi considerado até o momento.

Osakabe³⁷ (1979) considera a nova retórica uma teoria filosófica da argumentação que tem como ponto central a discussão do *conhecimento*, colocando em cheque a evidência racional do cartesianismo. Segundo Perelman e Tyteca, onde quer que haja evidência racional, os procedimentos da argumentação não desempenham qualquer papel, já que, neste caso, a adesão do espírito é pendente de uma verdade coerciva, uma certeza, que “apaga o indivíduo, com sua liberdade de deliberação e de escolha”, eliminando qualquer ato questionador (p.36). Contrariamente a essa camisa de força, estes autores situam a *persuasão*, na qual o “orador” surge como sujeito responsável por sua argumentação e preocupado em influenciar seu interlocutor: “para argumentar é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental” (p.18), pois a argumentação visa a obter a adesão daqueles a quem se dirige, sendo inteiramente relativa ao auditório que procura influenciar (p. 21).

Pela nova retórica, segundo Osakabe, é possível redefinir a natureza do conhecimento, que não estaria reduzida ao caráter atomista, mas estaria assentado na argumentação. Daí a importância da argumentação nas *reflexões sobre os objetos do conhecimento*. Para este autor, a retórica de Perelman não é simplesmente uma neo-retórica, porque traz inovações importantes neste campo. Dentre estas contribuições,

³⁶ Nossa atenção está voltada para as expressões nominais.

³⁷ OSAKABE, H. (1979). *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós.

ressaltamos aquelas que interessam ao nosso estudo: a ampliação do campo da retórica estendida a todo domínio do conhecimento e a distinção entre argumentação e demonstração.

Para Perelman (1996), a nova retórica diz respeito aos discursos dirigidos a *todas as espécies de auditórios*, que podem ser um único indivíduo, um grupo em praça pública, a mesa familiar ou uma reunião de especialistas, bem como uma deliberação íntima, quando nos dirigimos a nós mesmos. Ao postular que o objeto de estudo da argumentação é o discurso não-demonstrativo, que não se limita a inferências formalmente corretas, Perelman concebe que a teoria da argumentação recobre todo campo do discurso que visa a persuadir, seja qual for o auditório e o tema tratado (p.24).

O fato de Perelman colocar a adesão como um aspecto fundamental na argumentação assegura que a argumentação não pode ser compreendida como a demonstração. O acordo unânime sobre certas proposições e seu caráter indiscutível não as põem em questionamento. Ao contrário, a argumentação dá ao *orador um papel interventivo*, vez que ele opera escolhas e vai estar sempre atento ao auditório: “Como a argumentação diz respeito a teses às quais auditórios variados aderem com uma intensidade variável, o estatuto dos elementos que intervêm numa argumentação não pode ser rígido, como aconteceria num sistema formal” (Perelman, 1996: 67).

Por essa concepção, o campo da argumentação escapa às certezas do cálculo, não sendo um sistema de fórmulas pré-concebidas com resultados precisos e esperados, mas um sistema flexível e situado, alçado à experiência, a certas aspirações, e que tende a justificar *escolhas*. Estas escolhas, conforme Perelman (p.54), por implicar uma seleção prévia de elementos e do modo de apresentá-los, manifestando uma tomada de posição, dão à argumentação um *caráter seletivo*. E a escolha de determinados elementos, apresentados e sustentados no discurso, confere-lhes presença, que, segundo Perelman, atua de maneira direta sobre nossa sensibilidade³⁸.

Além de implicar seleção, a escolha também evidencia, conforme os autores, *interpretação e construção*. Para eles, o estudo da argumentação nos obriga a levar em conta não apenas a seleção dos dados, mas também o modo como são interpretados, isto é, o significado que se escolheu atribuir-lhes. Essa afirmação pode ser reinterpretada no nosso trabalho, se entendermos que os objetos-de-discurso funcionam como *dados*, para os quais é preciso considerar a intervenção que o produtor do texto opera, ao

³⁸ Perelman e Tyteca, alertam que não se deve “confundir a presença, e o esforço com vistas a aumentar o sentimento de presença, com a fidelidade ao real” (p.134).

selecionar propriedades do objeto que interessa ressaltar, para fazer valer seu ponto de vista, a orientação argumentativa e interpretativa do teu texto. E as expressões nominais são, em nossas análises, um indício dessa interpretação e construção, que para Perelman e Tyteca, podem também ser criação e invenção. Conforme veremos no último capítulo, esse caráter inventivo e criativo é bastante significativo para o corpus aqui analisado.

Para Perelman e Tyteca, a organização dos dados para a argumentação consiste não somente na interpretação, mas também na *apresentação de certos aspectos* desses dados, na medida em que se considera as qualificações, que enfatizam o objeto e complementam nosso conhecimento a seu respeito. A qualificação³⁹ põe o objeto numa *categoria* ou classificação, que, segundo os autores, pode ser *combatida, modificada e adaptada*. Por essa razão, a apresentação não consiste numa escolha de elementos já fixados, mas numa organização que explica o dinamismo da linguagem e do pensamento. E nessa apresentação a forma do dado será sempre contemplada pelo papel que desempenha na argumentação⁴⁰.

Em resumo, com base nas considerações reunidas neste tópico sobre argumentação, podemos defini-la como uma *atividade construtiva e persuasiva, favorável à construção de conhecimentos; dirigida a toda espécie de auditório, nas mais diversas práticas sócio-interativas ou nas múltiplas situações em que se organizam argumentos para exposição de pontos de vista. Esses argumentos, por sua vez, não são vistos como proposições utilizadas na demonstração, mas partes de um sistema em constante modificação, o qual evidencia seleção, interpretação, criação e trabalho sobre o conteúdo e as significações do discurso.*

2.2 A inserção do leitor no processo argumentativo

A passagem de informação do mundo real ao ficcional (Cf. Bonoli) pode ser associada à argumentação na crônica, mas especificamente à participação do leitor nesse processo. Neste gênero, o ponto de vista do autor é encenado por um jogo de vozes, o qual dramatiza sua crítica ou compreensão de determinado fato do cotidiano. E esta crítica pode levar o leitor a: i) reafirmar uma versão do real, caso o leitor esteja de acordo

³⁹ O epíteto é para os autores um forma na qual se evidencia a qualificação e seu papel argumentativo é ainda mais nítido, quando duas qualificações simétricas e de valor oposto parecem possíveis.

⁴⁰ Conforme Perelman e Tyteca, a técnica de apresentação foi tão desenvolvida que reduziu a retórica a um mero estudo de formas, de caráter ornamental.

com o cronista; ii) a reformular essa versão, caso a crônica apresente uma percepção diferente que interfira na opinião do leitor; ou construir uma nova versão do real, se a crônica despertar no leitor uma visão inédita sobre determinado assunto. E mesmo que o leitor não concorde com a crítica do cronista, esta incitará o leitor a dialogar com o texto, através da construção de contra-argumentos, que o mantenham em posição diferente daquela do autor. Isto nos motiva a dizer que seja pela integração de pontos de vista, tal como o dialogismo apontado por Nonnon, seja pela negação ou refutação, que seria uma outra forma de dialogismo, a argumentação será processada na crônica, e contribuirá para a construção do mundo ficcional, a partir da caracterização de personagens e da avaliação de suas atitudes e dos fatos narrados.

É através da seleção e articulação das designações (sem excluir as predicções, conforme crônica (1)) que cada uma das instâncias narrativas, assume identidade (ou voz). Essa afirmação de identidade, revelada tanto na caracterização individual da personagem sob certo ponto de vista, como na relação estabelecida entre as personagens, desperta a atenção do leitor sobre o modo de agir e pensar dessas instâncias. Neste trabalho estético de dar vida a criaturas de papel, o cronista tece argumentos em favor da identidade destas criaturas. Gollut e Zufferey, mostram casos em que o acesso à personagem não aponta diretamente para a personagem visada, mas para o conhecimento de uma realidade indicada sob certo ponto de vista, o que torna esta instância relativamente familiar ao leitor. Para estes autores, este *mundo construído*⁴¹, ao evocar uma entidade já conhecida, busca inserir de imediato as entidades apresentadas (referentes de que falam) no *continuum* do mundo da experiência, mascarando seu caráter inaugural. Isto significa dizer que eles tomam como hipótese a idéia de que a "eficácia figurativa" do objeto será maior assegurada, se ele for investido de saberes devidamente estáveis e partilhados. Entretanto, os autores não excluem a possibilidade de que os referentes podem não constituir o quadro de referentes "pré-identificáveis", e nesse caso o discurso suprimirá tal "estranhamento" ou "deficiência informativa", através de construções atributivas, assegurando um suporte de saber.

Podemos dizer, conforme Gollut e Zufferey, que a construção desse mundo consiste em beneficiar o leitor de um acesso ao universo representado, produzindo uma orientação interpretativa que o convide a adotar o sistema de pensamento formulado pelo texto. Este não seria um meio de persuadir o leitor?

⁴¹ Chamamos atenção para o fato de que embora o *mundo construído* analisado por Gollut e Zufferey seja a *Comédia humana* de Balzac, isto não nos impede de estender suas considerações ao universo da crônica literária, já que tanto a crônica como o romance são representativos da narrativa de ficção.

Com base nisso, podemos falar de uma atitude persuasiva na construção do mundo da crônica de ficção. Contudo, é importante não confundir cada uma das instâncias e seu modo de agir e pensar com o ponto de vista do cronista, já que o leitor não é obrigado a partilhar da opinião encenada na crônica, embora, ao empenhar-se em atrair o leitor para este mundo, o autor tenta persuadi-lo não apenas quanto à maneira de agir e pensar das instâncias, mas também quanto a sua crítica, o seu modo de dar sentido ao universo criado.

Embora concebamos a argumentação como uma atividade fundamentalmente persuasiva, ela não deixa de ser processada, caso o leitor não seja persuadido quanto à opinião encenada na crônica, porque entendemos que há pelo menos uma *persuasão estética*. Ao invés de evidenciar a persuasão apenas no plano da opinião expressa no texto, admitimos para o *corpus* estudado, uma espécie de persuasão estética no plano da ficção, se entendermos que o cronista deve persuadir sobre a atitude ou identidade de um personagem, que vai se mostrando no desenvolvimento da trama. Além disso, a produção de efeitos de sentido não deixa de ser um modo de chamar e provocar a atenção do leitor, seja pela adesão, seja pela refutação.

Esse entendimento da argumentação no campo da produção de efeitos de sentido faz com que, na análise e interpretação do texto, a pergunta não mais se dirija à intenção do autor, mas aos *efeitos* produzidos a partir do texto. A indagação acerca dos efeitos permite a inserção do leitor no processo argumentativo. Como ele interfere e qual seu papel no processo argumentativo, se reconhecemos que a argumentação resulta da negociação e interação entre leitor e produtor?

Para Iser (1996), a compreensão do texto literário a partir de uma “teoria estética do efeito”⁴² põe fim à auto-suficiência da interpretação, tornando obsoleta a pergunta clássica sobre a significação do texto. O efeito estético, segundo Iser, deve ser analisado na *relação dialógica entre texto e leitor*, pois esses efeitos não podem ser captados nem só no texto, nem só na conduta do leitor, ou seja, “não podem ser reduzidos nem à realidade do texto, nem às disposições caracterizadoras do leitor”. Na visão deste autor, o texto é um potencial de efeitos que se atualizam no momento da leitura e um “processo integral que abrange desde a reação do autor ao mundo até sua experiência pelo leitor”.

A idéia de que as “teses admitidas podem variar conforme os intérpretes” é, a nosso ver, um modo de conceber a inserção do leitor no processo argumentativo por

⁴² Iser (1996) aponta que uma tarefa da teoria estética do efeito seria ajudar a fundamentar a discussão intersubjetiva de processos individuais da leitura e da interpretação.

Perelman e Tyteca. Para eles, a interpretação do texto não é independente daquilo que o intérprete admite, pois ele deve incorporar o que o autor traz às suas próprias convicções. E em decorrência disso, toda regra de interpretação é acompanhada de critérios vindos do intérprete.

Admitir os efeitos produzidos a partir da leitura do texto, bem como a preocupação do orador com seu auditório, beneficiando-o de um acesso que possa influenciá-lo, já que os argumentos são construção e não verdades coercivas, implica inserir o leitor no processo argumentativo. Isto põe em evidência o caráter interlocutivo da argumentação, na medida em que esta atividade não diz respeito apenas ao planejamento e execução de um projeto de sentido por parte do produtor do texto (que culmina na construção do ponto de vista), mas também à colaboração e reação do leitor a este projeto. A participação do leitor mostra que a argumentação (distinta da demonstração) escapa ao projeto de sentido do produtor, pois, ainda que este forneça pistas que orientem o discurso para determinadas conclusões, ele não é senhor desta orientação, porque o leitor pode formular e experimentar efeitos de sentido não pretendidos, ou não planejados pelo produtor.

2.3 Argumentação e narração

Observando o que foi dito sobre argumentação, como atividade construtiva extensiva aos múltiplos usos da língua, e o que foi dito sobre ficção (cf. capítulo I), como construção de realidades e não mera representação do real, como podemos pensar numa atividade argumentativa na crônica? O que permite reconhecer esta atividade? Há uma tese a ser defendida? Um problema a ser resolvido?

Sabemos que o estudo da argumentação dedicado, por exemplo, às proposições e conclusões, não nos permite a abordagem desse tema na narrativa de ficção. Do mesmo modo, analisar a crônica pelo modelo do texto dissertativo, que focaliza a exposição de argumentos e contra-argumentos, isto é, tese defendida, tese refutada e conclusão/resolução, seria não atentar para certas particularidades da argumentação, ou mesmo, negligenciar a atividade argumentativa neste gênero.

Assim, o que nos permite reconhecer tal atividade não é a defesa de uma tese explicitamente marcada, como num texto opinativo, em que o autor expõe sua opinião pelo modelo tese defendida/tese refutada, nem a apresentação de alternativas para solução ou entendimento de um problema, como acontece no opinativo propriamente dito,

e mesmo nas situações informais do cotidiano; mas é a *encenação de um ponto de vista, a dramatização de uma crítica, de uma versão do real, ou de uma tese visão de mundo* (particularmente cotidiano), que vai tomando corpo na articulação e leitura do texto, e exige a criação de fatos e personagens para a construção desse mundo.

É exatamente pelo fato dessa criação não ser ingênua, como uma mera descrição de fatos, que o cronista põe nessa dramatização um narrador, que pode estar em cena ou nos bastidores, na condição de observador. Longe da imparcialidade, acreditamos que o narrador constitui a instância mais teatral, porque está autorizado a reportar vozes, a representar idéias e pontos de vista, mesmo que não sejam seus. Essa licença lhe permite criar uma identidade na narrativa, responsável por expressar sua subjetividade, seu ponto de vista, que nem sempre vai coincidir com o da personagem, o qual é sua função reportar.

Nesta tarefa de dirigir a encenação de uma crítica, de um ponto de vista, o narrador interage com o leitor, persuadindo-o dessa realidade inventada, que cria seus próprios argumentos, pela manipulação e focalização de fatos, personagens e situações. Para Rabatel (2001a), essa questão da focalização evidencia como são complexas e imbricadas as relações entre narrador e personagem na cenografia enunciativa e para tratar desse assunto, a autor baseia-se na concepção do *ponto de vista* (PDV), termo “parassinônimo” da noção de focalização.

Essa questão da relação da perspectiva do narrador com a da personagem, segundo Rabatel, traz à tona os estudos sobre heterogeneidade e dialogismo (para que o autor cita Bakhtin, Ducrot, Authier-Revuz e Rosier). Contudo, não se contentando com esses estudos, Rabatel propõe uma exploração das instâncias e das perspectivas desse dialogismo generalizado, a partir da concepção de PDV, pois, para ele, ainda que o dialogismo seja comumente explorado, essa exploração é feita sem que haja um *exame de suas repercussões sobre a concepção de instâncias da narração* e sobre a construção das interpretações. E uma das conseqüências mais notáveis dessa exploração de Rabatel é a *revalorização radical do narrador*, pela visível importância de sua perspectiva para a construção da personagem, já que a perspectiva da personagem jamais pode ser feita sem a consideração da voz do narrador que o coloca em cena. É a esta questão da constituição das instâncias narrativas e do jogo de vozes, que particulariza um modo de processar a argumentação, que vamos nos dedicar no próximo capítulo.

III

Da paleta verbal polifônica para o jogo do ponto de vista

Abordar a argumentação pela encenação de um jogo de vozes, do qual a referenciação é um indício, autoriza-nos a *avistar, nessa relação entre referenciação e argumentação*, a **polifonia**. Sabemos que muito já tem sido dito sobre polifonia e, como evidencia Koch (1994), é hoje quase um “truísmo” dizer que o discurso é por natureza polifônico, que nele se representam pontos de vista diferentes, isto é, que outras vozes permeiam aquilo que dizemos. Não é a esta tão difundida tese da natureza polifônica do discurso que pretendemos nos dedicar neste capítulo. Tomando como ponto de partida a idéia de que o “funcionamento da argumentação é essencialmente polifônico”⁴³ e que a referenciação, particularmente as *expressões nominais* são indício de polifonia no discurso, nosso empenho reside em apresentar o tratamento dado à polifonia por Alain Rabatel no discurso de ficção. Essa apresentação, contudo, não será feita sem que evoquemos inicialmente, ainda que de modo breve, certas reflexões de Bakhtin sobre a polifonia, a fim de que possamos mostrar até que ponto suas considerações são importantes para o nosso estudo.

Foi a originalidade do fazer artístico de Dostoiévski, criador de uma nova variedade de gênero no romance, que possibilitou a Bakhtin (1929) introduzir o termo polifonia no estudo da linguagem. Ao situar essa nova visão estética, Bakhtin ressalta a contribuição desse pensamento artístico polifônico para a compreensão do caráter dialógico da consciência do homem, o que não seria possível pelo enfoque artístico monológico. Segundo Bakhtin, representar o homem interior, no entender de Dostoiévski, só é possível representando a comunicação dele com um outro, pois somente no diálogo, na interação do homem com o homem é que se pode forçá-lo a revelar-se a si e aos outros. Por isso, a personagem em Dostoiévski, na visão de Bakhtin, não é um objeto mudo, com traços fixos e acabados pelo autor⁴⁴, mas uma *consciência* que emana do campo de visão da própria personagem numa tensa relação dialógica, na qual sua “autoconsciência” acolhe o outro. A personagem, portanto, não ressoa das palavras do autor, não repousa nele como no romance monológico, mas na tensa combinação das vozes, que traçam a consciência do autor, do herói e das demais personagens.

⁴³ Koch (1994).

⁴⁴ Como acontece no romance monológico

É a partir da investigação do pensamento artístico polifônico em Dostoiévski, que Bakhtin inaugura uma série de reflexões acerca do dialogismo, motor central de suas apreciações sobre a linguagem:

“A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. [...]. Um membro de um grupo falante nunca encontra uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada de vozes de outros. Absolutamente. A palavra ele a recebe da voz de outro e repleta de voz de outro. No contexto dele, a palavra deriva de outro contexto, é impregnada de elucidações de outro.” (1929: 203)

Em que sentido a reflexão de Bakhtin sobre a poética de Dostoiévski tem importância para a nossa compreensão da polifonia? As considerações de Bakhtin sobre a poética nos interessam, não pelo enfoque minucioso e pelas particularizações que Bakhtin faz da constituição e da relação entre as “consciências” (narrador, herói e autor), que caracterizam o estilo de Dostoiévski, mas o enfoque dialógico dado a sua poética. Em outras palavras, o que nós julgamos importante não é a matéria ou o conteúdo desta obra em si, mas o modo como Bakhtin interpreta esse conteúdo pelo enfoque dialógico e estende essa compreensão para pensar a linguagem.

Para Bakhtin (1929: 42): “As relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância”. Esse dialogismo, que não se limita à réplica do diálogo, é designado por Bakhtin (1929) “dialogismo velado” e por isso pode se dar na interferência silenciosa, na “atitude responsiva” do outro. O discurso refletido do outro mira o interlocutor ausente, daí essa orientação para o outro, mesmo que o segundo interlocutor seja invisível, e suas palavras estejam ausentes, pois elas deixam profundos vestígios que determinam as palavras do primeiro interlocutor. Por isso, o diálogo é sumamente tenso, ainda que só o primeiro

interlocutor fale, pois cada uma de suas palavras responde⁴⁵ e reage ao interlocutor invisível.

Esse aspecto dialógico nos permite dizer que os discursos (re)criados na crônica de ficção assumem identidades, configuram instâncias narrativas, que, mesmo não sendo de carne e osso, refratam e re-significam visões de mundo, hábitos, comportamentos e modos de convivência na prática social. É essa (re)ação à cena social, através da atividade verbal, revela quem são esses atores sociais, que relações estabelecem entre si, ou melhor, revela que o dialogismo é inerente a essa prática sócio-verbal. Para o artista-prosador, segundo Bakhtin, o mundo está repleto das palavras do outro e por isso ele se orienta entre elas e deve ter um ouvido sensível para lhes perceber as particularidades específicas.

Entendemos que, as reflexões de Bakhtin sobre Dostoiévski, de certo modo não se restringem a essa obra, daí a importância e grande difusão da noção de polifonia em Bakhtin. Suas reflexões têm uma riqueza apreciável a ponto de podermos estendê-las para pensar as “cores de nossa paleta verbal” na atividade sócio-interativa e o próprio fazer estético que, sendo absolutamente humano, abriga marcas dessa humanidade, ao revelar o modo como os sujeitos constroem sentido pelo fazer e reconhecer artístico, carimbando suas posições, experiências e versões de mundo. Assim, não estamos interessados em minúcias ou particularidades do fazer artístico de Dostoiévski, nem da maneira como Bakhtin pontualmente discorreu sobre cada obra, mas no que a reflexão como um todo, quer dizer a idéia do dialogismo pode nos servir para pensar o discurso como essencialmente polifônico.

Uma primeira justificativa para não adotarmos as reflexões de Bakhtin sobre o romance de Dostoiévski diz respeito à singularidade deste. Isto significa dizer que, se as considerações de Bakhtin particularizam Dostoiévski, elas são aplicáveis a este autor, não sendo possível detectar um modelo pronto a ser aplicado em todo discurso de ficção. Nesse sentido, ainda que ele tenha analisado o discurso do herói, o discurso do narrador e a relação entre herói, narrador e autor, esse tratamento nos parece muito mais concernente à poética de Dostoiévski particularmente, do que a prescrições literárias extensivas a todo discurso de ficção, como se as reflexões acerca do herói e do narrador, isto é, o tratamento que Dostoiévski dá a estas instâncias fosse extensivo a todo fazer estético-literário.

⁴⁵ Em “Questões de literatura e estética”, Bakhtin (1975), designa de *atitude responsiva*, esse modo de reagir silenciosamente ao outro.

Há, portanto, uma importante diferença entre o romance polifônico de Dostoiévski e as crônicas de ficção, objeto de nossas análises, por exemplo. Essas diferenças estão inscritas não apenas no contexto sócio-cultural⁴⁶ e na estrutura e extensão de cada um dos gêneros, mas também no próprio fazer artístico. Ou seja, não há como equiparar a prosa de um único escritor com um conjunto de crônicas, que abrange tendências tão diferentes na manipulação das instâncias narrativas para a construção do ponto de vista.

Acreditamos que, em decorrência da natureza do gênero (“peça leve”, no dizer de Antônio Cândido) e do pequeno espaço em que é publicado, não há como o autor percorrer longamente sobre determinada personagem, através de uma investigação profunda e detalhada de sua consciência, afinal as personagens são cotidianamente já bem conhecidas pelo leitor. Como isso não acontece, concebemos que a personagem não seja uma consciência autônoma, pois não podemos esquecer que, na maioria das crônicas, ela é apresentada pelo narrador, já que, nessa imbricação do discurso do narrador e da personagem, não há possibilidade de muitos e longos diálogos⁴⁷. Seja em primeira ou em terceira pessoa, ao narrador cabe dar voz e identidade à personagem e por isso é quase impossível chegar à personagem sem passar pelo julgamento, comentário e avaliação do narrador. Dessa maneira, entendemos que na crônica (diferentemente do tratamento dado por Dostoiévski), o narrador assume papel vital, não estando relegado a um segundo plano, a serviço da personagem, dando continuidade a seu discurso. Ao contrário, somos levados a crer que o narrador é peça chave na encenação dos pontos de vista e da crítica expressa na crônica.

Conforme foi visto, as apreciações de Bakhtin sobre a poética de Dostoiévski interessam até certo ponto para o nosso estudo. Entretanto, é no “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (1929) que encontramos alusões mais diretamente relacionadas a uma das nossas preocupações, que é o entrecruzamento do discurso do narrador com o discurso da personagem.

Ao tratar das formas do discurso reportado, Bakhtin as estuda num contexto narrativo mais amplo e por conta disso não há nesta obra análise de uma tendência

⁴⁶ Essa diferença no contexto sócio-cultural nos possibilita assinalar a peculiaridade do gênero crônica, de acordo com Antônio Cândido, que concebe a crônica como um “gênero bem brasileiro”, produto do jornalismo, através do qual se pode dizer as coisas mais sérias e empenhadas por meio de uma conversa aparentemente fiada, sem contudo deixar de entrar fundo no significado dos atos humanos, levando longe a crítica social. (1984, “Para gostar de ler”, v.5. Editora Ática).

⁴⁷ Essa questão será melhor comentada no capítulo seguinte dedicado a análise. Contudo, antecipamos que, na maior parte das crônicas, o diálogo aparece como um modo de ilustrar certas apreciações sobre determinado fato ou personagem, com exceção dos raros casos em que não há narrador e a crônica se desenvolve unicamente pelo diálogo.

particular, mas amostras de orientações diferentes na manipulação destas formas. Bakhtin ressalta que há uma interação dinâmica entre o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo, o que resulta no desenvolvimento de modelos mistos de transmissão (discurso indireto⁴⁸ e discurso indireto livre). Segundo o autor, o discurso citado e o contexto de transmissão são os termos de uma inter-relação dinâmica, que reflete a dinâmica da interação social ou dos indivíduos na comunicação ideológica verbal. Para ele, essa transmissão do discurso do outro pode ser feita por meios sutis e versáteis que permitem a infiltração de comentários. Desse modo, o contexto narrativo desfaz a estrutura compacta e fechada do discurso citado, absorvendo-o e apagando suas fronteiras: “o narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo”⁴⁹.

Através disso, estabelece-se o que Bakhtin chama de “complexo jogo de entoações”, caracterizando as “interferências de discurso”, que ocorre quando os discursos se entrecruzam, quando há a simultânea participação de dois discursos: o discurso do autor-narrador e o da personagem. Para Bakhtin, o discurso indireto livre seria não apenas a forma mais representativa desse enfraquecimento de fronteiras, como um modo privilegiado para a convergência desses discursos com entoação diferente.

Com base nesse enfoque, que ressalta a complexidade do “jogo de entoações”, enxergamos uma maior aproximação de nosso estudo com a idéia da polifonia em Bakhtin. Porém, essa aproximação não é total, na medida em que os trabalhos de Rabatel sobre a complexa imbricação das instâncias narrativas no discurso ficção, a partir da *concepção do ponto de vista*, assume maior importância no nosso trabalho.

3.1 A concepção do ponto de vista

Podemos apontar as *formas de transmissão do discurso* e o *papel do narrador* na cenografia enunciativa como dois pontos importantes já esboçados por Bakhtin. Contudo, esses pontos serão agora estendidos e reconfigurados, a partir da concepção do *ponto de vista* (PDV), relevante para a análise das expressões nominais como indício de polifonia no processamento da argumentação.

⁴⁸ Para Bakhtin, a *análise* é a alma do discurso indireto, que ouve de forma diferente o discurso direto. Na sua transmissão o discurso indireto concretiza e integra ativamente elementos que não estavam inscritos *a priori*.

⁴⁹ Marxismo e Filosofia da Linguagem: p.150

Como define Rabatel (2001a), PDV é um termo “parassinônimo” da noção de focalização e concerne aos fenômenos de expressão lingüística do ponto de vista. Rabatel (2000b) esclarece que essa denominação comumente admitida fora da França representa uma ruptura com a tão difundida teoria genettiana da focalização. Essa teoria distingue: i) *focalização externa* (FE), em que os fatos são descritos no plano da objetividade por um observador distante; ii) *focalização interna* (FI), em que os fatos são descritos subjetivamente por uma visão interna e iii) *focalização zero* (FZ), ausência de focalização por marcar focalizações variáveis no curso da enunciação histórica, já que os fatos são contados por si mesmos. Tal ruptura, a partir da concepção do PDV, conduz a rejeitar a noção de focalização externa, já que é difícil isolar uma FE da contaminação interna e a conceber a focalização zero como um autêntico PDV. Pela perspectiva de Rabatel, a análise passa a ser feita, não pela consideração das três focalizações FE, FI e FZ, mas pelo jogo dos PDV, que podem apontar tanto para a esfera do narrador, como para a da personagem.

Com base nas considerações de Rabatel (1997), qualquer modo de focalização já significa intervenção, interpretação⁵⁰, ao apontar para uma instância, não sendo possível falar em objetividade e imparcialidade. E mesmo que a aspectualização do referente seja precisa ou pareça livre de “certos subjetivismos”, ela não deixa de expressar uma subjetividade, que não apenas apresenta e especifica o objeto de referência, como também evidencia a própria instância, origem do ponto de vista⁵¹.

Ao reconhecer níveis diferentes de subjetividade (ou manifestação da presença), Rabatel (1998), postula que, por uma má avaliação do papel desta, a tradição não tem considerado a subjetividade do narrador em terceira pessoa, além de não ter distinguido entre os graus de subjetivismos ou de presença de cada instância na narrativa. Rabatel (1997) mostra que é possível invalidar a hipótese de uma descrição limitada ao aspecto

⁵⁰ A nosso ver, intervenção e interpretação indicam “trabalho sobre o conteúdo do discurso”, de acordo com Nonnon (cf. capítulo II).

⁵¹ Em *Linguagem, mente e sociedade* (2000) – Editora Rocco, Rio de Janeiro, Searle rotula essa idéia de “perspectivismo”. Para ele, o perspectivismo é a idéia de que o conhecimento da realidade é sempre mediado por um *ponto de vista*, um conjunto específico de predileções ou “pior ainda por motivos políticos sinistros, como fidelidade a um grupo ou ideologia”. Searle ironiza essa posição, ao dizer que, se o conhecimento nunca é “sem mediação”, então o mundo real não existe, sendo inútil falar a seu respeito. Searle desqualifica essa posição, considerando-a tímida e evasiva, se se admite que existe um mundo real independente de nossa experiência. Para ele, o fato de se ver a realidade sob certo ponto de vista não impede de percebê-la diretamente, de conhecê-la tal qual ela é. Não concordamos com Searle (mesmo porque nossa compreensão de referência não concebe que os referentes sejam seres do mundo, mas objetos construídos no discurso, segundo orientação argumentativa), mas achamos que seus argumentos, apesar de contestáveis, não podem ser desconsiderados. Essa idéia da imparcialidade e objetividade, que estamos contestando, não se refere apenas ao campo literário, mas ao próprio universo da linguagem, sendo uma questão de grande interesse à filosofia da linguagem.

físico “exterior”, emblema de uma concepção restrita e normativa do narrador. Por essa razão, a “abordagem enunciativa do PDV” (Rabatel, 2001b), ao *pôr em foco a relação do objeto apresentado com o enunciador*⁵² reconhece que os critérios de objetividade e visão externa não se restringem à esfera do narrador, enquanto que os de subjetividade e visão interna não se limitam à personagem. Assim, a apresentação dos objetos acompanha não apenas a construção de um mundo de referência e de um pacto de crença entre o narrador e o leitor⁵³, mas também *processos complexos de imbricação e identificação das instâncias narrativas*.

Neste sentido, não é fácil distinguir o que provém da perspectiva do narrador e o que provém da perspectiva da personagem, sendo compreensível que a fronteira entre o PDV de cada uma seja tão permeável. Por essa razão, Rabatel (1998) abandona a abordagem tradicional, “fixista e ontologizante”, que concebe o narrador como observador externo, sempre onisciente e a personagem num campo restrito, apenas com a possibilidade de saber de si mesmo. Rabatel (1997) mostra que a onisciência do narrador nem sempre tem que ser manifestada, porque ele pode adotar visões diferentes (interna ou externa) de um mesmo referente, revelando em maior ou menor grau as informações. Além disso, pela ampliação do campo de visão da personagem, esta pode manifestar onisciência em relação a outra personagem e reportar seu ponto de vista.

Essa abordagem dinâmica mostra a nosso ver a necessidade de levar em conta a polifonia presente no jogo dos PDV para o processamento da argumentação. Segundo Rabatel (2001a), os PDV se relacionam e se conjugam para criar tanto a esfera do narrador-focalizador quanto a do personagem-focalizador. Essa combinação dos PDV pode se dar tanto pela congruência, retomada da mesma perspectiva por um único focalizador, como pela disjunção, quando focalizadores distintos são retomados, porque mais de uma perspectiva é colocada em cena. Por essa razão, a perspectiva do narrador jamais pode ser apagada, ainda que o personagem esteja em foco, o que permite abordar instâncias distintas no texto. Em suma, para este autor, a conjunção dos PDV está no seio da cenografia enunciativa e contribui para a construção da personagem e da própria interpretação com base nas instruções do texto, dando coerência ao universo da ficção e legibilidade ao texto: “O PDV participa da construção das interpretações e

⁵² Lembremos a distinção que Ducrot (1984) faz entre locutor e enunciador. Rabatel (1998), (2001a), retoma essa distinção entre aquele que apenas reporta, o locutor, e aquele que está na origem da enunciação, o enunciador.

⁵³ A compreensão de discurso ficcional de Bonoli (cf. capítulo I) evidencia este pacto de crença, já que a construção de “uma versão do mundo real” ou do próprio universo da ficção é atualizada pelo leitor.

especificamente de interpretações legítimas, isto é, interpretações legitimadas pelo próprio texto.” (1998: 192)

Rabatel (1998) expõe que, pela abordagem tradicional, os mecanismos de apreensão da perspectiva privilegiam a identificação da personagem unicamente após suas falas e seus atos, mas não após suas percepções. A idéia de que a informação narrativa chega ao leitor diretamente pelo narrador ou pela personagem seria simples de afirmar, segundo Rabatel, se essas instâncias possuísem um canal específico para transmissão da informação. Ou seja, se a expressão do PDV da personagem fosse permitida apenas à personagem e só acontecesse durante o diálogo, estando o narrador sempre reduzido a um observador distante e objetivo. O conceito *estendido* de PDV permite suprir partes dessa lacuna e considerar as “frases sem fala” como enunciados que correferem à subjetividade de um “enunciador-focalizador”, ao invés de reduzir o ponto de vista a enunciados descritivos/objetivos não focalizados. Vejamos os exemplos abaixo, nos quais o PDV do narrador está marcado de azul e o das personagens de vermelho⁵⁴.

CRÔNICA (1): *O homem que caiu do céu*

“O homem atravessou o telhado e caiu na cama ao lado da Denilda, que acordou com o estrondo, deu um grito, pulou da cama, correu do quarto e só voltou quando os bombeiros já tinham examinado os estragos no teto, a polícia já revistara o homem para descobrir sua identidade, o homem já tinha sido levado para o hospital, inconsciente, e ela já tinha sido acalmada pela mãe e por vizinhos.

[...]

E, milagrosamente, estava bem. Fora alguns rasgões na roupa, estava inteiro. Nada quebrado. Um milagre. Ele falava um português engraçado. Sem sotaque, mas cuidadoso, como se recém tivesse aprendido a língua. Se tinha família, e algum lugar para onde ir quando saísse do hospital, não sabia. Dinheiro? Também não se lembrava.

*Denilda decidiu levá-lo para casa. Até ele recuperar a memória. A mãe não gostou mas acabou concordando. Afinal, era Denilda que trabalhava e mantinha a casa. Denilda, que estava se aproximando dos 40 e nunca se casara. Que dizia que **homem como ela queria não se encontrava em qualquer lugar**. Que já tinha desistido de encontrar **um homem como ela queria, em qualquer lugar**. [...]*”.

⁵⁴ Salientamos que os trechos em destaque são aqueles mais evidentes quanto à perspectiva de cada instância.

"A moça jogou pesado. Tinha tempo pela frente, mas sabia que ele estava na reta final. O futuro dele conseguia ser pior do que o passado, que, embora perdido, fragmentado em momentos bons e ruins, havia existido. Podia parecer contraditório, mas era mais real do que o presente. E o futuro? O que seria o futuro para a moça de menos de 30 anos? [...].

*[...]. A moça nada esperava do futuro, tinha um pouco de saudade do passado. Por isso estava confusa, sem saber se podia confiar no presente, que era a sua realidade mas não o seu sonho. [...]. Mas ela sabia que o futuro era mais seguro do que o passado. O passado passara e não mais importava. Quanto ao futuro, o que seria d **aquele homem condenado a perder memória e razão**, perder ao mesmo tempo toda a saudade e toda a esperança?*

Os médicos a alertaram. Mais cinco, seis meses, e ele penetraria na escuridão da vida vegetativa, pior do que a escuridão da morte orgânica. Era inevitável.

*A moça olhava o **homem que lhe contara a história do mundo**. Talvez não mais se amassem, mas precisavam um do outro. Ele ensinou, ela aprendeu. Olhava-o com respeito e, por mais que se espantasse, não conseguia sentir pena dele. Pena de si mesma. Ela teria **um futuro do qual não teria saudade**. Segurou a mão dele, a mão que a acariciava como só ele sabia acariciá-la. [...]. Ela pensou: "Não deixarei que o futuro aconteça!". Não teve coragem de prometer isso a ele."*

Nas duas crônicas é possível perceber que a esfera do narrador e a esfera da personagem possuem fronteiras bastantes permeáveis e, por isso, o modo de apresentação dos referentes é marcado pela imbricação dessas vozes. Isto significa dizer que a instância que diz (locutor) pode não ser o focalizador (enunciador). Como não há falas nestas crônicas, cabe ao narrador reportar o ponto de vista das personagens, ao mesmo tempo em que imprime o seu ponto de vista, fazendo comentários e avaliações dos fatos e atitudes das personagens.

Na crônica (1), há um fato curioso de imbricação, porque o PDV da mãe sobre a vinda do desconhecido para sua casa reporta o PDV da Denilda acerca de um possível pretendente, e ambos os PDV contribuem para caracterizar cada instância e mostrar a relação que existe entre as duas mulheres. Já na outra crônica, apesar de o narrador já no início avaliar a atitude da moça ("a moça jogou pesado"), não é fácil distinguir o que cabe a cada instância, porque dada a delicadeza do tema, o narrador mantém um tom respeitoso, não zomba da situação e parece partilhar do sentimento confuso que a moça está vivendo. Mesmo com certa compaixão do narrador, é possível perceber que as

indagações e o modo de referir ao futuro - “um futuro do qual não teria saudade” - e ao homem - “o homem que lhe contara a história do mundo” - assinalam o ponto de vista da moça⁵⁵.

Enquanto que para a abordagem tradicional da focalização era difícil separar quem vê de quem diz, pois aquele que observa, que focaliza é precisamente a instância que diz, para a abordagem do PDV, tal dificuldade contribui para subestimar certas particularidades da expressão lingüística das percepções, uma vez que o teor polifônico da focalização e, por consequência, a complexa imbricação das instâncias e das perspectivas não é levada em conta, já que o ver coincide com o dizer⁵⁶. Então, se a abordagem tradicional empenha-se em buscar o foco que vê ou que sabe, simplesmente a partir do dizer, a abordagem dinâmica da focalização, ou melhor, a abordagem dinâmica do PDV empenha-se em buscar traços lingüísticos⁵⁷ do ponto de vista pelo modo de apresentação do referente⁵⁸.

Este modo de apresentação do referente implica a associação de três componentes fundamentais: i) o objeto a ser referido; ii) a instância origem do PDV (centro de perspectiva ou enunciador-focalizador) e iii) a instância responsável pela transmissão do PDV (locutor), que pode coincidir com o focalizador. Como esta associação é dinâmica, Rabatel distingue três tipos de PDV: *PDV representado*, *PDV afirmado* e *PDV narrado*⁵⁹.

3.2 As formas do PDV

Como saber quem interfere na enunciação? Como se certificar da origem de um PDV? Entendemos que estas perguntas parecem estar na base da identificação dos PDV, na medida em que essa interferência não é uniforme. Para que possamos compreender a

⁵⁵ Como a análise destas crônicas serve apenas para ilustrar a imbricação dos PDV, o detalhamento dessa questão será feito no capítulo IV, dedicado à análise.

⁵⁶ Para o enfoque tradicional, a noção de polifonia não parece relevante.

⁵⁷ Ainda que nossa intenção não seja detalhar os traços lingüísticos analisados por Rabatel para expressão do PDV, achamos importante citar alguns desses traços. Fazem parte de sua análise, não apenas nomes próprios e sintagmas nominais, mas principalmente os verbos que indicam percepção, tais como, *parecer*, *sentir*, *considerar*, *achar*, *perceber*, *notar*, *ver*, *concluir*, *saber* e etc, o sujeito desses verbos e a oscilação de suas conjugações tanto no pretérito perfeito, como no pretérito imperfeito. Conforme será visto no capítulo seguinte, salientamos que os verbos de percepção auxiliarão nossa análise da expressão do PDV pelas expressões nominais.

⁵⁸ O referente é entendido por Rabatel como o objeto percebido, aquilo que é interpretado.

⁵⁹ Optamos pela tradução destes PDV, que originalmente foram denominados de PDV “representé”, PDV “afirmé” e PDV “raconté” (cf. Rabatel 2001a).

exploração da polifonia pela concepção e combinação dos PDV é necessário situarmos os três PDV que participam desse processo.

3.2.1 O PDV representado

No *PDV representado*, a interferência é feita pela percepção e pensamentos associados, com debreagem enunciativa mínima nas "frases sem falas", podendo ser equivalente a um monólogo interior embrionário⁶⁰. Neste caso, segundo Rabatel, toda a referência dêitica, espaço-temporal é testemunha de um centro de perspectiva, de um focalizador que não é nomeado, embora seja possível determinar sua presença, seu lugar, seu papel e atividade. Podemos acrescentar que as *expressões nominais* também testemunham um centro de perspectiva, como na crônica (3) abaixo:

CRÔNICA (3): *O homem que caiu do céu*

"O homem atravessou o telhado e caiu na cama ao lado da Denilda, que acordou com o estrondo, deu um grito, pulou da cama, correu do quarto e só voltou quando os bombeiros já tinham examinado os estragos no teto. A polícia já revistara o homem para descobrir sua identidade, o homem já tinha sido levado para o hospital, inconsciente, e ela já tinha sido acalmada pela mãe e por vizinhos.

[...] O homem nunca recuperou a memória, e, aos poucos, Denilda foi aceitando a conclusão de que ele não tinha memórias para recuperar. As amigas que vão visitá-la ficam encantadas com o Vando - ela decidiu chamá-lo Vando - e mais de uma começou a dizer, ao ver Vando ajudando a Denilda em casa e sendo tão carinhoso com ela, "Mas esse homem caiu do..." antes de se controlar. A própria Denilda tenta não pensar na forma como Vando despencou na sua vida.

*Não, não é que ela não se sinta à vontade com a metafísica e não queira especular sobre preces atendidas, e o que ela fez para merecer **aquela dádiva do céu**.*

*As perguntas de Denilda são outras. Que mérito há em ter **o homem que se pediu a Deus** se ele cai, literalmente, na sua cama, sem nenhum mérito seu? Se você não o conquistou, apenas o encomendou? - Onde é que fica o meu amor próprio? - foi o que ela perguntou ao Vando, na cama, na outra noite. Ele apenas sorriu, beijou o seu ombro e perguntou "Vamos outra vez?" Aí ela o empurrou, irritada, reclamou que era impossível ter uma conversa séria com ele e ameaçou jogá-lo pela janela".*

⁶⁰ Para o esclarecimento desse PDV, podemos falar de uma certa equivalência do PDV representado com o Discurso Indireto Livre (DIL). No entanto, ainda que as duas formas possam ser confundidas, Rabatel não admite que o PDV representado e o DIL sejam a mesma coisa. Aproveitamos a oportunidade para esclarecer que, ao invés de analisar a polifonia pelas tão conhecidas formas de discurso reportado - discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre, optamos por analisá-la pelas formas do PDV, seguindo a terminologia adotada por Rabatel.

Na crônica *O homem que caiu do céu*, as expressões nominais em destaque apontam para pensamentos associados à personagem Denilda, evidenciando seu ponto de vista. Essa forma do PDV contribui para que a inserção da personagem no mundo narrado seja intermediada pelo narrador, uma vez que as expressões referentes ao Vando não se originam diretamente da fala da personagem. É por essa mediação que há uma certa ironia por parte do narrador, ao expor o ponto de vista da Denilda, o que é possível pelo fato de que a expressão nominal ao referir ao Vando, mostra a relação que a *quarentona* estabelece com o *desconhecido* e por consequência contribui para construir a identidade de Denilda. É nesse ponto, que é solicitado ao leitor o saber comum sobre essa figura social, neste caso mulher independente, bom partido, estabelecida financeiramente, mas sozinha, porque não arranja homem em qualquer lugar, o que é reinterpretado na crônica, daí a orientação argumentativa.

Aproveitamos a análise do PDV representado nesta crônica, para destacar a cadeia referencial formulada para designar o *homem que caiu do céu*. Esta cadeia compreende não apenas as expressões nominais (“aquela dádiva do céu”, “o homem que se pediu a Deus”), mas também o *nome próprio* Vando, utilizado para batizar a personagem⁶¹. Estamos de acordo com Gollut e Zufferey, que no batismo ocorrido nesta crônica, o nome próprio supre todos os aspectos daquilo que designa (no caso o Vando da Denilda), evocando o ser completo. Ser chamado pelo nome próprio dá de imediato a personagem uma existência plena, impondo-se aos leitores como uma autoridade, uma força de evidência imediata. O recurso ao nome próprio significa que o indivíduo já está registrado, inscrito na lista dos seres singulares e personalidades expostas ao conhecimento público (p.46). E expor essa nomeação em público é apresentar não um nome vago, mas um Vando que se constitui e adquire sentido pela relação que estabelece com a Denilda, como atestam as expressões nominais.

⁶¹ Embora os nomes próprios não se enquadrem no grupo das expressões nominais, e por isso não são alvo de nosso interesse, o batismo que ocorre nesta crônica não nos impede de fazer uma breve consideração a respeito dos nomes próprios, pois estes, assim como as expressões nominais, entram na formação da cadeia referencial, contribuindo para construir a identidade da personagem.

3.2.2 O PDV narrado

Já o *PDV* narrado corresponde aos casos em que um fragmento do texto enfatiza uma das personagens, sendo os fatos narrados conforme tal perspectiva que pode se distanciar da perspectiva do narrador. Esse processo, em que o *narrador exprime os fatos pela ênfase na perspectiva de uma personagem*, expõe muito economicamente a subjetividade do focalizador, segundo Rabatel, já que há debreagem enunciativa intermediária.

CRÔNICA (4) : *Piscina*

“[...]Naquela manhã de sábado ele tomava seu gim-tônico no terraço, e a mulher um banho de sol, estirada de maiô à beira da piscina, quando perceberam que alguém os observara pelo portão entreaberto.

Era um ser encardido⁶², cujos molambos em forma de saia não bastavam para defini-la como mulher. Segurava uma lata na mão, e estava parada, à espreita, silenciosa como um bicho. Por um instante as duas mulheres se olharam, separadas pela piscina.

*De súbito pareceu à dona da casa que **a estranha criatura** se esgueirava, portão adentro, sem tirar dela os olhos. Ergueu-se um pouco, apoiando-se no cotovelo, e viu com terror que ela se aproximava lentamente: já transpusera o gramado, atingia a piscina, agachava-se junto à borda de azulejos, sempre a olhá-la, em desafio, e agora colhia água com a lata. Depois sem uma palavra, iniciou uma cautelosa retirada, meio de lado, equilibrando a lata na cabeça – e em pouco sumia-se pelo portão.*

*Lá no terraço, o marido fascinado, assistiu toda **a cena**. Não durou mais de um ou dois minutos, mas lhe pareceu sinistra como os instantes tensos de silêncio e de paz que antecedem um combate.*

Não teve dúvida: na semana seguinte vendeu a casa”.

É com ênfase na perspectiva da dona da casa e do seu marido que o fato é narrado. Em decorrência disso, a mulher pobre é referida - “a estranha criatura” - e a cena percebida, não como um episódio qualquer, mas “sinistra como os instantes tensos de silêncio e paz”. Se, ao contrário, a ênfase fosse pela perspectiva da mulher pobre, as designações seriam diferentes, porque o ponto de vista seria outro.

Como podemos perceber por esta crônica, as predicções auxiliam na construção do referente e na captação do PDV. Analisando a forma predicativa *c’est*, Rabatel (2001b), conclui que a predicação põe em foco o “objeto de discurso” e pressupõe a

⁶² Todos os itens sublinhados assinalam expressões nominais predicativas, e aqueles em negrito, expressões nominais referencias.

existência de uma fonte enunciativa, que pode ser distinta do locutor-narrador. A predicação pode introduzir um elemento novo (caso do “ser encardido”), possibilitando a atualização desse elemento pela expressão nominal (“a estranha criatura”) e contribuindo para realçar ou especificar o referente. O predicativo pode operar do mesmo modo caso venha após o referente, como acontece com “a cena”, que é imediatamente especificada pela predicação por comparação. Sendo a predicação, uma forma subsidiária para a construção e interpretação dos referentes, podemos dizer, conforme Rabatel que a predicação é: i) um “instrumento privilegiado” no estabelecimento da coesão e da coerência e ii) uma “marca privilegiada” na expressão do PDV, construindo um sujeito de consciência. Essa marca a nosso ver é imprescindível no processo argumentativo.

3.2.3 O PDV afirmado

O *PDV narrado* e o *PDV representado* podem ser atestados toda vez que alguma coisa percebida ou interpretada é focalizada por uma instância que não coincide com a origem da percepção. O PDV afirmado, ao contrário, indica que o locutor é a origem da percepção.

O *PDV afirmado* é processado por debreagem enunciativa máxima, vez que exprime explicitamente falas, pensamentos e opiniões, sendo percebido cada vez que uma personagem fala ou o narrador dá sua opinião sobre determinado fato. Por essa razão, enunciador e locutor coincidem e segundo Rabatel, esse PDV é dominante nos textos argumentativos.

Na crônica (5) abaixo é possível observar que as instâncias vão se configurando no diálogo. É na réplica que elas mostram quem são, como se relacionam e que posição assumem frente à violência, pelo modo como apresentam certos objetos que fazem parte desse combate rotineiro. Já na crônica (6), é visível a intervenção que o narrador opera, avaliando e emitindo sua opinião sobre o tema narrado. Nesta crônica, “a volta da Andradina” pode ser entendida como uma verdadeira “operação chegada”, em virtude de tudo o que é planejado e organizado para esse acontecimento.

"[...]".

- Você vai é sair daí! Não abra essa janela! Não gastei dois décimo-terceiros para instalar essas janelas de vidro blindado só para ver minha mulher tomar um tiro na cabeça, num sábado!

- Ah, quer dizer que o importante não é o tiro na minha cabeça, é porque é sábado.

- Mulher, pelo amor de Deus, pára com **esse tipo de frescura!** São 23 anos de casado e...

- São 24 anos de casados.

- Sim, são 24 anos de casado e tudo bem. Se eu quisesse providenciar qualquer coisa, já tinha dado uns tiros em você...

- Ah, quer dizer que...

- Minha Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, valei-me nesta hora! Clotilde, eu nem tenho revólver, e você acha que...

- Mas, se tivesse...

- Ai, meu Bom Jesus de Pirapora...

- Mas você falou num sábado. Quer dizer que, se não fosse sábado, podia.

- Podia meleca nenhuma. Eu só quis dizer que, num sábado, noite de movimento, se alguém tomar um tiro, vai ser mais difícil encontrar socorro.

- Ninguém aqui vai tomar tiro.

- Se Deus quiser. Mas eu vou usar **meu colete à prova de bala** que o Eduardinho me deu. Aliás, só não deu outro a você porque você não quis. Ele é craque nisso, sabia?

- Mas eu vou usar **esse monstrengo** em cima de meu vestido? E você ainda pergunta por **aquela peruca loura blindada** que você descolou não sei onde? Aquilo, além de horrendo, pesa uns dez quilos.

- Frescura, frescura. Não usa porque gosta de arriscar a vida, acha que nada te atinge..

- Não uso porque não se usa.

- Não se usa, mas, se a Giselle Bundja usasse, você usava. Pois eu vou usar **o colete e o capacete**. Chegar na festa, eu tiro, sair da festa eu boto.[...]"

A volta da Andradina⁶³ para casa foi cuidadosamente preparada, como a visita de um chefe de estado⁶⁴. Sua irmã mais velha Amélia - a irmã com a melhor cabeça, era a opinião geral - tratou de todos os detalhes. [...]

A chegada da Andradina⁶⁵ só não teve ensaio geral. Tudo foi planejado. Quem iria ao aeroporto buscá-la, quem ficaria na casa, quem cuidaria das malas.

⁶³ Introdução do referente.

⁶⁴ Predicação por comparação.

Na véspera da chegada, Amélia reuniu todos na sala para as últimas instruções. Horário de partida para o aeroporto, provável horário de chegada da Andradina na casa (se o avião não atrasasse), como cada um deveria se comportar. Importantíssimo: nem uma palavra sobre o caso. Para todos os efeitos, ninguém sabia de nada. Para todos os efeitos, Andradina apenas decidira passar uma temporada em casa, descansando e revendo a família. Nada mais natural. [...]

[...]

*A **Operação Chegada**⁶⁶ transcorreu sem problemas. O avião não atrasou, Andradina entrou na casa no horário previsto. Sorriu para todos, fez festa para o Bolota, disse que preferia não almoçar. Estava cansada, iria para o quarto, talvez dormisse um pouco, mais tarde comeria alguma coisa. Amélia decretou silêncio absoluto na casa enquanto Andradina descansava.*

Pelo que expusemos sobre os três PDV, ficou visível que a noção de debreagem enunciativa atravessa particularmente cada um desses PDV, o que pode ser traduzido pelo modo como a voz marca presença na cenografia enunciativa, como aparece, é colocada e percebida. Dessa maneira, nos parece suscetível pensar numa escala de vozes quanto ao grau de presença ou de visibilidade, a partir da noção de debreagem: do PDV *representado*, com debreagem enunciativo mínimo, ao PDV *afirmado* num nível máximo, passando pelo PDV *narrado* de grau intermediário. Essa escala de vozes permite apreender o modo como as vozes estão conjugadas, tanto no sentido da imbricação entre focalizadores diferentes, quando um é locutor e outro enunciador, quanto no sentido da imbricação de focalizadores idênticos, caso do PDV *afirmado*, em que locutor e enunciador coincidem.

3.3 A combinação dos PDV

Conforme os textos analisados por Rabatel, a combinação dos PDV para a construção da cenografia enunciativa não é uniforme no sentido de que todos os PDV tenham que estar sempre presentes num determinado momento do texto. A combinação, portanto, é alternada e pode se dar tanto pela relação de dois a dois, dos três a um só tempo e até da presença de um único PDV numa pequena porção do texto. Com isto, Rabatel (2001a) postula que a construção da personagem e da coerência enunciativa no

⁶⁵ Retomada anafórica por recategorização: volta → chegada.

⁶⁶ Expressão nominal avaliativa, indicando o ponto de vista do narrador. Neste caso, locutor e enunciador coincidem.

processo enunciativo é dinâmica, exatamente pela disposição e combinação sempre renovada desses PDV.

Acreditamos que a lista de fatores para explicação da variabilidade de conjugação ou encadeamento desses PDV é extensa e não nos cabe aqui abordar, mas apenas citar que o estilo e o gênero de maneira geral abrigam características particulares dessa combinação⁶⁷. Rabatel entende que essa conjugação "participa plenamente e solidariamente da construção da personagem e do universo da ficção, propagando a verdade de um por outro", pois, para ele, a personagem existe aos olhos do leitor não apenas como protagonista da ação, mas como uma entidade de existência narrativa, a partir de quem a história pode ser organizada e escrita. Nesse caso, segundo o autor, os objetos podem ser dignos de crença e persuasão, quando atingem o leitor pela fala da própria personagem:

"o leitor não se identifica somente com o sujeito da ação, ele se identifica com aquele a partir de quem os fatos são apreendidos (PDV *narrado*), ele partilha o ponto de vista com aquele a partir de quem as percepções são veiculadas (PDV *representado*), ou que é a origem das falas e dos valores que elas exprimem (PDV *afirmado*)". (2000a:167)

No entanto, mesmo que a personagem seja a origem da fala, seu ponto de vista pode chamar a atenção do leitor pela intervenção do narrador, que pode ou não estar de acordo com o ponto de vista da personagem. A depender da posição do narrador, tem-se a produção de efeitos diversos, tais como, ironia, zombaria, compaixão, respeito, encantamento, comoção etc.

"a esfera do personagem é construída através das palavras do narrador de tal modo que mesmo no caso em que o relato adota o PDV do personagem, o narrador não se priva de manifestar sua posição a respeito de tal ou tal perspectiva, sob a forma de menções autonímicas em maior ou menor grau consoantes ou dissonantes." (2000a: 170).

⁶⁷ Rabatel (2001a) mostra que a narração filosófica privilegia o PDV *narrado* e o PDV *afirmado*, enquanto que a narração fantástica prefere o PDV *representado* e o romance balzaquiano ou zoliano combina os três PDV. Essa combinação no romance, segundo o autor, pode ser influenciada por fatores, tais como, o momento da intriga, a visão do narrador ou a escrita concernente a um determinado personagem

Estas considerações nos conduzem às seguintes indagações: como o leitor resistirá à identificação com uma personagem tão viva que a narração parece ser escrita sob sua perspectiva? Como não partilhar a forma de ver, de dizer e de pensar do focalizador? Ou melhor: como não ser persuadido pelo ponto de vista daquele (narrador ou personagem) a partir de quem os objetos podem ser focalizados?

Para Rabatel, o jogo dos PDV pode tanto funcionar em congruência, remetendo ao mesmo focalizador ou perspectiva, como em disjunção, remetendo a focalizadores diferentes. Essa disposição evidencia a *emersão das instâncias narrativas* e revela a tensão entre o ponto de vista da personagem e o do narrador.

A tensão entre o PDV do narrador e o PDV da personagem ocorre quando não há falas, mas apenas *PDV afirmado* do narrador. Neste caso, por mais que a narrativa enfatize a personagem (PDV representado da personagem), o essencial das qualificações, atribuições e avaliações sobre ela é assumido pelo narrador, o que nos permite falar de um verdadeiro ponto de vista do narrador. Por isso, mesmo enfatizando uma personagem, o narrador não está impedido de manifestar seus julgamentos, sua opinião, seu saber, o qual entendemos ser bastante poderoso e manipulador. Pelo fato de não estar submetido às coordenadas espaço-temporais, das quais o PDV da personagem é em princípio prisioneiro, o narrador pode perceber e interpretar os fatos e as personagens por ângulos que só a ele são acessíveis. Por essa “superioridade”, cria-se uma imagem desse “ser do discurso”, acerca de seus valores, de sua identidade, ainda que ele seja heterodiegético e não esteja falando explicitamente de si mesmo.

Quando a narração é feita sob a perspectiva do narrador (quer na narrativa em primeira pessoa, quer na narrativa em terceira pessoa), podemos falar na presença de um PDV *representado* da personagem, que adquire significação pelo contraste que estabelece com o PDV *afirmado* do narrador. E mesmo que enfatize uma certa personagem, o narrador não é obrigado a se submeter e adotar o PDV dessa personagem.

Outro tipo de tensão é a tensão presente na narração homodiegética, na qual os PDV estão em congruência e por isso é a mesma instância que fala e pensa (PDV *afirmado*), que sente e percebe (PDV *representado*) e que conta (PDV *narrado*). Esse tipo de combinação, em que as instâncias narrativa e actorial coincidem não apenas enquanto perspectiva, mas enquanto entidade, é para o autor uma história de várias vozes sob o domínio de uma voz narrativa. A fronteira entre esses PDV, como define Rabatel, é difícil de delimitar, na medida em que os fatos são contados, pensados, vividos e

percebidos pela mesma instância delirante. Nesse caso, o narrador pode encenar e interpretar falas apenas oriundas do seu imaginário, de suas impressões sobre o que a outra personagem pensa a seu respeito.

De acordo com Rabatel, a combinação dos PDV põe em questão a unicidade e homogeneidade das instâncias actorial e narratorial. E um dos efeitos evidentes da disjunção é o de tornar complexa a construção da ancoragem perceptual daquilo que está em foco, incitando o leitor a não se submeter a uma adesão ingênua ao personagem, já que o leitor pode se distanciar deste, exercendo atuação crítica, discordando, duvidando etc, vez que pode ser persuadido a partilhar do ponto de vista do narrador. Podemos dizer, segundo o autor, que pelas formas de PDV entende-se a esfera da subjetividade⁶⁸ do personagem, a ponto de se poder perguntar sobre a parte que cabe ao narrador no que diz respeito a seu saber, a sua voz e opinião⁶⁹. Há, então, uma revalorização radical do narrador. Como está no mínimo presente sob a forma de menção autonímica, o narrador pode argumentar e diversificar as manifestações de sua presença pelo jogo dos PDV, os quais constroem uma subjetividade concernente tanto aos personagens como a ele próprio. Utilizando a noção do PDV, as análises de Rabatel mostram como são complexas as relações entre narrador e personagem e postulam a necessidade de uma exploração das instâncias e pontos de vista na narrativa.

3.4 O jogo dos PDV para o processamento da argumentação pelas expressões nominais

Ao analisar o jogo dos três PDV para o processamento da argumentação pelas expressões nominais, contemplaremos aqueles componentes fundamentais no *modo de apresentação do referente*, que são: os objetos-de-discurso, a instância centro de perspectiva e a instância locutor. Os *objetos-de-discurso* indicam: i) fatos e acontecimentos narrados, ii) objeto(s) alvo de atenção na narrativa e iii) as instâncias narrador e personagem. A instância enunciador e a Instância locutor podem indicar tanto o narrador quanto a personagem.

⁶⁸ Rabatel (1998) trata das marcas de subjetivismo para captação da perspectiva do narrador e da personagem.

⁶⁹ Esta indagação sobre a parte que cabe ao narrador dá visibilidade à polifonia. Conforme, será visto nas análises, há momentos em que não há um só PDV, mas a imbricação do PDV representado do personagem com o PDV afirmado do narrador, porque é ele quem reporta e ironicamente assume o ponto de vista. Nas crônicas (2) e (3) deste capítulo é possível perceber essa imbricação.

Visando à apreciação das diferentes formas de configuração e relação desses componentes⁷⁰, optamos por um esquema que os organize de acordo com o modo de apresentação de cada um dos *objetos-de-discurso*, considerando as vozes que participam desse processo, ou seja, a instância enunciador e a instância locutor. Ao tratar do modo de apresentação do referente estaremos também levando em conta o semantismo da expressão nominal e a relação que esta estabelece com o referente, pois desse modo é possível não apenas captar as instâncias, mas também observar as operações de correferência, recategorização e encapsulamento, que possibilitam o estabelecimento da coesão textual e a progressão do tópico. Além disso, ainda que consideremos fundamentalmente as expressões nominais em posição anafórica e catafórica, isto não exclui as expressões nominais predicativas como formas subsidiárias para a construção e interpretação dos referentes. Passemos agora ao exame de uma crônica em sua integridade, para que possamos contemplar o jogo dos três PDV, a partir das expressões nominais, considerando as operações referenciais e as expressões nominais predicativas⁷¹.

Linha	CRÔNICA (7): <i>Tempo Antigo</i>
1	<i>Até o nome era perfeito. Anastácia. A Helena só não disse para as</i>
2	<i>amigas que ela tinha caído do céu porque imaginou a Anastácia, gorda</i>
3	<i>daquele jeito, caindo em cima da sua casa e demolindo tudo. Mas que tinha</i>
4	<i>sido <u>um milagre</u> encontrar uma cozinheira como aquela, como não se via</i>
5	<i>mais, saída de um livro antigo, tinha. Os cabelos brancos, o sorriso</i>
6	<i>permanente na grande cara preta, os peitos enormes, a simpatia. E dava para</i>
7	<i>ver só pela cara que a sua comida era boa. Boa como também não se</i>
8	<i>encontrava mais.</i>
9	<i>- Ela me pediu um tacho para fazer goiabada. Vocês acreditam? Vamos</i>
10	<i>ter goiabada feita em casa!</i>
11	<i>As amigas tinham toda a razão para invejar a Helena. De onde saíra</i>
12	<i>aquela maravilha?</i>
13	<i>- Ela se apresentou. Com credenciais e tudo. Pediu um pouco alto, mas</i>
14	<i>dava para resistir? Com aquela cara? Contratei na hora.</i>
	<i>O O O</i>
15	<i>Além da goiabada, Anastácia fazia conservas, compotas, geléias e doces.</i>
16	<i>Muitos doces. Doces todos os dias. Com ovos e muito açúcar. Helena</i>

⁷⁰ Nos componentes citados acima não há alusão ao autor como enunciador. Isto significa dizer que não estamos preocupados em saber qual ou quais dessas instâncias coincidem com o ponto de vista do autor, ainda que isto seja possível. Como nossa preocupação é com a encenação e combinação das instâncias narrativas para o processamento da argumentação no discurso de ficção, a questão da autoria e a opinião do autor não interessam para a nossa abordagem.

⁷¹ Nesta crônica, a cor vermelha indica as expressões nominais com função referencial, e a cor azul as expressões nominais com função predicativa.

17	pediu para ela manear nos doces. O doutor não podia comer muito açúcar, ela mesma estava tentando perder peso, precisavam pensar nos dentes das crianças... Anastácia não entendeu.
18	
19	
20	- "Manear"?
21	- É. Quem sabe doce só nos fins de semana?
22	O sorriso da Anastácia era de quem continuava não entendendo. Os seus doces não estavam agradando? Helena recuou.
23	
24	- Tudo bem, Anastácia. Faça o que você quiser.
25	Dava para resistir àquela cara?
	0 0 0
26	Outra coisa: Anastácia anunciou que não sabia trabalhar com aqueles
27	óleos esquisitos que encontrara na cozinha. Só sabia cozinhar com banha de
28	porco.
29	Comida gostosa tinha que ser com banha de porco.
30	- Banha de porco? - assustou-se Helena. - Nem sei se ainda se encontra
31	isso no...
32	- Pode deixar que eu encontro, dona Helena.
33	A primeira refeição que Anastácia fez com a banha de porco que trouxe,
34	em latas, do mercado foi <u>um grande sucesso</u> . O doutor chegou a dizer que não
35	comia um feijão como aquele desde a sua infância. As crianças adoraram as
36	batatas douradas. Qual era o segredo da Anastácia, por que a sua comida era
37	<u>tão mais gostosa do que a que eles estavam acostumados?</u> Helena não contou
38	da banha de porco. Precisaria de tempo para convencer Anastácia a voltar aos
39	óleos esquisitos mas saudáveis. E, afinal, que mal poderia fazer uma semana
40	ou duas de banha de porco? E que a comida ficava mais saborosa, ficava.
	0 0 0
41	Uma noite, depois do jantar, o doutor estranhou o silêncio. Onde estavam
42	os meninos? Eles costumavam correr da mesa para os seus barulhentos
43	videogames e ficar jogando até a hora de dormir, todas as noites. Mas a TV
44	deles estava em silêncio. E os meninos estavam na cozinha, ouvindo a
45	Anastácia contar uma história. Helena e o marido foram espiar e deram com
46	aquele quadro que também parecia saído de um livro antigo . Anastácia
47	mexendo alguma coisa no tacho, fazendo um dos seus doces irresistíveis , e
48	os meninos sentados no chão, ouvindo, embevecidos, a história que ela
49	contava. O que Helena e o marido não tinham conseguido nem com súplicas
50	nem com ameaças, tirar os meninos da frente da TV, Anastácia conseguira
51	com suas histórias. E daquela noite em diante, depois do jantar, os meninos
52	mal podiam esperar Anastácia tirar a mesa e lavar os pratos antes de sentarem
53	no chão da cozinha para ouvir outra história. O doutor passou a ler seu jornal
54	em paz e Helena passou a ver sua novela sem precisar aumentar o volume
55	para abafar a zoeira dos videogames . Pensando sempre: " <u>Que maravilha</u> ."
56	Essa Anastácia, <u>que maravilha</u> ." Pensando: "É como se tivéssemos voltado ao
57	tempo antigo." E pensando: " <u>Isto é bom demais para durar</u> ."
	0 0 0
58	Uma noite, o filho menor fez uma coisa que não fazia há muito tempo.
59	Pediu para dormir na cama com o pai e a mãe. Disse que estava com medo da
60	mula-sem-cabeça. Do quê?! O mais velho, que chegou logo em seguida e
61	também pediu refúgio na cama, contou que a história da mula-sem-cabeça era
62	uma das que a Anastácia contava. Ela também contava histórias do Tião
63	Tesoura, que entrava no quarto de garotos que faziam xixi na cama e cortava
64	os seus pintos. E do Preto Mamão, que pegava crianças desobedientes e

65	levava para criar junto com os seus porcos, e quando elas ficavam bem
66	gordinhas, assava vivas. O doutor argumentou que os videogames dos
67	meninos também estavam cheios de monstros, e que nenhum tirava o sono
68	deles. Os meninos responderam que os monstros dos videogames eram
69	eletrônicos, de mentira, e, mesmo, podiam ser desintegrados com zapeadas
70	certeiras. Já a mãe da Anastácia vira, pessoalmente, a mula-sem-cabeça.
71	Anastácia conhecia gente que conhecia vítimas do Tião Tesoura. Uma tia dela
72	só se livrara de ser assada viva porque conseguira fugir do chiqueiro do Preto
73	Mamão. E...
	0 0 0
74	Helena pediu para Anastácia manear nas histórias que contava para os
75	meninos.
76	- "Maneizar"?
77	- Invento umas mais, assim...
78	- Eu não invento nada, dona Helena. Tudo que eu conto aconteceu
79	mesmo.
80	Naquela noite, custaram a convencer os meninos a não sentarem no
81	chão da cozinha para ouvir a história da Anastácia e irem jogar videogame.
82	Eles queriam ser aterrorizados. Helena decidiu que era melhor mandar a
83	Anastácia embora. Além dos dentes, precisava pensar na formação
84	psicológica das crianças . O doutor também começara a se queixar de
85	problemas gástricos , e não ia demorar muito para a sua taxa de colesterol ir
86	lá em cima.
87	"É melhor mandar ela embora", pensou Helena.
88	E pensou: " <u>Era bom demais para durar...</u> "
	(Veríssimo. Estadão, 21/07/02)

Para um exame mais atencioso do jogo dos PDV e da referenciação na crônica acima, formulamos uma tabela na qual é possível observar a combinação sempre renovada dos três PDV e a articulação dos referentes para progressão textual. Nesta tabela, nosso instrumento de análise, que são as expressões nominais, está em destaque, sendo acompanhado do **referente** correspondente, da **operação referencial**, que possibilita a articulação dos objetos-de-discurso e das instâncias enunciador e locutor. Chamamos atenção para o fato de que a relação entre essas instâncias está traduzida na combinação dos **PDV**.

TABELA ANÁLISE CRÔNICA (7): *Tempo Antigo*

Linha	EXPRESSÃO NOMINAL com função referencial	REFERENTE	OPERAÇÃO	PDV
4	Uma cozinheira como aquela, como não se via mais, saída de um livro antigo	Anastácia	Recategorização anafórica	<i>PDV afirmado</i> do narrador + <i>PDV narrado</i> de Helena
11	Aquela maravilha			<i>PDV afirmado</i> do narrador + <i>PDV representado</i> das amigas de Helena
13	Aquela cara	[os cabelos brancos, o sorriso permanente na grande cara preta, os peitos enormes, a simpatia]	Encapsulamento anafórico	<i>PDV afirmado</i> de Helena
24		[o mesmo]	Correferência	<i>PDV afirmado</i> do narrador
34	Um feijão como aquele	A primeira refeição	Recategorização anafórica (parte/todo)	<i>PDV narrado</i> do Doutor focalizado pelo narrador

38	Aqueles óleos esquisitos	[o mesmo]	Correferência	<i>PDV narrado de Anastácia</i> + <i>PDV representado de Helena</i> focalizados pelo narrador
45	Aquele quadro que também parecia saído de um livro antigo	[a cena que vai ser descrita]	Catáfora	<i>PDV afirmado do narrador</i> + <i>PDV representado de Helena e do Doutor</i>
46	Seus doces irresistíveis	Os doces da Anastácia	Recategorização anafórica	<i>PDV afirmado do narrador</i> + <i>PDV representado de Helena e do Doutor</i>
54	A zoeira dos videogames	Os seus barulhentos videogames		
67	Os monstros dos videogames	[os videogames dos meninos estavam cheios de monstros]		<i>PDV narrado do Doutor</i> + <i>PDV representado dos meninos</i> focalizados pelo narrador
83	A formação psicológica das crianças	[crianças que queriam ser aterrorizadas e andavam com medo]	Associação	<i>PDV representado de Helena</i>

84	Problemas gástricos	[mal causado pela banha de porco (1)] e [alta taxa de colesterol (2)]	Anáfora (1) e catáfora (2)	<i>PDV representado de Helena</i>
Linha	EXPRESSÃO NOMINAL com função predicativa		PDV	
4	Um milagre		<i>PDV representado de Helena</i>	
34	Um grande sucesso		<i>PDV afirmado do narrador</i>	
37	Tão mais gostosa do que a que eles estavam acostumados		<i>PDV representado das crianças</i>	
55 e 56	Que maravilha		<i>PDV afirmado de Helena</i>	
57 e 88	Bom demais para durar			

Examinando a tabela da página anterior podemos perceber que a tensão entre o PDV do narrador e o das personagens é constante. Há uma alta incidência de PDV narrado e PDV representado que se apóiam ora no PDV afirmado do narrador, quando há uma opinião consensual sobre determinado assunto (“seus doces irresistíveis” – “uma cozinheira como aquela” – “aquela maravilha”), ora na focalização do narrador, quando ele apresenta o referente no entender da personagem, como acontece com a expressão nominal “aqueles óleos esquisitos”. Esta expressão evidencia o ponto de vista de Anastácia, uma cozinheira acostumada a usar banha de porco, e é retomada pelo próprio narrador para representar o PDV de Helena em relação ao comportamento da nova cozinheira.

Mesmo nos casos em que a personagem assume um ponto de vista (locutor e enunciador coincidem) e portanto parece não haver entrecruzamento de vozes, já que o narrador aparenta não interferir, o aparecimento da expressão em outra porção do texto evidencia que há um entrecruzamento de vozes. Como acontece nesta crônica, uma mesma expressão nominal reaparece em outro discurso e por esse motivo a *retomada anafórica por correferência* confirma a polifonia e seus efeitos, que nesta ocorrência estão representados pela ironia. O narrador toma posse da expressão “aquela cara”, que aparece inicialmente na fala da personagem Helena, a fim de convencer o leitor da opinião e atitude desta personagem, que decidiu, até certo momento, não discordar dos hábitos tão em desuso daquela cozinheira (depois descobriu que tudo era “bom demais para durar”). A retomada dessa expressão nominal mostra que o narrador intervém (há uma certa intromissão) de forma irônica na construção do ponto de vista de Helena. Neste caso, não é a correferência, nem a repetição pura e simplesmente da expressão que indica a ironia, mas o seu aparecimento em outro discurso, ou seja, a retomada da expressão efetuada por outra instância.

O modo de apresentação do referente, pelas expressões nominais referencias (acompanhada das expressões nominais predicativas) e sua articulação pelas operações referenciais (recategorização anafórica, correferência, etc.) indicam um centro de percepção, assim como a forma pela qual essa instância assume voz: se fala por si, caso do diálogo, ou se é apresentada e retomada pelo narrador.

Como a combinação dos PDV para encenação do ponto de vista é predominante, entendemos a necessidade de uma exploração da polifonia, que reconheça por trás dessas vozes um fazer estético argumentativo, no qual cada tom se encaixa para a produção de efeitos incalculáveis na encenação de uma crítica, que abriga diversidade e

alteridade. E essa exploração da polifonia pela referenciação, ou articulação dos objetos-de-discurso para o desenvolvimento do tópico e construção da coesão e coerência, evidencia que as expressões nominais, ao apresentarem os referentes, apontam para um centro de perspectiva, um ponto de vista, responsável pela emersão das instâncias narrativas na encenação da crítica.

IV

A construção do ponto de vista pelas expressões nominais

Após considerar os componentes fundamentais no modo de apresentação do referente para captação dos PDV, bem como as operações referenciais, que participam da progressão dos referentes, passemos agora a contemplar particularidades da organização e coordenação de todos esses aspectos para a construção do ponto de vista pelas expressões nominais.

Diferentemente do que foi observado na crônica “Tempo Antigo” (capítulo anterior), na qual a narrativa é feita em terceira pessoa, por um narrador intruso, observador perspicaz, mas que não participa como personagem efetivo da crônica; na crônica “Amada Sogra”, que dá início a este capítulo, o narrador é também observador crítico, mas alguém batizado, a personagem Beatriz, que emerge e se configura a partir da relação que estabelece com as demais personagens. Esta crônica desperta nossa atenção exatamente pelo caráter polifônico na construção dos argumentos. E uma polifonia atestada não apenas pelo jogo dos PDV, o que contribui para emersão de cada instância, mas também pela solicitação dos saberes (dizeres) disponíveis e já partilhados, que povoam nossa experiência a respeito da figura social Sogra.

Linha	CRÔNICA (1) : Amada Sogra
1	"Querida Cláudia,"Alô, amiga, tudo bem com você? Eu podia
2	simplesmente telefonar, em vez de mandar este bilhete pelo Paulo Sérgio,
3	mas é que o Rogério pode ouvir e aí sai briga na certa. Vai sair briga na certa
4	hoje de qualquer maneira, mas o melhor é restringir as possibilidades. Quando
5	ela sair, Rogério e eu vamos bater boca umas quatro horas e deixar de nos dar
6	uma semana ou duas, mas tudo bem, faz parte, já estou acostumada.
7	"Não estranhe o Paulo Sérgio aparecer aí para te levar este pedido . E
8	não estranhe ele estar acordado às 11 horas da manhã, fui eu mesma que o
9	acordei e, assim mesmo, depois que ameacei cortar a mesada dele. Não sei a
10	quem esse menino saiu. Bom, pensando bem, eu sei, saiu a ela, claro.
11	Menino de 26 anos , mas menino, que, ao que tudo indica, nunca vai sair de
12	casa, mesmo o pai oferecendo pagar o aluguel de um apartamento para ele.
13	Ele encara como <u>uma tortura medieval</u> pendurar a toalha de banho depois de
14	usada e deixar a cueca também usada em cima de qualquer lugar que lhe
15	pareça <u>um alvo cômodo</u> , nunca vai abdicar desta moleza que é viver aqui em

16 casa, comigo feito uma escrava neurótica, andando atrás dele para pegar até
17 pontas de cigarro no carpete. Ultimamente, perdeu a cerimônia e traz as
18 namoradas para dormir aqui em casa com ele, todas umas cafajestas, viciadas,
19 ao que parece, em fazer ceias às 4 da manhã e lambuzar de manteiga até as
20 torneiras da cozinha. Dava para comer como um biscoito, para quem tem boa
21 dentadura.

22 "O que quero de você é coisa simples, mas pelo amor-de-Deus, não me
23 falhe neste **transe doloroso** que você já conhece e em que, aliás, nunca
24 falhou, Deus a abençoe por mil gerações. Quer dizer, talvez não seja tão
25 simples assim. Eu só queria pedir uns 12 copos de cristal emprestados, duas
26 travessas, preferencialmente de metal, para ela não aproveitar e esbarrar
27 numa delas e espatifar tudo no chão. E aqueles trecos de madeira para servir
28 saladas, que eu tenho, mas ela cheira e não usa. Não usaria os seus também,
29 mas aí eu conto que tomei emprestado com outra pessoa e ela diz 'logo vi'.

30 Os copos não tem perigo, porque eu sei de uma loja aqui no Leblon
31 mesmo que tem uns iguais, ela quebrando um ou dois eu substituo, sei que
32 você confia em mim.

33 "E sei também que você não enfrenta **esse problema**, porque nem você
34 nem o Soares têm sogra e acredito que somos a única família a ser lembrada o
35 ano todo que hoje é o Dia da Sogra. Você é minha melhor amiga e sabe que
36 tenho **uma sogra especial**. Você, felizarda, não estava nem aí, mas hoje é o
37 Dia da Sogra. Eu queria saber quem foi **o sacana do deputado ou vereador**
38 **que instituiu esse dia**, para mandar uns quindins de estricnina para ele, só
39 pode ser um degenerado

40 que na outra encarnação vai nascer numa sociedade polígama e ter 26
41 sogras, Deus é grande e saberá ver com bons olhos **o meu pedido**. A
42 empregada folga nos domingos, é claro, e eu acabo de passar um pano em
43 absolutamente tudo na casa, embora saiba que ela vai esfregar o dedo
44 também em tudo, fazer uma cara horrorizada e perguntar se o aspirador de pó
45 quebrou e se eu não conheço um bazarzinho aqui por perto que venda
46 espanadores.

47 "Numa hora destas é que a gente vê como, em certas ocasiões, os
48 amigos são muito mais solidários do que a família. O Paulo Sérgio só vai
49 esperar o almoço, reclamar que a comida está sem sal (ela diz que, quando eu
50 boto sal em quantidades decentes na comida, estou querendo matá-la da
51 hipertensão e aí eu não boto praticamente sal nenhum, mas nunca adianta,
52 como, aliás, nunca adianta nada) e se mandar, dizendo que vai estudar,
53 embora eu saiba qual é o estudo dele - cala-te, boca, filho é filho, não vou
54 contar que ele vai para a casa de algum amigo queimar um baseado por hora e
55 infernar a vida dos vizinhos tocando guitarra elétrica. A Lucinha não suporta a
56 **avó**, principalmente depois que botou um brinquinho no nariz e a **velha** fala
57 que, se soubesse que ia ter **uma neta canibal**, não tinha casado, ela acha que
58 todo mundo que fura o nariz é canibal. Aí a Lucinha acaba de almoçar, diz que
59 está com TPM, que a velha diz que no tempo dela não tinha e que é frescura, e
60 se tranca no quarto. Aliás, como lhe contei naquele dia, na casa da Valdete, ela
61 vive fazendo insinuações sobre como teria sido melhor para o Rogério que ele
62 tivesse ficado casado com a Ana Paula - aquilo, sim, era que era mulher de
63 verdade, mas não sabe ela que Ana Paula já disse até a mim que largou o
64 Rogério por causa dela. E o Antônio Marcos, que é meu filho, mas devo admitir
65 que, já aos 16 anos, não tem nenhum caráter, fica puxando o saco dela o
66 tempo todo e sempre descola uma graninha no fim do dia. Quanto ao Rogério,

67	<i>também sou obrigada a admitir que assume uma postura absolutamente</i>
68	<i>imoral. Ela gosta de perfumes, mas sempre de algum que não se encontra</i>
69	<i>aqui para comprar e eu, que tenho psicose de Dia da Sogra, fico telefonando</i>
70	<i>para minhas amigas que fazem viagens internacionais, pedindo aos prantos</i>
71	<i>que comprem um d esses malditos frasquinhos de xixi de gringo no free</i>
72	<i>shop do Galeão. E aí o Rogério, com o mais revoltante cinismo (tenho pensado</i>
73	<i>muito no exemplo da Ana Paula ultimamente), pega o presente, diz que foi ele</i>
74	<i>quem comprou, a besta aqui não desmente e ela tem uma crise de espirros</i>
75	<i>alérgicos com as flores que ele comprou para ela e diz que fui eu.</i>
76	<i>"Não fique preocupada comigo, é só uma vez por ano, como você sabe.</i>
77	<i>Passa rápido, inclusive o brinde que o Rogério sempre exige que eu faça,</i>
78	<i>afirmando ter a melhor sogra do mundo. Você, que nunca militou na</i>
79	<i>profissão mas é formada em Direito, pode me informar se existe divórcio de</i>
80	<i>sogra, ou pelo menos separação de corpos? Não deve existir, mas grande</i>
81	<i>Ana Paula, grande exemplo de mulher. Muito obrigada por tudo, meu amor,</i>
82	<i>principalmente pel a paciência. Não quer vir para o almoço do Dia da Sogra,</i>
83	<i>aqui em casa?</i>
84	<i>Brincadeira, chiste, chiste, eu adoro você, não ia te fazer uma coisa</i>
85	<i>dessas. Muito obrigada outra vez e ponha as mãos para céu pel a sua boa</i>
86	<i>sorte. Beijos nervosíssimos da tua "Beatriz.</i>
87	<i>"P.S. - Sim, e não mande daqueles copos coloridos, que ela pensa que são</i>
88	<i>meus e diz que são coisa de gatinha. Meu consolo é que vou ser canonizada</i>
89	<i>logo depois de meu enterro."</i>
	<i>(João Ubaldo. Estadão, 28/04/2002)</i>

Ao observar esta crônica, notamos que a distinção entre **referentes pontualizados** e **referentes não pontualizados** auxilia na compreensão da organização e construção dos PDV. A operação de *encapsulamento*, a qual contribui para resumir partes do texto, e a *associação*, em que a interpretação do referente não pontualizados está em dependência de estruturas do co-texto, marcam o PDV afirmado de Beatriz. Isto significa dizer que a referência a itens pontuais é que indica a polifonia nesta crônica, vez que alguns objetos-de-discurso, apesar de enunciados pela Beatriz, são construídos na perspectiva das outras personagens. É por essa interferência dos outros, que a polifonia (interna) se consagra e os demais personagens (Paulo Sérgio, Rogério, Lucinha, Ana Paula e a Sogra) mesmo na ausência de fala, ganham voz e se afirmam como instância ou perspectiva.

Vejamos abaixo duas tabelas, no qual se distinguem os *referentes não pontualizados* (I) e os *referentes pontualizados* (II):

(I) - **Referentes Não Pontualizados** indicando **PDV afirmado** do narrador-personagem

Linha	Referente	Expressão nominal anafórica
15	[a vida na casa dos pais com todo <i>conforto e comodidade</i> , incluindo a presença da mãe para fazer as atividades domésticas]	<i>esta moleza</i>
33	[pedir utensílios emprestados para o almoço de dia da sogra e ter que comemorá-lo]	<i>esse problema</i>
41	[na próxima encarnação o deputado que inventou o dia da sogra <i>tenha 26 sogras</i>]	<i>o meu pedido</i>
82	[a <i>atenção</i> e a compaixão da amiga em partilhar dos conflitos familiares de Beatriz]	<i>a paciência</i>
2	[a comunicação de Beatriz com a amiga]	<i>este bilhete</i>
84	[a presença da amiga no almoço de dia da sogra]	<i>uma coisa dessas</i>
85	[o fato de não ter sogra, nem ter que fazer almoço de comemoração por esse dia]	<i>a sua boa sorte</i>
Linha	Referente	Expressão nominal catafórica
23	[o pedido que Beatriz faz à amiga por ocasião do dia da sogra]	<i>este transe doloroso</i>
67	[a atitude do marido em dizer que o presente, comprado por Beatriz com muito sacrifício, foi comprado por ele]	<i>uma postura absolutamente imoral</i>

(II) - **Referentes Pontualizados** indicando o **jogo dos PDV**

Linha	Referente	Expressão nominal	PDV
36	Sogra	<i>uma sogra especial</i>	PDV afirmado de Beatriz
56		<i>a avó</i>	<i>PDV narrado de Lucinha</i>
		<i>a velha</i>	
		<i>a melhor sogra do mundo</i>	
78			<i>PDV representado de Rogério</i>
57	Lucinha	<i>uma neta canibal</i>	<i>PDV representado da Sogra</i>
12	Rogério	<i>o pai</i>	<i>PDV narrado de Paulo Sérgio</i>
10	Paulo Sérgio	<i>esse menino</i>	PDV afirmado de Beatriz
		<i>Menino de 26 anos</i>	
74	Beatriz	<i>a besta</i>	
80	Ana Paula	<i>grande Ana Paula</i>	
81		<i>grande exemplo de mulher</i>	
68	perfumes	<i>algum que não se encontra aqui</i>	
71		<i>Esses malditos frasquinhos de xixi de gringo</i>	
73		<i>o presente</i>	
7	bilhete	<i>este pedido</i>	<i>PDV afirmado de Beatriz</i>

Observando as duas tabelas, é possível perceber que o ponto de vista dominante é o do narrador-personagem, que escreve um bilhete à amiga, na verdade uma carta (atenção à ironia). “Neste transe doloroso”, ao pedir-lhe socorro para o almoço do dia da sogra, a personagem Beatriz acaba fazendo confissões muito íntimas a respeito de sua convivência familiar. É neste desabafo que as demais personagens vão se constituindo como perspectiva, da qual a Beatriz se aproveita para configurar seu ponto de vista. O *PDV representado* e o *PDV narrado* nesta crônica, conforme tabela (2), evidenciam que a perspectiva dos outros personagens é reportada pelo narrador, já que não há *PDV afirmado* de nenhum deles. Isto implica dizer que a combinação dos PDV nesta crônica funciona como orientação argumentativa para reforçar o ponto de vista de Beatriz e nos persuadir do problema e aflição que é o almoço do dia da sogra e ter uma sogra tão desagradável, assim como da relação que a velha estabelece com a Lucinha – “uma neta canibal”, do marido que “força a barra” no convívio de Beatriz com a sogra – “a melhor sogra do mundo”, da admiração que ela sente pela ex do marido “grande exemplo de mulher” e do desgosto pelo filho de 26 anos – “esse menino”.

E desta orientação argumentativa também participam as expressões nominais indefinidas com função predicativa, como é o caso de: i) “uma tortura medieval” (linha 13) e “um alvo cômodo” (linha 15), que indicam *PDV representado* de Paulo Sérgio; ii) “umas cafajestas viciadas” (linha 18) e “uma escrava neurótica” (linha 16), que referem respectivamente as namoradas do Paulo Sérgio e a própria Beatriz, que assim se considera na relação com o filho, “menino de 26 anos”. E ainda, a expressão “um degenerado” (linha 39), na perspectiva de Beatriz, predica atributos para “o sacana do deputado ou vereador” (linha 37) que inventou o dia da sogra. Apesar desse referente não progredir na cadeia referencial, porque após a predicação na linha 39, ele não é mais retomado, isto indica que embora não participe da progressão referencial, a sua apresentação tem um valor argumentativo. Neste caso as expressões “o sacana” e “um degenerado” evidenciam que na perspectiva de Beatriz, o dia da sogra é a pior coisa que alguém pode ter inventado, daí a praga que ela roga para esta criatura.

Encerrando a análise da crônica “Amada Sogra”, passemos a observação da crônica (2) “Gestante”. Nesta crônica, podemos observar o jogo dos PDV de maneira diferente da crônica (1). Embora, seja narrada em primeira pessoa, o que dá maior possibilidade do *PDV afirmado* do narrador predominar, isto não acontece, porque há diálogo na crônica (2), o que permite a outra personagem manifestar *PDV afirmado*.

Linha	CRÔNICA (2) : Gestante
1	<i>Sábado, supermercado supercheio. Entro para comprar três latinhas de</i>
2	<i>cerveja. Dad, alemã, sem álcool.</i>
3	<i>Vou para a “fila de até dez”, que está emperrada porque a mocinha está</i>
4	<i>fechando uma temporada e, para passar para a outra mocinha, tem de dar</i>
5	<i>baixa não sei em quê. Olho as filas normais. Imensas. Gente com dois</i>
6	<i>carrinhos. Alfices convivendo com milhares de papéis higiênicos. Lá no fundo,</i>
7	<i>uma fila. Só um velhinho.</i>
8	<i>E a placa, em cima: gestantes, idosos, deficientes físicos. Dou uma</i>
9	<i>piscada para a mocinha, a mocinha faz um beijo de tudo bem e eu fico ali. Só</i>
10	<i>que chega uma idosa. E gorda e mal-humorada. No que eu me viro para dar</i>
11	<i>lugar a ela, ela ataca:</i>
12	<i>— Está grávida, é?</i>
13	<i>Evidentemente que ela estava a falar comigo e eu não estava grávido.</i>
14	<i>Não tinha nenhum sintoma, até então. Mas a idosa era agressiva e eu resolvi</i>
15	<i>não ceder o lugar para ela. E senti uma certa solidariedade do velhinho que</i>
16	<i>lutava para enxergar o dinheiro dentro da carteira. Fiquei na minha. Mas a</i>
17	<i>idosa estava a fim de briga:</i>
18	<i>— <u>Idoso</u>, meu senhor?</i>
19	<i>Eu ainda calmo:</i>
20	<i>— Não, senhora. <u>Envelhescente.</u></i>
21	<i>Ela ficou pensando na palavra, mas acho que não captou o</i>
22	<i>neologismo. Resolvi olhar as compras dela. Bananas. Milhares, milhões de</i>
23	<i>bananas. E nada mais. E a revista Capricho.</i>
24	<i>E ela caprichou na terceira estocada:</i>
25	<i>— Por acaso o senhor é deficiente físico?</i>
26	<i>E olhou para as minhas pernas que estavam onde sempre estiveram,</i>
27	<i>firme. Fiz cara de triste:</i>
28	<i>— Sou. Infelizmente sou <u>deficiente físico.</u></i>
29	<i>Ela se abalou:</i>
30	<i>— Desculpa, eu não havia percebido. É que sempre tem uns</i>
31	<i>malandros, sabe? Uns espertinhos.</i>
32	<i>Eu fiquei quieto. Ela me cedeu a vez. Coloquei as cervejas em cima da</i>
33	<i>mesa. Mas ela curiosa:</i>
34	<i>— De nascença?</i>
35	<i>— É, sim senhora. Os dentes. Está vendo os meus dentes? São pra</i>
36	<i>frente. Isso é uma deficiência física, não é?</i>
37	<i>Ela quase chamou o gerente:</i>
38	<i>— <u>Engraçadinho...</u></i>
39	<i>E eu:</i>
40	<i>— E tem mais: meu fígado é deficiente físico. Está despedaçado. Meu</i>
41	<i>pulmão, não é de hoje. Completamente deficiente. E, se a senhora quiser,</i>
42	<i>tenho uma unha encravada fisicamente deficiente.</i>
43	<i>— Não estou achando <u>a menor graça!</u></i>
44	<i>— E a vista? Está escrito na minha carteira de motorista: deficiente</i>
45	<i>visual! Escuto pouco, minha senhora. Tenho essa deficiência também: auditiva.</i>
46	<i>— Você é <u>um idiota.</u> Vou falar com o gerente.</i>
47	<i>E partiu. Paguei a minha conta, estava saindo quando ela chega com o</i>
48	<i>gerente. Ela já havia infernizado o rapazinho, que veio por educação mesmo.</i>
49	

50	O gerente:
51	— Por favor, o que está acontecendo?
52	Eu:
53	— É essa senhora , seu gerente. Além de idosa, <u>deficiente física</u> !
54	— Eu? <u>Deficiente física</u> ?
55	— Claro, ou a senhora estava na fila porque é gestante? Que eu saiba,
56	ninguém engravida com bananas. Ainda mais verdes e duras como essas!
57	Fomos todos para a delegacia. A mulher era <u>delegada aposentada</u> .
58	Desacato à autoridade . Documentos. A mulher era mais jovem do que eu, já
59	na envelhecimento. Tava era acabada mesmo! Porque, gestante, não era. Nem
60	idosa.
61	Devia ser, como eu, <u>deficiente física. E mental</u> .
62	E o gerente aproveitou:
63	— Tem só um detalhe, minha senhora. A senhora não pagou as
64	bananas.
65	Te poupo do que ela disse para o rapazinho fazer com as bananas
66	duras e verdes.
(PRATA, Mário. <i>MinhasTudo</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.)	

Na crônica “Gestante”, o diálogo entre a mulher e o narrador- personagem possibilita a construção dos PDV, assim como a intervenção que o narrador opera na condução dos fatos, momento em que ele parece dialogar com nós leitores. O mau humor e a inquietação da mulher é o ponto de partida para o estabelecimento do conflito entre as personagens, o que é feito pelo deboche da mulher, ao perguntar ao narrador se ele estava grávido. Com muito bom humor, ele se aproveita da situação e passa a ridicularizar “a idosa”, que tem um carrinho com milhares de bananas e uma revista de adolescente. Disso resultam as atribuições que o narrador faz a si (“envelhescente” e “deficiente físico”), bem como o seu empenho em argumentar a favor de todas as suas deficiências, que na perspectiva da mulher não fazem “a menor graça” (expressão nominal com função predicativa). Assim, ela o rotula ironicamente de “engraçadinho” e conclui que ele, na verdade, é “um idiota”. Quando a situação se complica, o gerente é chamado, mas como “o rapazinho” não tem condições de resolver o caso (essa expressão nominal reduz a importância do gerente), todos vão para a delegacia, onde é revelada a verdadeira identidade da “envelhescente”, uma “delegada aposentada”, que não era nem gestante, nem idosa, mas deficiente física e mental como o próprio narrador.

O quadro abaixo esquematiza os referentes e atribuições desta crônica, e respectivos PDV. Chama atenção a presença marcante das expressões nominais com

função predicativa e o *PDV representado* do narrador, pois através do diálogo, é possível a outra personagem retomar a expressão e o ponto de vista do narrador.

Linha	Expressão nominal com função referencial	Referente	Operação	PDV
14	<i>A idosa</i>	Mulher	Correferência anafórica	<i>PDV afirmado do narrador</i>
53	<i>Essa senhora</i>		Recategorização anafórica	
58	<i>A autoridade</i>			
	Expressão nominal com função predicativa		PDV	
61	<i>Deficiente física e mental</i>	Mulher	<i>PDV afirmado do narrador</i>	
54	<i>Deficiente física</i>		<i>PDV representado do narrador</i>	
18	<i>Idoso</i>	Narrador	<i>PDV afirmado da mulher</i>	
38	<i>Engraçadinho</i>			
47	<i>Um idiota</i>			
61	<i>Deficiente físico e mental</i>		<i>PDV afirmado do narrador</i>	
20	<i>Envelhescente</i>			
43	<i>A menor graça</i>	[atitude do narrador]	<i>PDV afirmado da mulher</i>	
Linha	Expressão nominal com função referencial	Referente	Operação	PDV
24	<i>A terceira estocada</i>	[inconveniência da mulher]	catáfora	<i>PDV afirmado do narrador</i>

As expressões nominais indefinidas, “uns espertinhos” e “uns malandros” (linha 31), não aparecem no quadro acima, mas referem indiretamente ao narrador indicando o ponto de vista da mulher sobre todas aquelas que se aproveitam da fila de deficiente físico. Desse modo, a referência é indireta, porque a propriedade selecionada (ser malandro e espertinho) rotula uma classe, na qual, na verdade, ambos os personagens estão inseridos. Outra expressão que não aparece no quadro é “o neologismo” (linha 22), que recategoriza a palavra *envelhescente*. Por essa expressão, o narrador chama atenção para a reação da senhora diante dessa tão nova categoria etária, que surpreende a mulher.

Conforme vimos na crônica (1), os *referentes não pontualizados* indicam o *PDV afirmado* do narrador-personagem, enquanto que os *referentes pontualizados* indicam

não somente o ponto de vista dessa instância, mas também o ponto de vista das demais personagens, evidenciando a polifonia. Contudo, na crônica (3) “Homem no Mar”, que finaliza as análises deste trabalho, não é possível perceber o jogo dos PDV e em decorrência disso todas as expressões nominais apontam para o *PDV afirmado* do narrador, “um desconhecido”, que da varanda de seu apartamento observa um movimento no mar e passa a dialogar, ainda que no silêncio, com esse elemento de contemplação. É por esse diálogo solitário que poeticamente as duas instâncias são configuradas: o narrador-observador, eu-lírico em plena comoção e o “nobre animal”, o “correto irmão”, o “desconhecido”, alvo de toda admiração, tema e motivo da própria crônica.

Linha	CRÔNICA (3): Homem no Mar
1 2 3 4	<i>De minha varanda vejo, entre arvores e telhados, o mar. Não há ninguém na praia, que resplende ao sol. O vento é nordeste e vai tangendo, aqui e ali, no belo azul das águas, pequenas espumas que marcham alguns segundos e morrem, como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda é verde.</i>
5 6 7 8 9 10	<i>Mas percebo um movimento em um ponto do mar; é um homem nadando. Ele nada a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes; nada a favor das águas e do vento, e as pequenas espumas que nascem e morrem parecem ir mais depressa que ele. Justo: espumas são leves, não são feitas de nada, toda sua substância é água e vento e luz, e o homem tem sua carne, seus ossos, seu coração, todo seu corpo a transportar na água.</i>
11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23	<i>Ele usa os músculos com uma calma energia; avança. Certamente não suspeita de que um desconhecido o vê e o admira porque ele está nadando na praia deserta. Não sei de onde vem essa admiração, mas encontro n esse homem uma nobreza calma, sinto-me solidário com ele, acompanhando seu esforço solitário como se ele estivesse cumprindo uma bela missão. Já nadou em minha presença uns trezentos metros; antes, não sei; duas vezes o perdi de vista, quando ele passou atrás das árvores, mas esperei com toda confiança que reaparecesse sua cabeça, e o movimento alternado dos seus braços. Mais uns cinquenta metros, e o perderei de vista, pois um telhado o esconderá. Que ele nade bem esses cinquenta ou sessenta metros; isto me parece importante; é preciso que conserve a mesma batida de sua braçada, e que eu o veja desaparecer assim como o vi aparecer, no mesmo rumo, no mesmo ritmo, forte, lento, sereno. Será perfeito; a imagem desse homem me faz bem.</i>
24 25 26 27 28 29 30	<i>É apenas a imagem de um homem, e eu não poderia saber sua idade, nem sua cor, nem os traços de sua cara. Estou solidário com ele, e espero que ele esteja comigo. Que ele atinja o telhado vermelho, e então eu poderei sair da varanda tranqüilo, pensando - “vi um homem sozinho, nadando no mar; quando o vi ele já estava nadando; acompanhei-o com atenção durante todo o tempo, e testemunho que ele nadou sempre com firmeza e correção; esperei que ele atingisse um telhado vermelho, e ele o atingiu”.</i>
31 32	<i>Agora não sou mais responsável por ele; cumpri o meu dever, e ele cumpriu o seu. Admiro-o. Não consigo saber em que reside, para mim, a</i>

33	grandeza de sua tarefa; ele não estava fazendo nenhum gesto a favor de
34	alguém, nem construindo algo de útil; mas certamente fazia uma coisa bela , e
35	fazia de um modo puro e viril.
36	Não desço para ir esperá-lo na praia e lhe apertar a mão; mas dou meu
37	silencioso apoio, minha atenção e minha estima a esse desconhecido, a
38	esse nobre animal, a esse homem, a esse correto irmão.
(BRAGA, Rubem. <i>A Cidade e a Roça</i> . Editora do Autor: Rio de Janeiro, 1964)	

Através das expressões nominais, o narrador constrói argumentos, a fim de nos persuadir, fazendo-nos partilhar da sensação que ele vive, do sentimento despertado por um acontecimento tão banal, que no texto adquire o estatuto de coisa bela, grande missão. Disso decorrem as expressões: “uma bela missão”, “uma coisa bela”, “a grandeza de sua tarefa”. Nesse sentido, o objeto designado não é apenas um homem, “esse desconhecido”, que tem sua *carne, seus ossos, seu coração e todo seu corpo a transportar na água*, mas uma imagem (“a imagem desse homem”), “um movimento em um ponto do mar”, que em virtude da **emoção** (“essa admiração”) sentida pelo narrador e da *responsabilidade* (“o meu dever”, “meu silencioso apoio”, “minha estima” e “minha atenção”) que ele assume perante o desconhecido, torna-se “esse nobre animal”, “esse correto irmão”.

Podemos assinalar quatro referentes de maior saliência no encadeamento referencial desta crônica: o *nadador*, o *nado*, o *sentimento* do observador e seu *compromisso* com o desconhecido. A organização e disposição desses objetos-de-discurso criam relações de dependência semântica, assim como arquitetam e dão continuidade ao tema desenvolvido. Nesse sentido, o compromisso do observador não pode ser interpretado sem a consideração do sentimento que ele vive, despertado por um homem qualquer, que simplesmente nada. O modo de apresentação e a progressão desses e dos demais referentes contribuem para o estabelecimento da coesão e da coerência, bem como para o andamento do tópico e a construção do ponto de vista.

Dentre esses quatro referentes, o único que se apresenta pontualizado é o nadador, os demais rotulam partes ou designam informações já conhecidas no texto. É interessante observar que ao ser introduzido por uma expressão nominal indefinida o referente “um movimento em um ponto do mar”, imediatamente sofre uma atribuição por uma expressão nominal indefinida com função predicativa: “...é um homem nadando.”

(linha 5); e em seguida esta predicação fornece subsídio para uma nova referência: “o homem” (linha 9). Deste modo, o referente se desenvolve, passando de “um movimento” para “o homem”, finalizando a cadeia coesiva por “esse correto irmão”. A progressão do referente mostra que há por trás dessas rotulações um centro de perspectiva, neste caso, um observador emocionado que faz valer sua comoção, expondo, na verdade, um ponto de vista sobre a imagem desse homem.

Na constituição dessa imagem, merece atenção o primeiro parágrafo da crônica, no qual está esboçado o cenário, onde o homem é avistado. Este quadro serve de pano de fundo (e por que não de inspiração?) para a explosão poética do narrador e a preparação dos argumentos. E apesar de ser fortemente descritivo, como evidenciam as predicções (verbo de ligação + adjetivo) e as comparações, ele é fundamentalmente argumentativo, porque visa chamar atenção do leitor para o ponto de vista que está sendo construído.

Por essa atitude de marcar seu ponto de vista, o observador, não apenas configura a imagem do homem, mas também expõe sua própria identidade, afirmando-se como um observador emotivo. O único momento em que é possível perceber a inserção da perspectiva do homem é quando o narrador designa ele próprio de “um desconhecido”. Esta expressão nominal não progride e é utilizada pelo narrador para rotular a si na perspectiva do outro, o que não permite ao homem falar de si, mas apenas ao observador falar da relação que trava com o homem.

Pelo fato de não haver *PDV representado* do homem (não há ponto de vista reportado, já que o observador nada sabe a respeito do nadador, exceto aquela visão), a este não é permitido configurar a si, isto é, marcar seu ponto de vista sobre si mesmo e sobre sua atitude, o que poderia não coincidir com o que é revelado na crônica. Talvez o homem achasse tudo aquilo uma chatice, fizesse aquilo por obrigação, estivesse desolado, bêbado, cumprindo uma aposta etc, e não julgasse a si da mesma forma que o observador o interpreta. Isto confirma a idéia de que objetos-de-discurso não são fixos e apriorísticos, mas são construídos no discurso a partir de um ponto de vista, uma perspectiva, porque há que se considerar a interpretação do sujeito nessa mediação simbólica.

Neste capítulo, não avaliamos quantitativa nossa proposta de análise e por isso não tivemos como meta analisar um grande percentual de crônicas, para dizer com maior segurança a mesma coisa. Conforme vimos, nosso empenho resultou na seleção de um

número reduzido de crônicas, contudo relevantes, a fim de que pudéssemos abarcar aspectos diferentes na construção do ponto de vista pelas expressões nominais.

Nosso objetivo, ao analisar a crônica (1) “Amada sogrinha” foi mostrar o caráter polifônico das expressões nominais para a construção do ponto de vista, ou seja, mostrar que a polifonia, através do jogo dos PDV, é um espaço privilegiado para a argumentação. Por outro lado, a análise da crônica (3) “Homem no mar”, evidencia que esse caráter pode ser constitutivo, mas não essencial, pois o ponto de vista na narrativa pode ser apenas a expressão de um sujeito em comoção, fazendo valer seus sentimentos e buscando com quem partilhar da sensação vivida, não sendo necessariamente um jogo de vozes.

Diferente do que acontece na crônica (1), a personagem alvo de comoção na crônica (3) não é um estereótipo ou tipo social, como a sogra, mas uma entidade, sobre quem não dispomos de saberes, e por isso é captada e construída no próprio ato de referenciação. O que é um homem nadando no mar? Um cidadão comum sem muito a sugerir ou nos dizer, mas que na crônica torna-se um nobre animal, um correto irmão. E o que é ou o que representa uma sogra? Esta figura social, ao contrário, desperta de imediato opiniões desagradáveis, coletivamente construídas e cristalizadas por uma série de dizeres negativos, que fazem dela um estereótipo: “é uma santa, pena não estar no céu”, “gosto de minha sogra que nem cerveja, gelada e na mesa”, “se sogra fosse bom, Jesus não tinha morrido solteiro” ⁷²etc. Na crônica (1), então, os personagens e suas relações são constituídas em função do saber coletivo a respeito do lugar-comum sogra, e dos conflitos familiares que esta figura provoca, enquanto que na crônica (3), isto se dá em função de uma comoção particular. Como o PDV afirmado é predominante nesta crônica, isto afirma que as expressões nominais nem sempre são polifônicas e que a combinação dos PDV não é fundamental para a construção do ponto de vista.

Por sua vez, a crônica (2) “Gestante” se destaca pelo fato da progressão referencial ser uma progressão de duas vozes, na qual se vislumbra a encenação de duas perspectivas. O encadeamento referencial é construído na disputa pela afirmação de determinado ponto de vista, fazendo valer seus argumentos. É evidente que a narrativa em primeira pessoa colabora para que o PDV do narrador domine e por isso o desfecho seja triunfal a seu respeito, o que faz valer as ironias, marcando a própria crítica do autor, escondido por detrás do narrador. Com isto, mesmo que a personagem tenha voz, como ocorre na crônica (1) ou tenha voz e vez, como acontece na crônica (2), há sempre uma perspectiva que predomina. A crônica (3) é a mais representativa nesse

⁷² Ditado popular

predomínio. Portanto, independente do modo pelo qual o PDV se apresenta, seja na combinação do *PDV afirmado*, do *PDV representado* e do *PDV narrado*, seja na presença de um só, como revelam as expressões nominais, haverá, através da seleção e articulação dos objetos-de-discurso, a construção do ponto de vista, que podemos chamar externo, porque remete ao autor, isto é, a instância crítica manipuladora dos PDV.

Considerações finais

É chegado o momento de avaliação do nosso trabalho e para isso ressaltaremos aspectos que se sobressaíram ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa. Estes aspectos são alusivos à emersão e configuração das instâncias narrativas, à perspectiva orientadora da crítica, ao jogo dos PDV e à polifonia.

O PDV afirmado do narrador, sendo uma constante no gênero aqui analisado, evidencia, a “revalorização radical do narrador” por essa auto-autorização de intervenção”. Essa autorização propicia a saliência de um observador crítico, que seleciona, interpreta, articula e apresenta os objetos-de-discurso para construção do ponto de vista. E este observador, embora seja uma instância ficcional, faz valer a crítica do autor, arquitetando argumentos e orquestrando vozes ou pontos de vista em favor dessa crítica. Na crônica, o produtor não precisa aparecer para expressar sua crítica, como em outros gêneros argumentativos e, por esse motivo, sendo um encenador, o autor apenas põe em cena suas personagens, dirigindo cada qual no seu papel, para configuração do ponto de vista.

Mesmo que essa encenação seja estruturada por um jogo interno de pontos de vista, que identificam as personagens, como atesta a combinação dos PDV, sempre haverá uma perspectiva predominante, em função da qual os argumentos são formulados e os PDV coordenados. Por outro lado, essa polifonia interna, captada pelo jogo dos PDV, não é condição necessária para a construção do ponto de vista. Conforme a análise da crônica “Homem no Mar”, as expressões nominais nem sempre são indício de polifonia, porque sua apresentação e progressão não necessariamente vão reportar ou apontar para um ponto de vista que não coincide com o enunciador. A introdução e a condução dessas expressões podem apenas indicar o ponto de vista da própria instância que fala. No caso desta crônica, o enunciador expressa sua comoção, mas sem o compromisso de incorporar outras perspectivas e com elas dialogar, travando certa disputa, para fazer triunfar uma posição (geralmente a do narrador ou do narrador-personagem), da qual partem certos efeitos de sentido, por exemplo, a ironia, como acontece nas crônicas “Gestante” e “Amada Sogrinha”. Acreditamos que o fato de a polifonia interna não ser imprescindível particulariza um aspecto da construção do ponto de vista na crônica de ficção, já que no opinativo propriamente dito, essa característica de disputar com o outro, reportando seu ponto de vista, é evidente e constitutiva desses gêneros.

No que diz respeito às expressões nominais que indiciam polifonia, podemos dizer que é possível um referente ser retomado sem que haja recategorização, pois não é obrigatoriamente necessário formular uma outra expressão nominal, que designe o objeto-de-discurso por um novo arranjo lexical para representar um PDV. Dessa maneira, a operação de correferência também pode indicar polifonia e por esse motivo, a ironia é também percebida pela repetição, bastando apenas que a retomada seja feita por uma outra voz.

Embora nosso foco de análise tenham sido as expressões nominais com função referencial, a frequência das expressões nominais com função predicativa merece consideração. Mesmo que o objeto não seja retomado, as expressões nominais predicativas colaboram para atribuir significações ao referente, complementando o sentido da expressão nominal referencial. Dessa forma, as predicções funcionam como argumentos, ajudando a conceituar o referente, esclarecendo sua elaboração conceitual. E quando uma expressão nominal referencial não retoma uma predicação, como acontece na crônica *Amada Sogrinha*, na qual a expressão “um degenerado” apenas predica “o sacana do deputado”, que não mais reaparece no texto, isto implica dizer que o referente assume um papel periférico na orientação interpretativa, servindo como argumento ou subsídio para reforçar uma posição central sobre o tema tratado. Assim, não é apenas na retomada que o PDV se mostra, porém, é através desse movimento retrospectivo, que favorece a progressão textual, permitindo a continuidade tópica, que o PDV é consolidado.

O modo de apresentação do referente, seu desenvolvimento e articulação com outros referentes mostram que a construção do ponto de vista na narrativa é um meio de afirmar identidades e configurar instâncias. E essa afirmação diz respeito não apenas à figura do produtor, origem da crítica, mas das próprias criaturas de papel, que assinalam diferentes modos de ver e compreender o real cotidiano. Além disso, a construção do ponto de vista reforça a idéia de que os referentes não se apresentam unicamente em estado de dicionário, nem são entidades apriorísticas de espelhamento da realidade, mas são *objetos-de-discuso*, porque nele se desenvolvem para a realização de um projeto de dizer.

Nesse sentido, analisar a construção do ponto de vista por meio das expressões nominais possibilita mostrar que a crônica, no seu compromisso de divertir ou emocionar, revela o outro, seja como objeto de contemplação, seja através de saberes disponíveis e partilhados. Por isso, há na crônica um já-dito e imagens de si e do outro, que compõem

de modo particular o seu universo discursivo, atrelado ao mundo do dia a dia, pois não podemos esquecer que, por trás de toda a narração, há o autor. E esses dizeres, expostos a uma interpretação, na crônica literária, são reconfigurados pelo produtor, que na condição de criador e responsável, constrói personagens e realidades, e (re)cria discursos, que revelam (e justificam) seu comportamento, suas atitudes, e ao mesmo tempo determinam as suas relações, pela dinâmica dos PDV.

Referências Bibliográficas

- APOTHÉLOZ, D. e CHANET, C. (1997). Défini e demonstrative dans nominalisations. In: DE MULDER, Walter e Carl Vetters (eds.). (1997). *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi. P: 159-186.
- APOTHÉLOZ, D. e REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (1995). Construction de la référence et strategies de designation. In.: BERRENDONNER, A .e REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds) .(1995). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. SN complexes, nominalisation, anaphores. Neuchâtel: Institut de Linguistique de l'Université de Neuchâtel. p:9-39.
- APOTHÉLOZ, D. e REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (1999). Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. In: *Journal of Pragmatics* 31(1999), p. 363-397.
- BAKHTIN, M. [1929].(1997). *Problemas da poética de Dostoiévsky*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2ed.
- _____. [1929]. (2000). *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BERRENDONER, A. Quelques notions utiles à la sémantique des descripteurs nominaux. In: BERRENDONNER, A .e REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds) .(1995). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. SN complexes, nominalisation, anaphores. Neuchâtel: Institut de Linguistique de l'Université de Neuchâtel. p:227-271.
- BONOLI, L. (2000). Fiction e connaissance: de la représentation à la construction. *Poétique*, 124: pp. 485-501.
- CONTE, Maria-Elizabeth.(1996). *Encapsulamento Anafórico*. Belgian Journal of linguistics, 10. p.1-10. (Trad. Mônica Cavalcanti)
- DE MULDER, W. (1990) Anaphore definie versus anaphore demonstrative: un probleme semantique?. In: KLEIBER, G. e TYVAERT, J-E.(1990). *L'anaphore et sens domaines*. Metz: Faculté des Lettres e Sciences Humaines. p. 143-158.
- FRANCIS, G. (1986). *Anaforic Nouns*. Birmingham: English Learning Research.
- _____. (1994). Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. (ed.).(1994). *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge. p.83-101.
- GOLLUT, J-D. e ZUFFEREY, J. (2000). *Construire un monde: les phrases initiales de La Comédie Humaine*. Lausanne, Paris, Delachaux e Niestlé.

- ISER, W. (1999). *O ato da leitura: uma teoria estética do efeito*. São Paulo; Editora 34. v.1
- KOCH, I. G. V. (1986). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1994). O funcionamento polifônico da argumentação. *Investigações*, 4: pp.31-36.
- _____. (1999). Expressões referenciais definidas e sua função textual. In: DUARTE, L.P. (org.). *Para sempre em mim: homenagem à Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC, pp.138-150.
- _____. (1999). *Estratégias de processamento textual*. Unicamp. (mimeo)
- _____. (2000). *Cognição e processamento textual*. Unicamp (mimeo)
- _____. (2001). A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41: pp.75-90.
- _____. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- KOCH, I. G. V. e MARCUSCHI, L. A. (1998). Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, 14, no especial: pp.169-190.
- MARCUSCHI, L. A. . (2000). *Quando a referência é uma inferência*. Recife (mimeo)
- _____. (2000). Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. (mimeo)
- _____. (2001). Atos de referenciação na interação face a face. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41: pp.37-54.
- MARCUSCHI, L.A.; KOCH, I. G. V. (1997). Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M.B. (org.). *Gramática do Português falado*, v. VIII. Campinas: UNICAMP/FAPESP, no prelo.
- MOIRAND, S. (1975). Le rôle anaphorique de la nominalisation dans la presse écrite. In: PEYTARD, J. e PORCHER, L. *Langue Française: texts et discours non littéraires*. Paris, Larousse. pp. 60-78.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. (1995). Construction des objets de discours et categorization: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A .e REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds) .(1995). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. SN complexes, nominalisation, anaphores. Neuchâtel: Institut de Linguistique de l'Université de Neuchâtel. p: 273-302.
- MONDADA, L. (1994). *Verbalization de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique da la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne.
- _____. (2001). Gestion du topic e organisation de la conversation. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41: pp. 7-36.

- NONNON, E. (1996). Activités argumentatives et élaboration de connaissances nouvelles: le dialogue comme espace d'exploration. *Langue Française*, 112: pp.67-87.
- PERELMAN, C. (1996). *O império retórico: retórica e argumentação*. Porto: Edições Asa.
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS- TYTECA, L. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Martins Fontes: São Paulo.
- PLANTIN, C. (1996). Le trilogue argumentative. Présentation du modèle, analyse de cas. *Langue Française*, 112: pp. 9 - 30.
- PORTINE, H. (1981). Un récit dans l'argumentation. *Langue Française*, 50: pp. 75 – 90.
- _____. (1983). *L'argumentation écrite: expression e communication*. Paris: Hachette.
- RABATEL, A. (1997). L'introuvable focalisation externe: de la subordination de la vision externe au point de vue du personnage au point de vue du narrateur. *Littérature*, 107: pp. 88-113. Paris, Larousse.
- _____. (1998). *La construction textuelle du point de vue*. Lausanne, Paris, Delachaux e Niestlé.
- _____. (2000a). Cas de belligérance entre perspectives du narrateur et du personnage: neutralisation ou mise en résonance des points de vue? *LINX*, 43: pp.103-120. Université de Paris X/Nanterre.
- _____. (2000b). Valeurs représentative et énonciative du "présentatif" c'est et marquage du point de vue. *Langue Française*, 128: pp.52-73.
- _____. (2001a). Fondus enchaînés énonciatifs: scénographie énonciative et point de vue. *Poétique* 126: pp.151-173. Paris, Seuil.
- _____. (2001b). Les représentations de la parole intérieure: monologue intérieur, discours direct et indirect libres, point de vue. *Langue Française*, 132 : pp. 72-95.

Anexos

Criado-mudo

Tudo começou quando resolvi mudar do décimo para o quarto andar, aqui mesmo neste edifício da alameda Franca. Um carrinho de supermercado seria suficiente queria fazer lá embaixo um lar, já que isso aqui virou um vício. E, como todo vício, tesão.

Lá no quarto andar, tem quatro apartamentos.

Eu não conhecia ainda os vizinhos quando o fato de seu. Passei o dia levando coisas lá para baixo. Há dois dias faço isso ajudado pela Cristina.

Uma das últimas viagens e lá ia eu – com a Cris ao lado – descendo pelo elevador. Carregávamos o criado-mudo. O criado-mudo tem uma gavetinha

Quando a porta se abriu, tinham duas famílias esperando. Meus vizinhos. Pai, mãe, crianças e até uma avó. Foi quando eu estendi o braço para me apresentar como o novo vizinho que tudo aconteceu. E foi muito rápido. Muito.

Quando eu tirei a mão do movelzinho para cumprimentar aqueles que agora são meus vizinhos, a gevetinha deslizou. Eu ainda tentei uma gingada com o corpo para ver se evitava a catástrofe, mas não adiantou. A filha da puta estava indo para o chão, lisa como o quiabo.

Estava indo para o chão com tudo dentro. E não existe nada mais indiscreto do que uma gavetinha de criado-mudo de um homem que mora sozinho. Ou mesmo que não more. Ali você vai jogando coisinhas, papéis. Coisas, enfim. Coisas que só têm um destino na vida: a gavetinha do criado-mudo.

Entre a danada escapar do móvel e esparramar tudo pelo chão não devem ter sido nem dois segundos. Mas estes dois segundos foram sofridos. Neste pedacinho de tempo, tentei, em vão, me lembrar do que era que tinha lá dentro e, conseqüentemente, toda a vizinhança ia ver. Além da Cristina.

Não deu outra. A gaveta caiu de quina e tudo voou de cabeça pra cima, tudo querendo se mostrar. Ar livre. Há quanto tempo aquilo tudo não via a luz do dia, já que ficavam debaixo do abajur lilás? E não ficou tudo amontoadinho, não. O material se esparramou legal pelo hall. Diante do que vi no primeiro bater de olhos, a idéia foi pular em cima e cobrir tudo com o corpo até todo mundo sumir dali.

Sim, na gavetinha do criado-mudo a gente joga tudo. Pelos meus cálculos, devia ter coisas ali dos últimos cinco anos. Que, é claro, eu não saberia dizer. Eu não tinha idéia do que é que estava indo ao chão e aos olhos da vizinhança estupefata.

Um pedaço da minha vida estava ali, no chão, sujeito à visita pública. Uma vergonha. E o pior é que não dava para pegar tudo de uma vez. Teve pilha que rolou escada abaixo. Moedinhas rodopiavam sem parar, fazendo aquele barulhinho.

A primeira coisa que a Cristina recolheu foi um par de brincos douradérrimos. Que não era dela. E eu não ia explicar ali que eu não tinha a menor idéia de quem fosse. Podia estar ali há cinco, seis anos. As crianças olharam para três camisinhas e deram-se sorrisos cúmplices. Não foi este o olhar da Cris.

Aquele pequeno despertador quebrou o vidro. Estava parado às 10 e 10 do dia 23, sabe-se lá de que mês ou ano. Três edições da Playboy. Velhas. Uma da Tiazinha. Constrangimento. Pra minha sorte, bem ao lado caiu a História da Filosofia, de I. Khlyabich. E o livro daquela jovem namorada do Sallinger, do Apanhador no Campo de

Centeio. Amenizou um pouco. Trata-se de um masturbador de campo de pentelhos. E as camisinhas eram de 98 que eu... deixa pra lá.

Tinha o menu da minha aula de culinária de março. Naquele dia aprendi a fazer crepe de pancetta e brie, coma a professora Bia Braga, junto com o Frei Betto, aluno também.

Tinha procurado tanto o Guia de Acesso Rápido do celular. Tava lá. Agora eu ia aprender a apagar os telefones vencidos da caixa.

Meu Deus, o que é aquilo no pé do garoto? Viagra! E o filho da puta pegou e mostrou para o pai que me olhou com pena, com dó: tão jovem e...

Tive que dar explicações.

— Hehe, é o Jair, que é do 103, psicanalista, amostra grátis, aí. Tem dois.

Já ia dar uma explicação da explicação da experiência que tinha tido com o que não estava mais ali, mas achei que os pais não iriam ouvir de bom grado, diante das crianças. Viagra é a maior sujeira, posso te garantir.

Acho que não convenci ninguém. Cris, com os alheios brincos na mão, escondeu o viagra. Vexame total. Mas isso era só o começo da minha vida esparramada no chão de mármore.

— a conta da compra do computador que eu dei para minha irmã;

— duas pilhas duracell que jamais saberemos se estão boas ou usadas.

Esse problema de pilhas soltas me enlouquece.

— sabe aquelas moedinhas para orelhão, que não funcionam mais? Várias.

— um exemplar velho da Veja, com a manchete: Separação!;

— uma foto minha com a Manuela Teixeira, jovem atriz, abraçados na porta do Ritz (isso foi há dois anos fui logo explicando);

— uma cartela de Lexotan, uma de Frontal e uma de Zolof. Pronto, os vizinhos não teriam mais dúvidas. Um louco deprimido se aproximava;

— quatro canetas bic que eu duvido que funcionem;

— um marca páginas do livro de Luiz Ruffato. Aliás, belo livro;

— um talão da zona azul intacto;

— uma capinha de celular que eu comprei há uns quatro anos e não serviu;

— uma caneta dessas de marcar textos de livros, aquela amarela, sabe? Seca, é claro;

— uma foto do Joaquim, filho da Luciana, vestido de Batman. O menino já é quase adolescente. Deve ser foto de uns cinco anos;

— um tubo de Redoxon, vencido há várias gripes;

— um lápis sem ponta. Alias dois;

— os originais do próximo lançamento do Cony, "Pilatos", que estavam ali para eu fazer a orelha;

— um papelzinho com um telefone que jamais saberemos de quem é;

— outro papelzinho com outro telefone (procurei tanto...Agora não vai mais adiantar);

— um benjamim

— duas tomadas de telefone, aquela quadradinha que você enfia aquele quadradinho menor;

— os originais da peça da minha exemplo-mulher Marta Góes, "Um Porto para Elizabeth Bishop";

— um tubo (suspeitíssimo) de hipoglós;

— mais uma cartelinha (quase vazia) de Frontal;

— um disquete de computador com nada escrito nele. O que pode ter aqui?;

— um par de óculos escuros que nunca foram meus;

- uma pulseira feminina e muito cafona que jamais me lembrarei de quem é, mas na hora, ali, ajoelhado no chão disse: “da Maria, minha filha”;
- umas cinco ou seis chaves que nunca saberei que portas abrir;
- moedas do Brasil Uruguai e França. Um dólar;
- dois tubos de KY, que quem sabe o que é pode imaginar o meu ar de sem jeito. E o cara do 43 levava jeito de saber, pela olhadinha que deu para a esposa que ficou vermelhinha. Ela devia gostar de KY;
- um livrinho mandado (e escrito) por um leitor com o nome Ser Gay É Ser Alegre. Como explicar isso de joelhos?;
- e, para encerrar o meu derrame, um papel em branco com um beijo de batom bem no meio. Tentei dizer que era da minha afilhada Maria Shirts, mas não colou;
- e, já que estou contando tudo, um deschavador cheiroso e duas baganinhas já duras.

Fui recolhendo aqui tudo, aqueles pedaços da minha vida e colocando dentro da gavetinha. E me levantei.

Entramos em silêncio no novo apartamento, certo que ia começar uma nova vida ali. Mas logo cheguei à conclusão de que a gente nunca começa nada, a gente continua. Ia continuar a minha vidinha ali. Com aqueles pedaços do passado, uns vizinhos do presente e uns nacos de futuro.

Ajeitei o criado-mudo ao lado da minha cama. Fiquei olhando para o indiscreto móvel que eu achava mudo. Mas que, em dez segundos, contaria cinco anos da minha vida.

Até gostei de ele ter guardado ali dentro, sempre mudo, tantas coisas que eu fiz e falei.

E preso na junção das madeiras, padecia um torturante bandeide.
Usado, como eu.

(PRATA, Mário. *Minhas tudo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 41-46)

Alhos por bugalhos

Dona Izabel, pernambucana, é empregada doméstica, tem 38 anos, um marido e quatro filhos. Trabalhava num edifício chamado New Orleans e ganhava um salário mínimo por mês, o que já é um roubo de quem paga isso para uma senhora ficar na sua casa o dia inteiro, lavando cueca suja, passando calcinhas rendadas e cozinhando comidas que ela nunca vai comer.

Foi quando resolveu levar para a sua casa uma cebola, uma cabeça de alho, um tablete de caldo de carne e uma lata de ervilhas, sem pedir permissão aos patrões, ambos publicitários, aqueles que vivem vendendo alhos por bugalhos.

la saindo calmamente quando foi interceptado pelo patrão e pelo zeloso zelador que estavam de tocaia na garagem à espera da criminosa. Tente imaginar os dois na garagem escondidos da própria empregada, falando baixinho, planejando o ataque. Sendo que, para tanto empenho, o patrão voltou mais cedo do serviço. Maquiavel puro. Anticrime premeditado. Não bastasse a covarde tocaia, chamaram uma viatura da polícia. Não sei se teve algema. Mas foram para a delegacia. O delegado levou a coisa a sério, prendeu a elementa e justificou com uma frase muito bonita:

- Ela vai responder por furto, sim. O flagrante está perfeito e o que ela praticou não é um crime famélico (sic). Este só se caracteriza quando a pessoa é miserável e não tem emprego.

Portanto, para a autoridade de plantão, quem tem emprego de um salário mínimo não é miserável nem famélico; é brasileiro como todo mundo. Já para a cela. Lá, dona Izabel dividiu sua noite com traficantes, ladras e estelionatárias. Boa coisa não deve ter aprendido. No dia seguinte, o juiz corregedor lhe deu liberdade provisória. Voltou para casa e vai responder ao processo em liberdade. Como se essa mulher algum dia vai conseguir paz e liberdade.

Eu perguntaria aos seus patrões se eles nunca roubaram quatro reais. Por exemplo: quando eles compraram um apartamento, ele e o vendedor declararam o preço pago, ou mais baixo, por conta do imposto de renda? Fiquem tranquilos. Todos nós fazemos isso. É normal... Só aí já haveria um roubo de alguns milhares de quatro reais dos cofres públicos e do nosso bolso. Ou, se o apartamento for alugado, no fim do ano ao fazerem a declaração de IR, combinaram alguma coisa com o proprietário para ambos declararem abaixo e, portanto, roubarem? Também é normal, nada pessoal contra vocês.

Quando vamos ao médico ou ao dentista, pagamos com ou sem nota, para usurpamos mais um pouco de nós mesmos? Quando o restaurante erra na conta para menos, alguém reclama? Mesmo que seja apenas 4 reais?

Não conheço o casal e posso estar fazendo mau juízo dos dois. Mas acontece que todos nós cometemos esses pequenos pecados do furto de nós mesmos e da nação. Meu caro casal, sou como vocês e como todos os brasileiros. Também roubamos. Só que ninguém vai dedurar vocês, ou eu ou o nosso leitor. Ninguém vai ficar escondido na penumbra da garagem por causa de quatro reais.

O Brasil ganharia muito mais com vocês dois (e nós todos) se fossem denunciar senador que rouba para montar time de futebol e não para dar um jantar para quatro filhos. Ou dirigentes que têm clube de futebol para roubar até mesmo do associado.

Por que vocês não vão ficar de tocaia na garagem da maioria dos nossos políticos? Ou na garagem do Edir Macedo que sempre chega com sacos cheios de dinheiro alheio em notas miúdas? Por que vocês não vão ficar na porta dos estádios contando o número de pagantes de um jogo de futebol? Posso ir junto com vocês.

Vocês, eu e quem está me lendo agora, somos muito mais ladrões do que a dona Izabel. Ela, pelo menos, rouba para comer. E nós comemos para roubar. Só que nunca nos tocaiaram num cair de tarde, nem chamaram a humilhante viatura policial e nunca dormimos fora do conforto de colchões importados em prédio de nome igualmente importado.

Em tempo: a cebola não era importada, como os nossos carros e nossos sonhos de consumo, nossa mania de querermos ser Primeiro Mundo.

Acho muito difícil a dona Izabel voltar a trabalhar para o casal de publicitários (ou em qualquer outra residência) mas, se isso acontecer, por favor, dêem a ela um salário mais digno. Porque lá em New Orleans, nos Estados Unidos, quem ganha isso por mês, apesar de ouvir boa música, costuma roubar alhos e outros bugalhos. Normal.

É o tal do maléfico famélico.

(Mário Prata, Estadão, 15/05/02)

O mulherão

Mulherão. O Lineu já nem reagia mais quando chamavam a sua nova mulher assim. Às vezes até ajudava.

- Lineu, essa sua mulher é...

- Eu sei. Um mulherão.

- Não, eu ia só dizer que ela é muito...

- Pode dizer. Mulherão. É o que todos dizem.

E o mulherão... Desculpe, a nova mulher do Lineu, era realmente muito bonita. Grande e bonita. Tão grande e tão bonita que logo se instalou o debate: ela não seria grande e bonita demais para o Lineu? Não era uma questão de duvidar da capacidade do Lineu de, assim, administrar tudo aquilo. Nem se discutia o direito do Lineu, apesar do seu tipo franzino, de ter uma mulher daquelas dimensões. A questão, no fundo, era de justiça. A Valda - o nome dela era Valda, como as pastilhas, mas a semelhança terminava aí - era mulher demais para um homem só, fosse quem fosse o homem ou que físico tivesse. Monopolizando uma mulher como aquela o Lineu a estava, por assim dizer, sonegando. Alguma coisa - por justiça - tinha que sobrar para os outros. Aquilo era até uma metáfora perfeita para concentração de renda no País, não havia como não se revoltar. Onde estava a solidariedade?

Restava saber como a mulher do Lineu reagiria a uma proposta distributivista.

Fez-se uma rápida enquete no grupo, no fim da qual foi escolhido o Romualdo para testar a receptividade da Valda. Romualdo, o Mualdão, era simpático e bem falante, além de ser casado com a Titina, que já estava acostumada com a sua fama de conquistador, e até fazia pouco dele, dizendo "Esse galo é só de cocoricó", ao que o Mualdão respondia "Vou te mostrar o cocoricó em casa", e todos riam. Todos no grupo eram casados. O último a casar fora o Lineu.

E é preciso dizer que os homens do grupo respeitavam as mulheres do grupo.

Ou, como dizia o Mualdão: "Mulher de amigo, pra mim, é homem feio." Mas também é preciso dizer que nenhuma das mulheres do grupo era um mulherão como a Valda.

Sem as mulheres saberem, é claro, o Romualdo foi escalado para uma missão de reconhecimento. Sua tarefa era descobrir, com jeito, se a Valda era, ao menos, cantável. Uma vez estabelecido isso, pensariam nos passos seguintes.

Era necessário avançar com cuidado. Ninguém queria magoar o Lineu, logo o Lineu. Mas quem mandara ele casar com um monumento?

O Mualdão pediu algumas semanas para estudar o terreno e fazer sua aproximação. Contou depois que agira cientificamente, cuidando para não espantar a presa nem alertar o Lineu, e que finalmente conseguira ter com a Valda o que chamou de uma conversa franca, os dois sozinhos num bar, cartas na mesa, corações abertos, pessoas adultas e modernas, sim ou não?

- E então? - quis saber o Mariano, quase babando.

Os outros apertaram o círculo em torno do Mualdão. Estavam reunidos como num conselho de guerra. E então? Mualdão sacudiu a cabeça. Nada feito. Valda lhe confessara que era uma mulher com um apetite sexual equivalente ao seu tamanho, e que já tivera alguma experiência na vida, mas nada comparável ao que encontrara com o Lineu. O Lineu a satisfazia plenamente. O Lineu era o homem da sua vida. O homem

definitivo. Não podia nem pensar em outro. Nada pessoal, dissera a Valda. Simpatizava muito com todos. Mas tudo o que precisava, tinha com o Lineu.

O grupo se dispersou, arrasado.

Naquela noite, quando o Mualdão chegou em casa foi recebido pela Titina com o pé batendo no parquet, sempre um mau sinal. Tinha sido visto no bar com a Valda. O que tinha a dizer? E Mualdão foi obrigado a contar tudo. Sua missão de testar a Valda. E o que a Valda dissera sobre o Lineu. Resultado: sem os homens saberem, as mulheres do grupo iniciaram um assédio organizado ao Lineu para descobrirem o que, nele, satisfaz tanto a Valda, um mulherão como a Valda. O Lineu não sabe mais o que fazer com os olhares e as indiretas e os bilhetes que recebe. Na outra noite, num jantar com todo o grupo, sentiu até a mão da Titina por baixo da mesa, numa missão de reconhecimento.

(Veríssimo. Estadão, 01/12/01)

Inexplicável interesse em torno de um cidadão qualquer

I - De como tudo mudou

Desde que fui visto no interior do Jardim Botânico, uma dessas manhãs do presente mês de agosto de 1973, venho recebendo demonstrações especiais de simpatia, da parte de conhecidos e principalmente estranhos. Não sei a que atribuir esta onda de interesse em torno de minha pessoa. Até aquele dia eu passava mais ou menos despercebido em todos os pontos da cidade que costumava freqüentar. Era cumprimentado por uma ou duas pessoas, no máximo; ou nem isso. Passeava minha anonimidade sem despertar a menor reação.

Eis que inexplicavelmente tudo mudou. Foi acudir-me a idéia de visitar as plantas do mês no Jardim Botânico (as plantas que florescem em agosto) e logo me vi cercado de atenções que me deixam estupefado. Por que de repente me consideram indivíduo tão fora de série, merecedor de carinho geral?

Depois de ter contemplado os vegetais que ostentam neste mês as galas da florescência, ia retirar-me em direção ao ponto de ônibus. Nisto minha atenção foi solicitada por um gato que dormia pacificamente junto à soleira de uma casa ali existente. Os gatos, como as flores, me cativam, e meu olhar ecológico se compraz em admirá-los como documentos de uma era ameaçada de extinção. A flor abria-se me esplendor, o bichano fechava em serenidade, e as duas coisas eram gratas a este espírito antiquado. Afinal, movimenteimei-me.

- Não espere condução; aqui estou para servi-lo – disse-me um cavaleiro de quarenta anos, que vi logo ser um executivo, pela mala 007 que portava, juntamente com outros sinais específicos enumerados pelo Jornal do Brasil. Terno de executivo, jeito de executivo, sorriso talvez mais que de executivo: sorriso de amigo. Mas que amigo, se jamais o vira em minha vida?

Explicou-me que, passando por ali, percebera minha intenção de aguardar o coletivo, e como, por felicidade, tinha uma hora disponível, dispunha-se a levar-me para onde eu quisesse, aproveitando a chance de gozar do dos encantos de minha palestra.

Quando dei fé de mim, estava dentro do Opala 73 e recebia o cumprimento do chofer, enquanto o meu executivo me atribuía o direito de indicar o itinerário.

Não sou de abusar; pedi que me deixassem três quadras além, sob pretexto de que tinha que visitar um primo ali domiciliado.

- Não senhor, faço questão de levar o prezado doutor o mais longe possível, para desfrutar sua companhia também o maior tempo possível. Não me roube este prazer.

Era tão gentil que não pude senão concordar com a cabeça, resignado. Estabeleceu-se o que ele chamou de troca de idéias e pontos de vista sobre a conjuntura, em seus contornos lineares e suas projeções transformacionais a curto e médio prazos. Matéria em que sou incuravelmente leigo, mas que tive de versar por meio de pigarro, monossílabos concordantes ou despistantes, e outros sinais de ignorância envergonhada.

O executivo olhava-me fixamente, bebendo minhas reticências e procurando extrair de mim a última palavra sobre tudo. Afinal, sorriu e aprovou:

- Eu sei, eu percebo. Faz bem fechar-se em copas. No seu lugar eu faria o mesmo. Temos de assumir a consciência de nossas responsabilidades, numa fase em que o silêncio representa a maior e melhor das colaborações. Entendido?

Deixou-me 120 minutos depois, maravilhado com os meus dotes de visão global, prudência vigilante e amadurecimento da problemática geral e das setoriais. Arranco de mim o compromisso de almoçar com ele na próxima semana, para revermos com calma nossas conceituações básicas, que tinham muito de comum, embora eu não soubesse de qualquer conceituação por mim formada no trajeto, a propósito dos temas de seu interesse.

Ao descer, não sem espanto notei que um Volks vinha seguindo o Opala. Dele desceu um cavalheiro que correu a cumprimentar-me e solicitou alguns minutos de minha preciosa atenção. Mesmo atrasado com as minhas obrigações, não tive remédio senão ir com ele a uma uisqueria na Travessa do Ouvidor. Contarei na próxima, mas continuo indagando: Deus meu, por que tudo isto?

II – Desenvolvimento e fim do equívoco de pouca duração

Conversa na uisqueria:

- Não vá na conversa daquele senhor que o trouxe no carro. Eu também queria trazê-lo, mas ele se precipitou com estrondo e seqüestrou-o. É o termo: seqüestro. Cuidado com homens de empresa, eles não vêem as coisas em termos de nação, só enxergam o fator econômico. Falo como cidadão e como patriota. Em primeiro lugar, felicitações ao Brasil. Por quê? Ora, o senhor sabe. É com homens deste gabarito que podemos contar. Como? Não se faça de desentendido. O senhor disponha de minha colaboração em tudo que for de proveito geral. Nossa classe, quer dizer, a minha, está marginalizada. Cabe aos espíritos como o do senhor tirá-la do acostamento, projetá-la, valorizá-la. Outro uísque?

- A esta hora do dia...

- Garçom, mais dois. Sabe? Sua convocação é indício de novos rumos. Abertura! Tanto se falava nela (ou antes: se cochichava) que afina ela veio. Aqui está o meu cartão. Me telefone a qualquer hora do dia ou da noite. Faço questão de inscrever-me entre os seus mais modestos e dedicados assesssores. O que? Ah! Não tenho pressa. Eu sei que tudo está ainda no terreno dos entendimentos prévios... por favor: não esqueça. O Brasil merece todos os sacrifícios.

No escritório, já sabiam de tudo, e fui recebido com uma salva de palmas. Confesso que me emocionei, não posso ouvir salvas de palmas sem me emocionar. Quando percebi que era dirigida a mim, quis anular a emoção, mas era tarde. Por que botaram flores na minha mesa? Meu chefe veio abraçar-me, abraço apertado. O telefone tocava sempre.

- São os repórteres.

- Que tenho eu a ver com os repórteres?

- Querem saber se você já chegou para entrevistá-lo.

Fugi. Quem disse que fugir resolve numa situação dessas? Na livraria, falavam em mim para intelectual Progressista do Ano.

- Por enquanto, né? Porque em 74...

- Em 74 o quê?

- Escondendo o leite, hein? Sabidão!

Sentia-me perturbado. Nunca me acharam melhor de saúde, nem meu terno mais elegante. Um corretor ofereceu-me um apartamento supersensacional na Praça Saenz Peña e outro, piramidal na Estrada do Tambá, tudo a preço de banana-prata; eu receberia as chaves, depois a gente conversava. Recebi ofertas de cruzeiros no Mediterrâneo e em

outros pontos da T. Queriam saber minha opinião sobre ecumenismo, sexologia, congelamento de vidas humanas, corridas de Fórmula-1, jaquetas de verão e tudo mais que se possa, ou não, conhecer.

- Tem estado com o Golberi?
- Nunca nos vimos.
- E com o Bulhões?
- Idem.
- Mas aquele senhor alto, ereto, civil de porte militar, que estava com você ontem
À tarde, não era o Juarez?
- Era o João Brandão.
- Ah, é?

Esse “ah, é?” veio com tonalidade de desencanto. Decididamente, tinha havido engano. Mas o inquiridor insistiu:

- Você não foi chamado?
- Chamado pra quê?
- Pelo homem.
- Que homem, homem de deus?
- O do Jardim Botânico, ué.
- Padre Raulino, o diretor? Também não tenho o prazer de conhecê-lo. Fui lá ver as plantas.
- Deixa de cortina de fumaça. Você sabe que eu me refiro ao General Geisel.
- E por que o general havia de me chamar?
- Sei lá. Você foi visto saindo da casa dele.
- Eu?
- Você, sim. E depois de sair, ainda ficou olhando longo tempo para a casa, embevecido.
- Eu olhava um gato dormindo. Adoro gatos.
- Não acredito.

Acabou acreditando. Eu não era um dos pedestais do futuro governo do Brasil. Estivera no Jardim Botânico para fins não políticos. Não seria ministro nem presidente do Banco Central nem eminência parda. Minhas relações com os amigos do General limitavam-se a um gato. E gato visto à distância, sem maior comunicação.

O inquiridor despediu-se com um muxoxo. Minha estrela apagou-se, voltei a ser o Cidadão Qualquer. Sem salva de palmas.

(Drummond. *De notícias e não notícias fez-se a crônica*. Rio de Janeiro: Record, 1983.)

O homem que caiu do céu

O homem atravessou o telhado e caiu na cama ao lado da Denilda, que acordou com o estrondo, deu um grito, pulou da cama, correu do quarto e só voltou quando os bombeiros já tinham examinado os estragos no teto, a polícia já revistara o homem para descobrir sua identidade, o homem já tinha sido levado para o hospital, inconsciente, e ela já tinha sido acalmada pela mãe e por vizinhos.

De onde viera aquele homem? Não havia nenhum prédio mais alto do que a casa de Denilda nas redondezas, nenhuma estrutura de onde ele poderia ter caído ou sido jogado. Ele teria caído de um avião? Estava de terno e gravata, tinha um aspecto respeitável apesar dos estragos que sofrera ao atravessar o telhado e o forro da casa de Denilda, podia, sim, ser um passageiro de avião, até da classe executiva, mas como alguém cai de um avião sem ninguém notar? Nenhuma companhia aérea tinha dado falta de qualquer passageiro.

O terno, a gravata e o aspecto também eliminavam a possibilidade de o homem ter sido disparado de um canhão, e, de certa maneira, de ser um ladrão que andava pelo telhado e se dera mal. E, mesmo, o estrago no telhado era muito grande para ter sido causado apenas por um ladrão sem sorte. O estrago só poderia ter sido feito por alguém caindo de uma grande altura.

O homem não tinha nada nos bolsos que o identificasse. Suas roupas não tinham qualquer etiqueta. Dois dias depois da queda ele recuperou os sentidos, no hospital, mas não se lembrava de nada. Nem do próprio nome, muito menos de onde caíra sobre o telhado da Denilda. Que foi visitá-lo no hospital, junto com a mãe. Quando viu Denilda, o homem sorriu e disse "Oi".

Denilda não sabia se brigava com ele pelo susto que lhe dera (onde já se vira, cair assim sobre a casa de alguém!) e exigia que ele pagasse os consertos do telhado, ou se perguntava como ele estava. Ele continuava sorrindo para Denilda.

- Como você está?

- Bem, bem.

E, milagrosamente, estava bem. Fora alguns rasgões na roupa, estava inteiro. Nada quebrado. Um milagre. Ele falava um português engraçado. Sem sotaque, mas cuidadoso, como se recém tivesse aprendido a língua. Se tinha família, e algum lugar para onde ir quando saísse do hospital, não sabia. Dinheiro?

Também não se lembrava.

Denilda decidiu levá-lo para casa. Até ele recuperar a memória. A mãe não gostou mas acabou concordando. Afinal, era Denilda que trabalhava e mantinha a casa. Denilda, que estava se aproximando dos 40 e nunca se casara. Que dizia que homem como ela queria não se encontrava em qualquer lugar. Que já tinha desistido de encontrar um homem como ela queria, em qualquer lugar.

Na saída do hospital, tiveram que enfrentar a imprensa. A notícia do misterioso bólido humano tinha chegado aos jornais. Denilda respondeu as perguntas dos repórteres. Disse que se responsabilizaria por ele, até que aparecesse algum familiar, ou alguém com informações sobre seu passado e as circunstâncias dele ter caído sobre o seu telhado. O homem só sorria.

O homem nunca recuperou a memória, e, aos poucos, Denilda foi aceitando a conclusão de que ele não tinha memórias para recuperar. As amigas que vão visitá-la

ficam encantadas com o Vando - ela decidiu chamá-lo Vando - e mais de uma começou a dizer, ao ver Vando ajudando a Denilda em casa e sendo tão carinhoso com ela, "Mas esse homem caiu do..." antes de se controlar. A própria Denilda tenta não pensar na forma como Vando despencou na sua vida.

Não, não é que ela não se sinta à vontade com a metafísica e não queira especular sobre preces atendidas, e o que ela fez para merecer aquela dádiva do céu.

As perguntas de Denilda são outras. Que mérito há em ter o homem que se pediu a Deus se ele cai, literalmente, na sua cama, sem nenhum mérito seu? Se você não o conquistou, apenas o encomendou? - Onde é que fica o meu amor próprio? - foi o que ela perguntou ao Vando, na cama, na outra noite. Ele apenas sorriu, beijou o seu ombro e perguntou "Vamos outra vez?" Aí ela o empurrou, irritada, reclamou que era impossível ter uma conversa séria com ele e ameaçou jogá-lo pela janela.

(Veríssimo. Estadão, 04/11/02)

Saudade do futuro

A moça jogou pesado. Tinha tempo pela frente, mas sabia que ele estava na reta final. O futuro dele conseguia ser pior do que o passado, que, embora perdido, fragmentado em momentos bons e ruins, havia existido. Podia parecer contraditório, mas era mais real do que o presente.

E o futuro? O que seria o futuro para a moça de menos de 30 anos? E para o homem que já perdera qualquer tipo de esperança, inclusive aquela que Dante colocou na porta do Inferno, "deixai toda esperança"?

Esperança e futuro seriam a mesma coisa? Talvez. A moça nada esperava do futuro, tinha um pouco de saudade do passado. Por isso estava confusa, sem saber se podia confiar no presente, que era a sua realidade mas não o seu sonho.

Se não tinha passado nem saudade dele, teria direito à esperança e ao futuro? Mas ela sabia que o futuro era mais seguro do que o passado. O passado passara e não mais importava. Quanto ao futuro, o que seria daquele homem condenado a perder memória e razão, perder ao mesmo tempo toda a saudade e toda a esperança?

Os médicos a alertaram. Mais cinco, seis meses, e ele penetraria na escuridão da vida vegetativa, pior do que a escuridão da morte orgânica. Era inevitável.

A moça olhava o homem que lhe contara a história do mundo. Talvez não mais se amassem, mas precisavam um do outro. Ele ensinou, ela aprendeu. Olhava-o com respeito e, por mais que se espantasse, não conseguia sentir pena dele.

Pena de si mesma. Ela teria um futuro do qual não teria saudade. Segurou a mão dele, a mão que a acariciava como só ele sabia acariciá-la. Fixou os olhos dele, viu o desejo permanente em suas pupilas acesas.

Ela pensou: "Não deixarei que o futuro aconteça!" Não teve coragem de prometer isso a ele. Mas o homem apertou a mão da moça, compreendendo.

(Cony. Folha de São Paulo, 21/11/01)

Piscina

Era uma esplêndida residência, na Lagoa Rodrigo de Freitas, cercada de jardins e tendo ao lado uma bela piscina. Pena que a favela, com seus barracos grotescos se alastrando pela encosta do morro, compromettesse tanto a paisagem.

Diariamente desfilavam diante do portão aquelas mulheres silenciosas e magras, lata d'água na cabeça. De vez em quando surgia sobre a grade a carinha de uma criança, olhos grandes e atentos, espiando o jardim. Outras vezes, eram as próprias mulheres que se detinham e ficavam olhando.

Naquela manhã de sábado ele tomava seu gim-tônico no terraço, e a mulher um banho de sol, estirada de maiô à beira da piscina, quando perceberam que alguém os observara pelo portão entreaberto.

Era um ser encardido, cujos mulambos em forma de saia não bastavam para defini-la como mulher. Segurava uma lata na mão, e estava parada, à espreita, silenciosa como um bicho. Por um instante as duas mulheres se olharam, separadas pela piscina.

De súbito pareceu à dona da casa que a estranha criatura se esgueirava, portão adentro, sem tirar dela os olhos. Ergueu-se um pouco, apoiando-se no cotovelo, e viu com terror que ela se aproximava lentamente: já transpusera o gramado, atingia a piscina, agachava-se junto à borda de azulejos, sempre a olhá-la, em desafio, e agora colhia água com a lata. Depois sem uma palavra, iniciou uma cautelosa retirada, meio de lado, equilibrando a lata na cabeça – e em pouco sumia-se pelo portão.

Lá no terraço, o marido fascinado, assistiu toda a cena. Não durou mais de um ou dois minutos, mas lhe pareceu sinistra como os instantes tensos de silêncio e de paz que antecedem um combate.

Não teve dúvida: na semana seguinte vendeu a casa.

(SABINO, Fernando. A mulher do Vizinho. Rio de Janeiro: Record, 1981. p.114-115)

Rotina de combate

- *Atenção, todo mundo aí! É a quinta chamada, toque de mobilização!*
- Um, dois, três, quatro, cinco! Prrriiii! Não estou vendo movimentação nenhuma, até parece que não treinamos esse tempo todo! Prrriiii! Toque de mobilização! Quero ver todo mundo preparado!*
- *Calma, querido, esta casa também não é um quartel dos Fuzileiros Navais.*
- *Eu sei, mas devia ser. O serviço militar tinha que voltar a sério, tudo acampamento de infante, fuzileiro. Não, não é campo de fuzileiros? E o que é aquilo, aqueles traços luminosos passando por cima do morro?*
- *Sei lá, devem ser foguetes, o Flamengo deve ter ganho algum jogo.*
- *Você é uma alienada, mulher. É Flamengo e nem sabe que o Flamengo não jogou hoje e, se jogasse, ia perder. Tem nada de Flamengo, isto é bala, bala, entende? Bala tipo tracer bullet, daquelas que a gente via em filme de guerra antigamente. É para ajudar quem está atirando a ver se está atirando certo, tu não lembra que te expliquei, naquele tempo em que você me achava parecido com o Robert Wagner?*
- *Lembro, parece coisa de cinema mesmo. Vou dar uma espiada melhor.*
- *Você vai é sair daí! Não abra essa janela! Não gastei dois décimo-terceiros para instalar essas janelas de vidro blindado só para ver minha mulher tomar um tiro na cabeça, num sábado!*
- *Ah, quer dizer que o importante não é o tiro na minha cabeça, é porque é sábado.*
- *Mulher, pelo amor de Deus, pára com esse tipo de frescura! São 23 anos de casado e...*
- *São 24 anos de casados.*
- *Sim, são 24 anos de casado e tudo bem. Se eu quisesse providenciar qualquer coisa, já tinha dado uns tiros em você...*
- *Ah, quer dizer que...*
- *Minha Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, valei-me nesta hora! Clotilde, eu nem tenho revólver, e você acha que...*
- *Mas, se tivesse...*
- *Ai, meu Bom Jesus de Pirapora...*
- *Mas você falou num sábado. Quer dizer que, se não fosse sábado, podia.*
- *Podia meleca nenhuma. Eu só quis dizer que, num sábado, noite de movimento, se alguém tomar um tiro, vai ser mais difícil encontrar socorro.*
- *Ninguém aqui vai tomar tiro.*
- *Se Deus quiser. Mas eu vou usar meu colete à prova de bala que o Eduardinho me deu. Aliás, só não deu outro a você porque você não quis. Ele é craque nisso, sabia?*
- *Mas eu vou usar esse monstrengo em cima de meu vestido? E você ainda pergunta por aquela peruca loura blindada que você descolou não sei onde? Aquilo, além de horrendo, pesa uns dez quilos.*
- *Frescura, frescura. Não usa porque gosta de arriscar a vida, acha que nada te atinge..*
- *Não uso porque não se usa.*

- Não se usa, mas, se a Giselle Bundja usasse, você usava. Pois eu vou usar o colete e o capacete. Chegar na festa, eu tiro, sair da festa eu boto. Mas já estamos perdendo tempo demais com isso. Laurimar! Mariul! Todo mundo pronto aí?

- Não estou achando a xerox da carteira de identidade.

- Minha filha, você vive perdendo essa xerox. Pelo menos ache o original.

- Este tá aqui, eu nunca perco. Mas é que a polícia só aceita xerox. Quando eu mostro o original, eles ficam desconfiados.

- Você já uma vestibulanda e não sabe das coisas, minha filha?

- Eu li no jornal que eles recomendam o uso de xerox.

- Isso é no jornal. Uma coisa é o jornal, outra coisa é a vida. E onde é que vai ficar o deles?

- Mas eles sempre exigem o original e, quando você diz que leu no jornal que não, eles dizem que no jornal sai tudo errado.

- Bem, dá tudo mesmo, mas aí já é outro problema. O salto esquerdo já está abastecido?

- Ih, eu tinha esquecido!

- É o da grana do guarda! Nunca esqueça, é o salto do sapato esquerdo. O do assaltante é o da direita. Isso em último caso, porque, se ele não estiver com pressa, basta dar o da bolsa mesmo. E você, Mariul, tudo em cima? Cartão de crédito entre a meia e o sapato? Não esqueceu de usar o bolso falso da cueca?

- Tudo em cima.

- Então, querida, então vamos para a melhor noite do mundo, a noite do Rio de Janeiro! Os gringos morrem de inveja dessa beleza toda, desse relaxamento, desse balacobaco que só o Rio tem! Já chamou o táxi blindado?

Não chamou. Eu chamo. Eu sou o único que tem de lembrar as coisas nesta casa: espiar a portaria antes de sair, só sair se o táxi blindado chegar, tudo eu, eu! Já não basta o vexame de que a gente vai chamar o táxi só pra ir na casa do Chico, ali em frente?

- Se você quiser, eu pego o carro e nós vamos.

- Você tá maluca? Sair dirigindo de noite aqui? Olhe aí o táxi. Boa noite, companheiro, a blindagem é garantida?

(João Ubaldo. Estadão, 28/04/2002.)

A volta da Andradina

A volta da Andradina para casa foi cuidadosamente preparada, como a visita de um chefe de estado. Sua irmã mais velha Amélia - a irmã com a melhor cabeça, era a opinião geral - tratou de todos os detalhes. Para começar, a discricção. Todos, na casa, do dr. Saul, marido da Amélia, ao Bolota, neto recém-nascido da cozinheira, receberam ordens para, em hipótese alguma, revelar o dia e a hora da chegada da Andradina. O Bolota só ficou de olhos arregalados mas o resto da família jurou não dizer nada. Fora da casa, ninguém precisava saber que a Andradina estava voltando.

A chegada da Andradina só não teve ensaio geral. Tudo foi planejado. Quem iria ao aeroporto buscá-la, quem ficaria na casa, quem cuidaria das malas.

Na véspera da chegada, Amélia reuniu todos na sala para as últimas instruções. Horário de partida para o aeroporto, provável horário de chegada da Andradina na casa (se o avião não atrasasse), como cada um deveria se comportar. Importantíssimo: nem uma palavra sobre o caso. Para todos os efeitos, ninguém sabia de nada. Para todos os efeitos, Andradina apenas decidira passar uma temporada em casa, descansando e revendo a família. Nada mais natural. Alguém perguntou:

- E na mesa?

- Como, na mesa?

- Na mesa. Na conversa normal. No dia a dia. Não se toca no assunto?

- Só se ela tocar. Entendido?

Entendido. Ninguém diria nada. E principalmente ninguém mencionaria o nome "Geraldo". Regra número um da casa: daquele momento em diante, "Geraldo", não. "Geraldo" em hipótese alguma. Como margem de segurança, talvez fosse melhor banir todos os nomes começados em "Ge". De pessoas e de coisas.

- Ai meu Deus - disse Alicinha, a filha do meio, a que falava mais e nem sempre se dava conta do que dizia. Precisaria se controlar para não dizer "Geraldo". Tinha certeza que acabaria dizendo "Geraldo". Cruzaria com a tia Andradina no corredor e em vez de "Bom dia" diria "Geraldo". Tinha certeza.

Alicinha ficou muito nervosa.

A Operação Chegada transcorreu sem problemas. O avião não atrasou, Andradina entrou na casa no horário previsto. Sorriu para todos, fez festa para o Bolota, disse que preferia não almoçar. Estava cansada, iria para o quarto, talvez dormisse um pouco, mais tarde comeria alguma coisa. Amélia decretou silêncio absoluto na casa enquanto Andradina descansava. O Bolota foi exilado, para evitar o perigo do choro extemporâneo. Durante toda a tarde, Amélia patrulhou a casa, pronta para abafar no nascedouro qualquer ruído que pudesse perturbar o descanso de Andradina. Pensando: "Como ela está pálida, coitadinha. Como ela está pálida."

Andradina era a irmã mais moça. Amélia era meio mãe de Andradina.

Infelizmente, Andradina não ouvira o que Amélia lhe dissera sobre o Geraldo.

Todas as suas previsões sobre o Geraldo tinham se cumprido. Bem que Amélia avisara. Quando Andradina saiu do quarto, no fim da tarde, encontrou a mesa da cozinha posta, com três tipos diferentes de bolo. Inclusive o seu favorito, de banana.

No jantar daquela noite, todos se esforçaram para deixar Andradina à vontade. O dr. Saul, que raramente falava, foi quem mais falou. Chegou a lembrar o seu tempo de bailarino. É,

bailarino. Alguém se lembrava do tuíste? Dançara muito tuíste. A Alicinha, que normalmente era a que mais falava, não disse nada.

Ficou muda durante todo o jantar, apavorada com a possibilidade de dizer "Geraldo", ou coisa parecida, sem querer. Andradina comeu pouco e falou pouco. Passou o tempo todo com um sorriso triste nos lábios. Foi cedo para o quarto. Não, não acompanhava a novela. Quando Andradina se retirou, todos respiraram aliviados.

Tinham se comportado bem. Amélia voltou do quarto, onde fora ver se a irmã tinha tudo de que precisava, e premiou toda a família com a sua aprovação.

Tinham se comportado muito bem. O primeiro dia da volta da Andradina, pelo menos, fora um sucesso. Sem gafes. Coitadinha da Andradina.

No café da manhã do dia seguinte, quase uma catástrofe. Alicinha começou a dizer "Me passa a ..." e parou. Será que podia dizer "geléia"? Geléia era com "ge"? Mesmo se fosse "jeléia" com "jota" o som seria o mesmo e as consequências poderiam ser desastrosas. Completou: "...manteiga?" Andradina aparentemente não notou a hesitação da sobrinha. E logo depois do café pediu para falar com Amélia no quarto. Queria contar tudo. Com detalhes. As duas irmãs passaram a manhã trancadas no quarto.

Fora alguns soluços da Andradina, ninguém ouviu nada do que se passava lá dentro. Nem quando colaram o ouvido na porta. Perto do meio-dia a Amélia saiu do quarto, sacudindo a cabeça como se dissesse "eu bem que avisei". E deu novas instruções. A partir daquele momento, além de "Geraldo" e qualquer palavra começada com "ge", ninguém deveria falar em arreios, chapéu de marinheiro e pomada mentolada na presença da Andradina.

(Veríssimo. Estação, 28/04/02)